

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2025

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA
Secretaria-Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2025

Missão do MAPA:

*Promover o desenvolvimento sustentável
das cadeias produtivas agropecuárias,
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília

MAPA
2026



Institucional



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República



CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO
Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária



IRAJÁ REZENDE DE LACERDA
Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária



CLEBER OLIVEIRA SOARES
Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR
Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART
Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RENATO DE ALCANTARA RUA
Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO
Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS
Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária



1ª edição. Ano 2026

Publicação Digital

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e

Administração - SPOA

Coordenação Geral de Governança Institucional e

Monitoramento da Gestão - CGGI

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 1º andar,
Sala 113

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel: (61) 3218-3330

E-mail: cggi.mapa@agro.gov.br

Coordenação Editorial:

Assessoria Especial de Comunicação Social (AECS)

Equipe técnica: Fernando Magalhães Soares Pinto (SPOA), Otto Cavalcante Medina (CGGI), Iran de Almeida Nunes (CGGI), Reynaldo Leone Durães de Jesus (CGGI), Rogério Ribeiro Araujo (CGGI), Viviane Roque Rodrigues (CGGI), Cindy Martins dos Santos (CGGI), Carlos Endrigo da Costa Silva Xavier (CGGI), Naim José Pereira da Silva (CGGI), Luís Fernando Magnani de Oliveira (CGPLAN), Lucia Aída Assis de Lima (CGOF) e Renata Alves de Figueiredo (AECI).

Coordenação:

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e

Administração - SPOA

Créditos das Imagens:

Acervo MAPA, Freepik

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária.

Relatório de gestão : exercício 2025. / Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação-Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão. – Brasília : MAPA, 2026.
132 p. : il. color.

ISBN: 978-85-7991-327-3

Inclui gráficos, tabelas e organogramas.

1. Administração pública – Relatório. 2. Gestão pública – Brasil. 3. Políticas públicas – Agricultura. 4. Agropecuária – Desenvolvimento sustentável. 5. Governança. 6. Planejamento estratégico. I. Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária. II. Secretaria Executiva. III. Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração. IV. Título.

AGRI E14
CDU: 35.072.6(81)

Bibliotecária: Layla Alexandrina Barboza dos Santos – CRB1/3447



Guia Interativo

Algumas seções do documento apresentam textos em negrito e sublinhado, que funcionam como botões interativos, direcionando para seções internas ou links externos.

55.000
EMISSÕES DE
CERTIFICADOS E-PHYTO

No canto inferior, as setas permitem uma navegação entre as páginas.

← 6 →

O ícone em formato de casa permite retornar, a qualquer momento, ao sumário interativo do documento.



Na lateral, os ícones do capítulo funcionam como botões de navegação rápida entre eles.



CAPÍTULO 2



CAPÍTULO 3



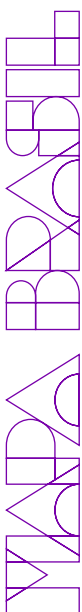
CAPÍTULO 4



CAPÍTULO 5



Sumário



1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	08
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	10
Ministério da Agricultura e Pecuária	11
MAPA em números	14
Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura e Pecuária	15
Cadeia de Valor	16
Modelo de negócio do MAPA	19
Plano Plurianual	22
Planos Setoriais, Políticas Nacionais e Sua Vinculação com o PPA	23
Relação com o ambiente externo	27
3. OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	30
Planejamento Estratégico e Políticas Públicas	31
Governança	31
Gestão de Risco	35
4. ESTRATÉGIA E RESULTADOS	47
Visão de Futuro e Estratégia de Atuação	48
Aderência do Plano Estratégico a Outros Planos do Governo	54
Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados	57
Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados	63
Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA	70
Gestão Estratégica e Administrativa	90
Gestão de Tecnologia da Informação	107
Gestão de Pessoas	113
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	119
Gestão Orçamentária	120
Contabilidade	124
Gestão de Custos	128



1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO



O ano de 2025 foi marcado por intenso trabalho, grandes desafios e importantes conquistas no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Ao longo desse período, conduzimos o Ministério com o compromisso permanente de transformar diretrizes em ações concretas, fortalecer o agro brasileiro e ampliar, de forma consistente, a presença institucional e o protagonismo do País no cenário internacional.



Ultrapassamos a marca histórica de mais de 550 aberturas de oportunidades de acesso a mercados internacionais para produtos da agropecuária brasileira, ampliando a presença do Brasil no comércio global de alimentos e reforçando a confiança internacional na qualidade da produção nacional.



No crédito rural, também alcançamos recordes sucessivos. O Plano Safra 2025/2026 mobilizou R\$ 516 bilhões em financiamentos para o setor, sendo R\$ 189 bilhões em recursos controlados e R\$ 327 bilhões em recursos livres, disponibilizados a produtores de todas as regiões do País. Esse volume de crédito garantiu segurança para quem produz, ampliou investimentos e fortaleceu a capacidade produtiva do agro brasileiro.



Avançamos de forma expressiva na infraestrutura produtiva. O Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola levou máquinas e equipamentos a municípios de todas as regiões do Brasil. Durante a gestão, foram entregues, no eixo de doação direta, 3.067 máquinas e equipamentos agrícolas, ampliando a capacidade de trabalho no campo e fortalecendo a produção local.

Na mesma direção, estruturamos o Programa Caminho Verde Brasil, uma estratégia nacional voltada à recuperação de áreas degradadas e ao aumento da produtividade com sustentabilidade. Somente na primeira fase da iniciativa, foram captados R\$ 30,2 bilhões por meio do segundo leilão do Eco Invest Brasil, recursos suficientes para restaurar entre 1,4 milhão e 3 milhões de hectares. O programa projeta recuperar até 40 milhões de hectares ao longo da próxima década, contribuindo para a ampliação da produção e o enfrentamento das mudanças climáticas.

O Brasil também avançou de forma decisiva na defesa agropecuária. Enfrentamos com responsabilidade o desafio sanitário da influenza aviária, preservando a segurança da produção nacional e a continuidade das exportações. Outro marco histórico foi o avanço rumo ao reconhecimento internacional do Brasil como território livre de febre aftosa sem vacinação, resultado de um esforço iniciado há mais de seis décadas por produtores, médicos-veterinários, pesquisadores e servidores públicos.

Modernizamos ainda a estrutura do Ministério da Agricultura e Pecuária, com avanços significativos na digitalização de processos e serviços. Essa transformação ampliou a eficiência administrativa, a rastreabilidade e a transparência, tornando os sistemas mais ágeis e seguros para quem produz e exporta, com destaque para ferramentas como o e-Phyto.

Reforçamos o quadro técnico do Ministério com a incorporação de mais de 520 novos servidores, fortalecendo áreas estratégicas da defesa agropecuária e da gestão pública. A ciência e a inovação permaneceram como pilares centrais do desenvolvimento do agro brasileiro.



Paralelamente, avançamos no fortalecimento da governança institucional, dos mecanismos de controle e da cultura de integridade, assegurando a conformidade dos processos, a transparência na gestão dos recursos públicos e o alinhamento às boas práticas da administração pública.

Os investimentos públicos na Embrapa totalizaram R\$ 335 milhões em 2025, mais do que o dobro do valor destinado em 2024. Esses recursos ampliaram as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação, fortalecendo a base científica que sustenta a agricultura tropical brasileira. Para 2026, está projetado um orçamento de pesquisa de R\$ 416 milhões.

Outro avanço relevante foi a modernização do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). O Instituto passou por um processo de reestruturação, com modernização de equipamentos, atualização de sistemas e ampliação da rede de estações automáticas. Foram instaladas 98 novas estações no Rio Grande do Sul, além da preparação de um projeto em parceria com a Eletrobras que prevê a instalação de mais 220 estações automáticas a partir de 2026. Essa expansão fortalece a previsão climática e apoia diretamente a tomada de decisão do produtor rural.

No cenário internacional, o Brasil reafirmou sua liderança agrícola ao assumir a presidência da Junta Interamericana de Agricultura e ampliar a cooperação com diversos países. A realização da COP30, em Belém, marcou um momento histórico, com a agricultura brasileira ocupando posição central no debate climático global e demonstrando que é possível produzir em escala com responsabilidade ambiental.

A AgriZone reuniu ciência, tecnologia e inovação aplicadas ao campo brasileiro, consolidando o protagonismo do

País nas discussões sobre agricultura e clima. As ações desenvolvidas ao longo desse período foram estruturadas com foco na continuidade das políticas públicas, no fortalecimento institucional e na construção de bases sólidas para as próximas gestões.

Tenho orgulho de ter trabalhado ao lado de servidores públicos, pesquisadores, técnicos e parceiros institucionais que acreditam na força do campo brasileiro. Encerro este ciclo com a convicção de que avançamos e com a confiança de que o Brasil seguirá consolidando uma agropecuária cada vez mais produtiva, sustentável e respeitada no mundo.



Carlos Fávaro
Ministro da Agricultura e Pecuária



2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO





Ministério da Agricultura e Pecuária

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) é o órgão da administração pública federal responsável pela gestão das políticas públicas do setor agropecuário, pelo fomento ao agronegócio e pela regulação e normatização dos serviços vinculados ao setor.

No Brasil, o setor agropecuário abrange pequenos, médios e grandes produtores rurais e engloba toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos, bens e serviços à produção agropecuária até o processamento, a transformação e a distribuição de produtos de origem agropecuária ao consumidor final.

Nesse contexto, o Ministério busca integrar os aspectos produtivos, mercadológicos, tecnológicos, científicos, ambientais e organizacionais do setor agropecuário, bem como as atividades de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além de coordenar a política econômica e financeira voltada ao agronegócio.

Com uma visão que concilia desenvolvimento sustentável e competitividade do setor, o MAPA busca promover a oferta de alimentos seguros e de qualidade, contribuindo para a segurança alimentar da população brasileira. Além disso, atua para gerar excedentes exportáveis, fortalecer a cadeia produtiva e ampliar a inserção do Brasil no mercado internacional.

Temas do Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão é a peça central da prestação de contas anual que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar. Seu objetivo principal é oferecer à sociedade uma visão clara sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do MAPA, como Unidade Prestadora de Contas - UPC, no contexto de seu ambiente externo, contribuem para a geração de valor público nos horizontes de curto, médio e longo prazo, além de demonstrar os resultados alcançados frente aos objetivos estabelecidos.

Os tópicos que compõem este Relatório estão alinhados com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União, que define os temas a serem abordados pela organização, bem como com a Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, que estabelece as normas para a tomada e a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal.

Nesse contexto, o presente Relatório reúne informações relevantes sobre a estrutura organizacional do MAPA, os riscos associados às ações planejadas e executadas, o monitoramento dos indicadores de desempenho e a execução orçamentária e financeira, além de apresentar uma descrição abrangente dos resultados alcançados ao longo do exercício de 2025. Dessa forma, o Relatório de Gestão configura-se como registro formal e instrumento qualificado de transparência e controle social, ao evidenciar a aplicação dos recursos públicos pelo MAPA e os impactos gerados para a sociedade.



Identificação do Ministério, Estrutura Organizacional e de Governança

Para o alcance de seus objetivos institucionais, o Ministério dispõe de uma estrutura organizacional composta por uma Secretaria-Executiva, quatro Secretarias Finalísticas, 27 Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária nos estados e no Distrito Federal, além de uma rede de seis Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Essa estrutura é sustentada por 6.266 servidores em exercício no MAPA, distribuídos em todo o território nacional, que constituem o principal capital humano e intelectual da organização e são essenciais para a execução das políticas públicas sob sua responsabilidade. O MAPA conta, ainda, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como entidade vinculada, empresa pública com quadro próprio de empregados, responsável pela realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica voltadas ao fortalecimento e à competitividade do setor agropecuário brasileiro.





BASE JURÍDICA

Constituição Federal/88

Art. 21, 22, 23, 24 e 87

Competências da União:
Escolha dos Ministros de
Estado e atribuições.

Lei nº 14.600/2023

19/06/2023

Estabelece a organização
básica dos órgãos da
Presidência da República
e dos Ministérios.

Decreto-Lei nº 200/1967

25/02/1967

Dispõe sobre a organização
da Administração Federal,
estabelece diretrizes para a
Reforma Administrativa e dá
outras providências.

Decreto nº 12.642/2025

01/10/2025

Aprova a Estrutura Regimental e o
Quadro Demonstrativo dos Cargos
em Comissão e das Funções
de Confiança do Ministério da
Agricultura e Pecuária.

Com foco na integração entre sustentabilidade e intensificação da produção agropecuária, orientadas à ampliação da oferta, à garantia da segurança dos alimentos e ao fortalecimento da competitividade dos produtos do setor, o Plano Estratégico do MAPA 2020-2031 apresenta à sociedade a Missão, a Visão e os Valores do Ministério.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.



VISÃO

Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.

VALORES

Comprometimento, Ética, Transparência, Excelência, Responsabilidade, Foco nos Públicos-Alvo, Proatividade e Integração.





MAPA em números

114
ENTREGAS DE (TIC)

239
PROJETOS DE LEI
RELACIONADOS AO
AGRONEGÓCIO EM
TRAMITAÇÃO NO
CONGRESSO NACIONAL

80.000
EMISSÕES DE
CERTIFICADOS SANITÁRIOS
NACIONAIS ELETRÔNICOS

R\$516 BI
PLANO SAFRA

55.000
EMISSÕES DE
CERTIFICADOS E-PHYTO

225
MERCADOS ABERTOS
EM 2025

37.816
PRODUTORES BENEFICIADOS
PELO PROGRAMA
MAIS LEITE SAUDÁVEL

606
MUNICÍPIOS ADICIONADOS
AO SISBI-POA

**CONCLUSÃO
DO ACORDO**
DE ASSOCIAÇÃO
ENTRE O MERCOSUL
E A UNIÃO EUROPEIA

**520
SERVIDORES**
APROVADOS NO (CPNU)
E NOMEADOS

US\$169,2 BI
EM EXPORTAÇÕES

**RECONHECIMENTO
INTERNACIONAL**
DE TODO O TERRITÓRIO
NACIONAL DO BRASIL COMO
LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM
VACINAÇÃO (OMSA)

1.885
MÁQUINAS ENTREGUES NO
ÂMBITO DO PROMAQ
EM 2025

96
EMPRESAS INSCRITAS
PARA PARTICIPAR
DA INICIATIVA DO
MAPA ÍNTEGRO



Estrutura Organizacional do MAPA



Organograma

Ministério da Agricultura e Pecuária

DECRETO Nº 12.642, DE 1º DE OUTUBRO DE 2025

Unidade Vinculada: Embrapa

Órgãos Colegiados:

Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural

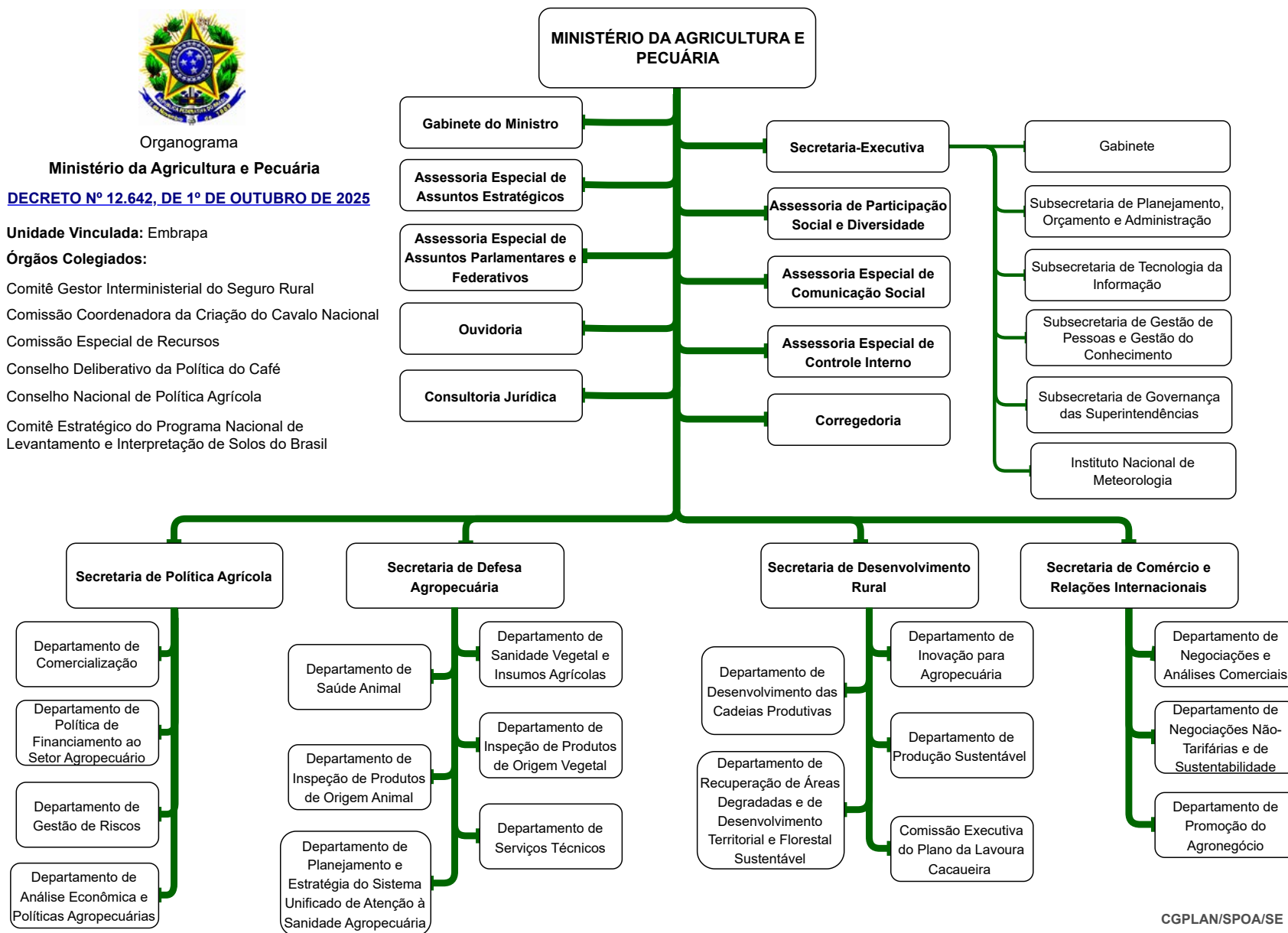
Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional

Comissão Especial de Recursos

Conselho Deliberativo da Política do Café

Conselho Nacional de Política Agrícola

Comitê Estratégico do Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil



CGPLAN/SPOA/SE



Cadeia de valor

A Cadeia de Valor é uma representação gráfica, elaborada a partir do conjunto de processos, que demonstram como uma organização se articula e atua para gerar valor à sociedade. No caso do MAPA, o valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo Ministério para a sociedade.

Figura - Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura e Pecuária

MACROPROCESSO FINALÍSTICO

FOMENTO À AGREGAÇÃO DE VALOR E DIFERENCIAÇÃO

Regulamentar modelos de certificação da produção agropecuária

Auditar certificação da produção agropecuária

Gerir e fomentar a preservação e proteção de recursos genéticos vegetais e cultivares

Promover o uso de signos distintivos coletivos

Gerir e fomentar a preservação dos recursos genéticos e registros genealógicos pecuários

Estabelecer normativos para a regulamentação de produtos agroalimentares artesanais

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

Regulamentar a fabricação de produtos de origem animal e vegetal

Fiscalizar estabelecimentos e produtos de origem animal e vegetal

Certificar produtos de origem animal e vegetal

Elaborar e gerenciar programas de gestão de risco na produção e consumo de alimentos

Gerir padronização e classificação de produtos de origem vegetal

Monitorar a qualidade e segurança de produtos de origem animal e vegetal

FOMENTO À SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DA PRODUÇÃO E DAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS

Promover o monitoramento e avaliação da qualidade do solo e da água e de sistemas de baixa emissão de carbono no setor agropecuário

Promover o conhecimento sobre recursos naturais e das boas práticas agropecuárias

Promover ações de estruturação e fortalecimento das cadeias produtivas regionais

Promover ações de redução do impacto ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais na produção

Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias florestais em áreas de produção agrícola

Promover o uso de boas práticas e sistemas agropecuários

PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS E PRAGAS

Manter a vigilância agropecuária

Fortalecer mecanismos de saúde dos animais, sanidade das plantas e seus produtos

Gerenciar os riscos na produção, trânsito e comércio de animais, vegetais e seus produtos

Fiscalizar insumos agropecuários

Responder a ocorrências sanitárias e fitossanitárias

PROMOÇÃO, ABERTURA E MANUTENÇÃO DE MERCADOS

Atrair investimentos estrangeiros diretos

Negociar barreiras tarifárias e não tarifárias

Promover mercados internacionais

Formular e acompanhar a implementação de ações voltadas para a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros

Promover a imagem, os produtos, marcas e patentes da agropecuária brasileira



FORTELECIMENTO DOS PRODUTORES RURAIS

Promover a integração de políticas de Municípios, Estados e Governo

Promover o desenvolvimento e o fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural

Promover a inclusão produtiva e mobilidade social do produtor rural

Promover a diversificação da produção agropecuária

Desenvolver a capacitação, educação e ATER

FOMENTO AO CRÉDITO RURAL

Promover ações de capacitação para acesso ao crédito rural

Coordenar a política de crédito rural

Monitorar a concessão de crédito rural pelas instituições financeiras

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Prospectar e analisar demandas de políticas públicas
Formular propostas de políticas públicas e diretrizes transversais

Acompanhar e avaliar políticas públicas

Análise de Impacto Regulatório

Avaliação de Resultado Regulatório

DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES AGROPECUÁRIAS

Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos agropecuários

Transferir conhecimento técnico para a sociedade e agentes de ATER

Fomentar o ecossistema de inovação agropecuária

INTELIGÊNCIA AGROPECUÁRIA

Gerir riscos agropecuários

Produzir e gerir dados, informações e conhecimentos do setor

Prospectar e avaliar oportunidades agropecuárias

Gerir informações meteorológicas e climáticas

Analisar o comportamento da produção atual e futura e do mercado interno de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares

APOIO ECONÔMICO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Gerir fundos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias

Implementar políticas de apoio à produção e comercialização

Fiscalizar as apólices de seguro rural subvencionadas

MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Gestão da comunicação

Gestão de relações institucionais e federativas

Gestão de relações parlamentares

Gestão de relações e acordos internacionais

GESTÃO ESTRATÉGICA

Monitoramento e avaliação da estratégia

Planejamento estratégico

Gestão do portfólio de projetos

MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

Gestão de processos

Gestão de estruturas de governança

Gestão do desempenho e contratualização de resultados

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Gestão do Plano Plurianual

Gestão do Orçamento

CONTROLE INTERNO

Assessoria a auditorias e fiscalizações

Corregedoria administrativa

Gestão da integridade e da ética pública

Gestão de Riscos

CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICOS

Defesa, assessoramento e consultoria jurídica

Solução de litígios administrativos

PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DIVERSIDADE

Ouvidoria

Acesso à informação

Participação Social



MACROPROCESSOS DE SUPORTE

GESTÃO DE PESSOAS

Promoção da qualidade de vida e a saúde no trabalho

Gerenciamento do recrutamento e seleção de pessoas

Desenvolvimento de pessoas

Planejar e recompor a força de trabalho

Gerenciamento do desempenho de pessoas

Administração de recursos humanos

GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CUSTOS

Programação financeira

Gestão financeira

Gestão contábil

Gestão de custos

GESTÃO DE TIC

Desenvolvimento de sistemas de informação e transformação digital

Governança de TIC

Contratação de bens e serviços de TIC

Suporte e atendimento ao usuário

Gestão de infraestruturas e redes de TIC

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Gestão documental

Gestão do conhecimento

Gestão de dados

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

Planejamento das transferências

Operacionalização das transferências

Gestão das transferências

Prestação de contas das transferências de recursos

GESTÃO DE AQUISIÇÕES E PATRIMÔNIO

Aquisição de bens e serviços

Gestão de serviços terceirizados e zeladoria

Gestão de materiais

Gestão de bens e patrimônio



Modelo de Negócio do MAPA



No MAPA, o modelo de negócio é adaptado à realidade pública. O foco não é o lucro, mas a criação de valor público por meio de políticas agropecuárias que impactem positivamente a sociedade.



Essa adaptação prioriza as seguintes variáveis:



Valor Público: O objetivo principal é o impacto social, satisfação do cidadão e cumprimento da missão institucional, não a maximização do lucro.



Segmentação: Compreender as necessidades dos atores das diversas cadeias produtivas do agronegócio (stakeholders), dos produtores rurais, da sociedade e do cidadão, enquanto consumidor de produtos agropecuários com elevado padrão de higiene e segurança.

Estrutura de custos e receitas: Foco em arranjos colaborativos (parcerias público-privadas, convênios e execução descentralizada) para mobilizar recursos de outras organizações, da sociedade civil e melhorar a eficiência da atuação finalística.

Parcerias estratégicas: Foco em arranjos colaborativos (parcerias público-privadas, convênios e execução descentralizada) para mobilizar recursos de outras organizações, da sociedade civil e melhorar a eficiência da atuação finalística.

Transparência e Compliance: A estrutura de governança deve garantir a prestação de contas (accountability) e estrita conformidade legal.

No que se refere à geração de valor público, ao impacto social e ao cumprimento de sua missão institucional, o MAPA atua em todo o território nacional por meio de sua sede, das 27 Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária e dos 6 laboratórios de defesa agropecuária, que operacionalizam o Sistema Federal de Defesa Agropecuária e de Inspeção Sanitária, além de apoiar as redes estaduais de defesa agropecuária no âmbito do SUASA. As superintendências também executam iniciativas voltadas ao fomento da atividade agropecuária e à manutenção da rede de estações meteorológicas do INMET.

O MAPA conta com 6.266 servidores em exercício no país. Desse total, 6.039 são servidores ativos em exercício no próprio Ministério. Entre eles, 520 ingressaram no último trimestre de 2025 por meio do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU.

Na segmentação e participação social, o MAPA, por meio da Secretaria de Política Agrícola, mantém ativos 39 colegiados consultivos que reúnem representantes de produtores rurais, empresários, instituições financeiras, entidades parceiras, além de órgãos públicos e técnicos governamentais para propor ou atualizar as políticas públicas sob sua gestão.

Em 2025, estavam ativas 31 Câmaras Setoriais, dedicadas às diversas cadeias produtivas, e 8 Câmaras Temáticas, responsáveis por tratar de assuntos de caráter transversal, comuns a múltiplos setores.

Na área de transparência e conformidade, o MAPA se destaca pela aderência ao [Decreto nº 9.203/2017](#) e pela atuação



proativa nos mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados à geração de valor público. Desde 2023, destaca-se a atuação do Comitê Interno de Governança - CIGOV como instância central no fortalecimento da governança institucional. Em articulação com a Coordenação-Geral de Análise de Impacto Regulatório e de Boas Práticas, o Comitê tem impulsionado o aprimoramento da redação normativa e a adoção de boas práticas de governança. Em 2025, o Ministério também alcançou 100% de cumprimento na avaliação de transparência ativa da Controladoria-Geral da União - CGU.

Dentre as diversas parcerias estratégicas do MAPA,

destacam-se aquelas formalizadas por meio de instrumentos de transferências voluntárias, que, em 2025, totalizaram R\$ 1,97 bilhão. Merecem especial destaque, nesse contexto, os resultados de dois programas finalísticos voltados aos entes subnacionais: o Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola - Promaq e o Programa Nacional de Estradas Rurais - Proner. Neste ano, no Promaq foram beneficiados 1.322 entes com máquinas e caminhões e no Proner foram formalizados 352 instrumentos voltados para a melhoria e ampliação de estradas vicinais, sendo 60% destes instrumentos firmados com entes da região Nordeste.





100%
das operações de importação e exportação fiscalizadas

90,07%
de conformidade nos produtos de origem animal

68%
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal

8,2%
de participação das exportações no comércio mundial

R\$105 Bilhões
impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade

3.266
municípios com crédito ABC+

2.500
produtos com valor agregado mediante concessão de Signos Distintivos

9
Estudos de Zoneamentos Agrícola de Risco Climático (ZARC) realizados/ revisados

47 mil
usuários/propriedades com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis

72%
das redes de estações meteorológicas em operação

225
novos mercados para produtos agropecuários brasileiros

Figura - Modelo de negócio do Ministério da Agricultura e Pecuária



Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, sendo previsto pela Constituição Federal de 1988 (Art. 165, § 1º da CF) e estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para quatro anos. O MAPA, no PPA 2024-2027, conta com três Programas, apresentados a seguir com seus respectivos objetivos gerais. Em conjunto, eles refletem as políticas públicas prioritizadas para o período e orientam a atuação governamental no setor agropecuário.



DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.



AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Objetivo: fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.



PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Objetivo: fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.





Planos Setoriais, Políticas Nacionais e sua Vinculação com o PPA



MAPA BRASIL



Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e sobre o Centro Integrado Multiagência de Coordenação Operacional Federal



Estratégia de Desenvolvimento da Produção de Leite na Agricultura Familiar



Plano de Ação para o Nordeste - Agronordeste, denominada Nordeste + Sustentável



Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável



Plano de Desenvolvimento Agropecuário da Amazônia - Plano Amazônia + Sustentável



Plano Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários 2024-2026



Plano Safra



Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) - ABC+



Política Agrícola para Florestas Plantadas



Política de Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira



Política Nacional da Erva-Mate



Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica



Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca



Política Nacional de Desenvolvimento Regional



Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão



Política Nacional de Incentivo à Produção do Cacau de Qualidade



Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta



Política Nacional de Irrigação



Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO



Programa de governo Brasil Mais Cooperativo



Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR



Programa Mais Leite Saudável - PMLS



Programa Nacional de Estradas Rurais no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária



Programa Nacional de Florestas - PNF



Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola - PROMAQ










Programa Nacional de Rastreabilidade Voluntária - PNRV



-  Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC
-  Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
-  Programa Agro Brasil + Sustentável
-  Política de Garantia de Preço Mínimo
-  Política Nacional de Cultura Exportadora e o Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora
-  Programa Nacional de Qualidade do Leite - PNQL
-  Programa Boas Práticas Agrícolas - BPA
-  Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis - Caminho Verde Brasil
-  Programa Nacional de Inovação Aberta na Agropecuária
-  Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil

-  Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima
-  Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
-  Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC
-  Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura
-  Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade
-  Programa China e Ásia no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária
-  Programa Nacional de Bioinsumos
-  Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos - PNSCO

-  Plano Nacional de Fertilizantes
-  Política Nacional de Desenvolvimento Regional
-  Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
-  Diretrizes do Programa Nacional de Encefalopatia Espongiforme Bovina para a aplicação de medidas oficiais de prevenção e vigilância
-  Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da saúde única PAN-BR-AGRO 2023-2027
-  Política de Defesa Agropecuária
-  Política de Fiscalização de Insumos Agrícolas



Política Nacional de Incentivo à Cultura de Flores e de Plantas Ornamentais de Qualidade



Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento - PAC-POA



Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais - Quali-SV



Programa de Erradicação da Mosca da Carambola



Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária



Programa de Segurança de Alimentos de Origem Vegetal - PSAOV



Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais - Vigifronteiras



Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja - Phakopsora pachyrhizi - PNCFS



Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros - PNCRH



Programa Nacional de Controle de Patógeno - PNCP



Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal)



Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro - PNCB



Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT



Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária



Programa Nacional de Moluscos Bivalves Seguros - MoluBiS



Programa Nacional de Monitoramento das Cadeias Produtivas dos Produtos de Origem Vegetal - PNMONITOR



Programa Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Clandestinidade em Produtos de Origem Vegetal - PNFRAUDE



Programa Nacional de Prevenção e Controle à doença denominada Huanglongbing (HLB) - PNCHLB



Programa Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos na Agropecuária - AgroPrevine



Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - PNEEB



Programa Nacional de Prevenção e Vigilância de Pragas Quarentenárias Ausentes - PNPV-PQA



Programa Nacional de Qualidade de Produtos de Origem Vegetal - PNQUALIPOV



Programa Nacional de Rastreabilidade de Produtos Agrotóxicos e afins



Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE



Programa Nacional de Sanidade dos Suínos - PNSS



Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA



Sistema Nacional de Sementes e Mudas



Plano de Contingência Laboratorial para Influenza Aviária de Alta Patogenicidade - IAAP



Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento



Programa de Avaliação da Qualidade dos Serviços Veterinários - Quali-SV



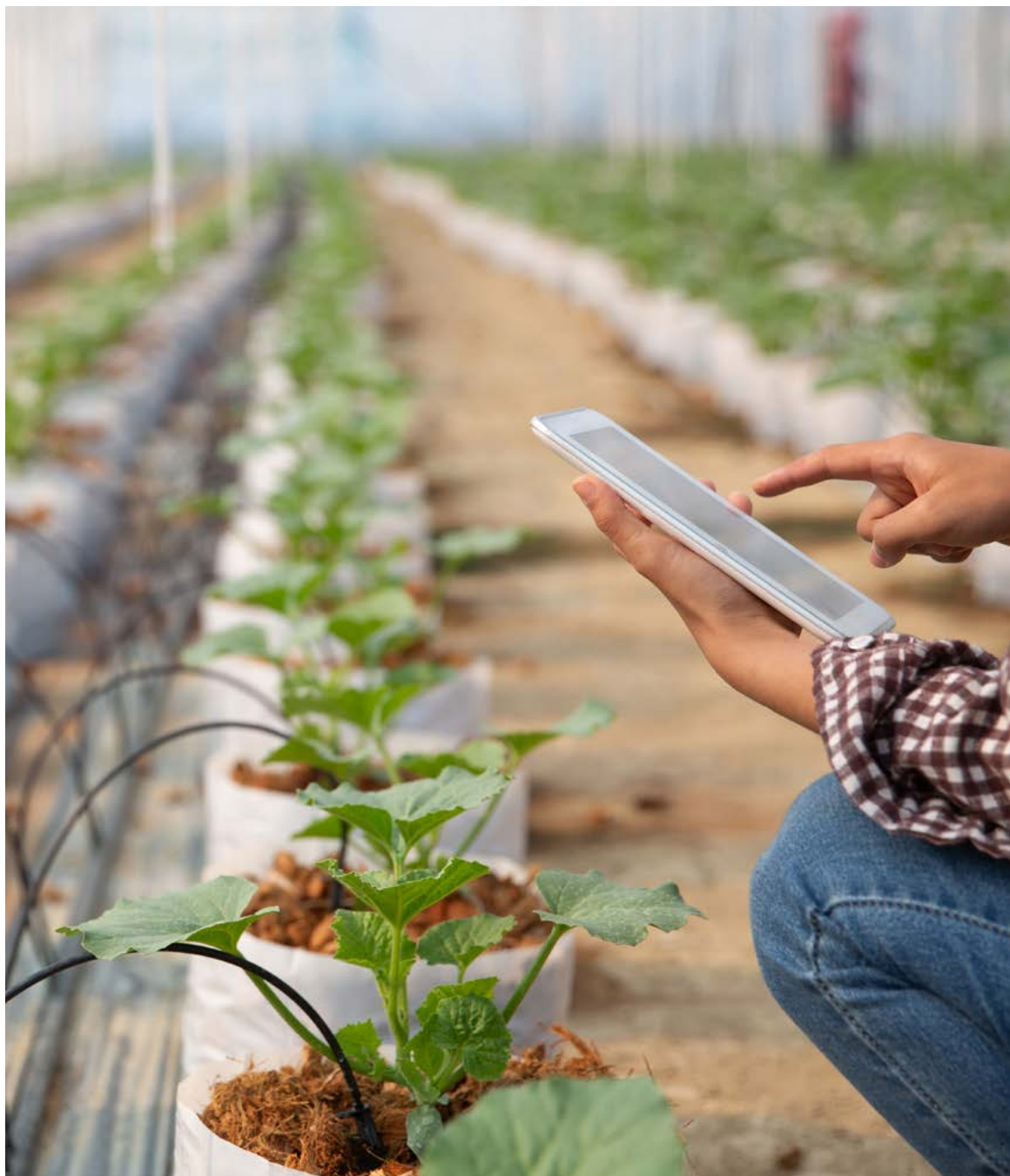
Plano Plurianual do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - PPA-SUASA 2024-2027



Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária



Política de Desenvolvimento da Biotecnologia



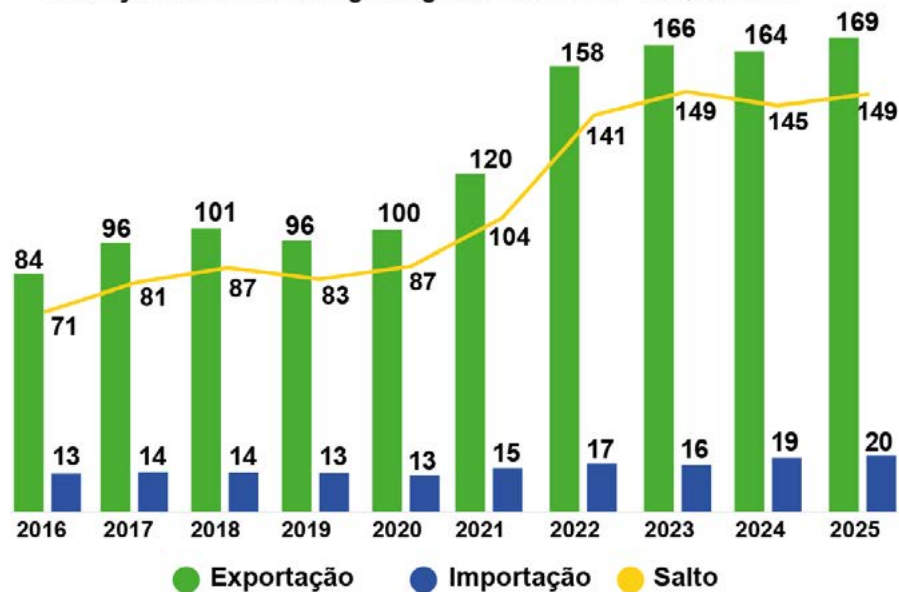


Relação com Ambiente Externo

A atuação do MAPA junto ao ambiente externo ocorre de forma integrada e transversal, por meio de interação com o setor produtivo, órgãos públicos, representações diplomáticas, organismos internacionais, instituições de ensino, pesquisa e financeiras, além de outros setores. Essa relação é essencial, pois permite alinhar as ações do Ministério com os interesses da sociedade brasileira.

Em 2025, o agronegócio brasileiro registrou recorde histórico de exportações, alcançando US\$ 169,2 bilhões, o que representou crescimento de 3,0% em relação a 2024 e correspondeu a 48,5% das exportações totais do País, consolidando o setor como principal vetor da balança comercial brasileira.

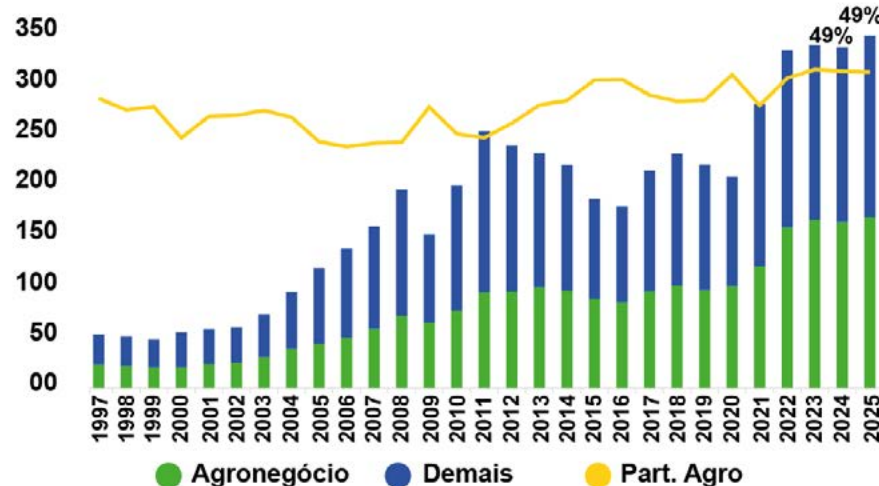
Balança Comercial do Agronegócio Brasileiro - US\$ bilhões



O desempenho positivo foi impulsionado, principalmente,

pelos aumentos das quantidades exportadas, reflexo da safra recorde 2024/2025 e da expansão da produção pecuária, com destaque para as carnes bovina, de frango e suína. Esses resultados foram alcançados mesmo diante da queda de preços internacionais, de restrições sanitárias pontuais e da adoção de medidas tarifárias por parceiros comerciais.

Exportação Brasileira e Participação do Agronegócio US\$ bilhões



A ampliação do acesso a mercados contribuiu de forma relevante para os resultados alcançados. Em 2025, destacam-se ações realizadas pelo Ministério no contexto internacional:

- abertura de 225 novos mercados para produtos agropecuários brasileiros;
- expansão das correntes de comércio de produtos como carne bovina, gergelim, DDG de milho, bovinos vivos, miudezas e carnes de aves;
- atuação na redução temporária do Imposto de



Importação incidente sobre insumos estratégicos do setor agropecuário; redução tarifária sobre matérias-primas e defensivos essenciais para as culturas de soja e milho;

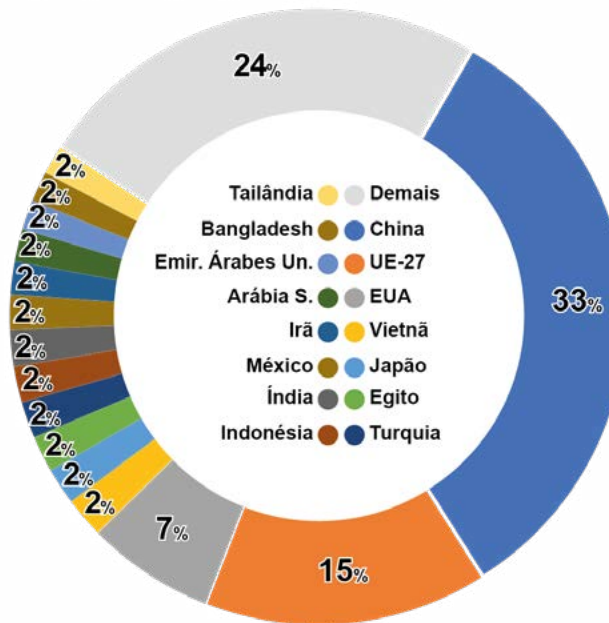
- atuação técnica e estratégica desenvolvida em 2025 nas negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia, concluído após 26 anos de negociações;
- avanço do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e EFTA, com ampla liberalização tarifária para bens agrícolas e industriais, liberalização integral do setor pesqueiro;
- lançamento do Painel Mercados do Agro, que apresenta mapa-múndi dinâmico, com filtros que permitem cruzar informações por produto, país, ano, continente e categoria;
- publicação Intercâmbio Comercial do Agronegócio – Principais Mercados de Destino – 2025, que reúne estatísticas e análises sobre as exportações agropecuárias brasileiras;
- estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro – Agrostat, que apresenta base online com visão detalhada das exportações e importações agrícolas e do agronegócio;
- seleção de 14 novos adidos (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Delegação do Brasil em Paris, Índia, Indonésia, Japão, México, Missão do Brasil junto à OMC em Genebra, Tailândia e Vietnã);
- disponibilização, no portal do MAPA, do ConnectAgro como ferramenta interativa, gratuita, com informações sobre dados de comércio e oportunidades trazidas pelos postos de adidância agrícola;
- realização de 72 missões em 44 países e participação em 20 grandes feiras internacionais em 17 países, nos cinco continentes, com 208 empresas brasileiras envolvidas, ampliando em mais de 60% a presença

do Brasil em feiras e consolidando sua imagem como fornecedor global de alimentos, gerando US\$ 40,4 milhões em negócios imediatos e uma expectativa de US\$ 427 milhões para os 12 meses seguintes; e

- fortalecimento da cultura exportadora por meio de 26 edições da Caravana do Agroexportador, ampliação da participação de cooperativas, atração de investimentos internacionais e intensificação da cooperação técnica com países estratégicos, ações essas sustentadas por inteligência de mercado qualificada, com destaque para o AgroInsights e o Passaporte Agro.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos principais destinos das exportações do agronegócio brasileiro em 2025, evidenciando a relevância dos mercados internacionais para o setor e o grau de concentração das vendas externas por país ou bloco econômico.

Exportação do Agronegócio Brasileiro - Principais Destinos 2025



O MAPA mantém também, tanto no âmbito nacional



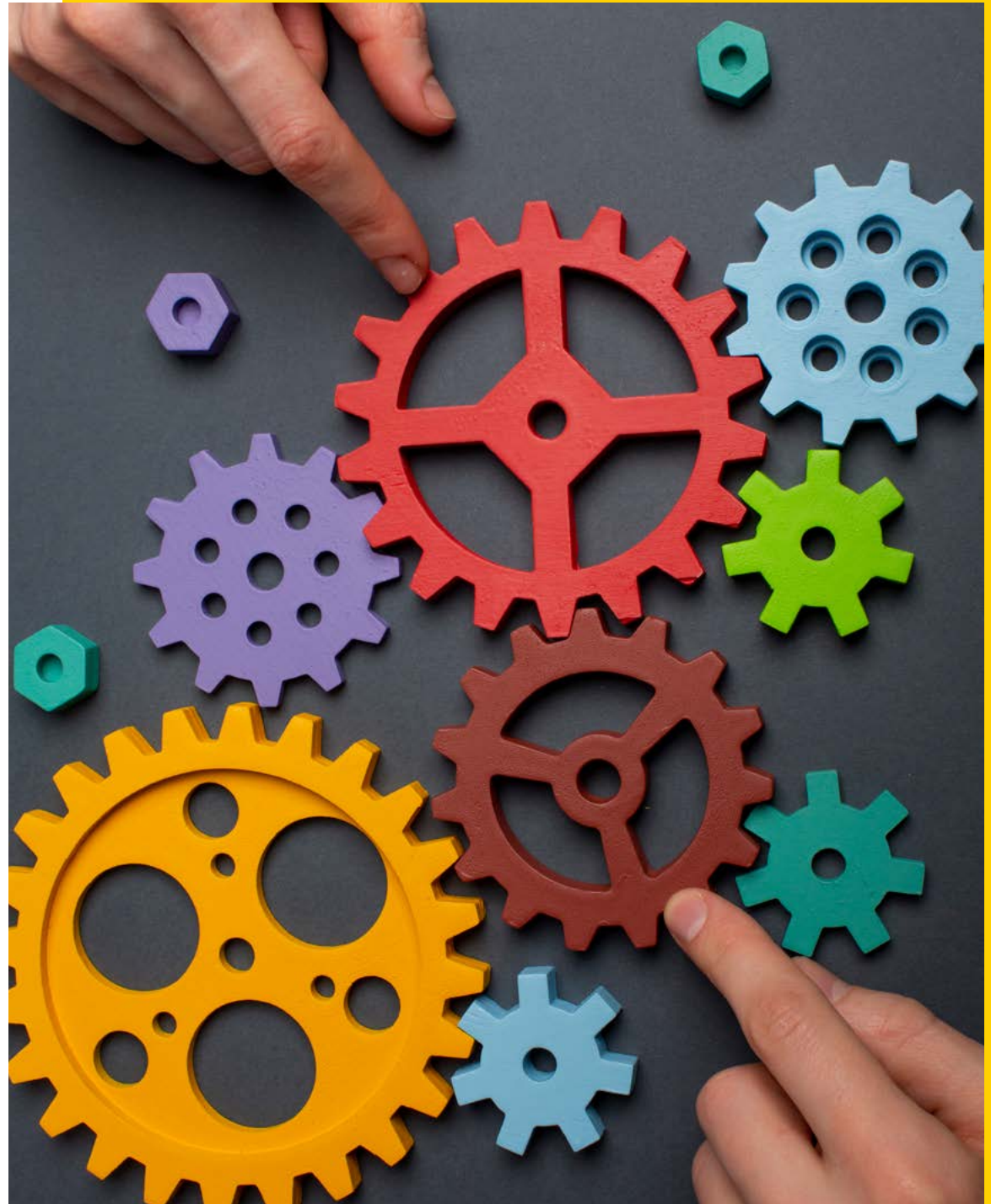
quanto internacional, ações voltadas à sustentabilidade e à inovação, ao fortalecimento da competitividade do setor, ao monitoramento climático e à ampliação da confiança internacional nos controles sanitários. Nessas áreas, destacam-se:

- elaboração da Estratégia da Agricultura na COP30;
- criação do espaço Agrizone na COP30, com participação de 46 delegações internacionais e 24.469 visitantes;
- ampliação de parcerias nacionais e internacionais no âmbito do Caminho Verde Brasil, reforçando o posicionamento da agricultura brasileira na agenda climática global;
- aperfeiçoamento de instrumentos estruturantes na Política Agrícola, como o crédito rural, o seguro rural e o Zoneamento Agrícola de Risco Climático;
- ampliação e modernização da rede nacional de monitoramento meteorológico, inclusive por meio de parceria com a Eletrobras e reconhecimento do INMET como Instituição de Ciência e Tecnologia - ICT;
- o avanço da certificação sanitária digital, com efeitos positivos sobre a credibilidade sanitária do País perante os mercados externos;
- reconhecimento internacional do Brasil como território livre de febre aftosa sem vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal - OMSA;
- reconhecimento do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo como referência internacional pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO;
- fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; e
- maior agilidade nos processos de exportação com a digitalização de certificados e controles: EXPOV, SISBOV 2.0, SISBRAVET 2.0 e e-Phyto (certificado fitossanitário eletrônico).





3. OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS





Planejamento Estratégico e Políticas Públicas

As políticas públicas executadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária estão fundamentadas na Lei nº 8.171/1991 (Lei de Política Agrícola) e orientadas à promoção do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias. Para estruturar sua atuação, o Ministério utiliza, de forma articulada, dois instrumentos centrais de planejamento: o Plano Plurianual - PPA e o Plano Estratégico Institucional - PEI.

O primeiro é um plano de governo, com duração de quatro anos, voltado ao atendimento das demandas entendidas como prioritárias para a sociedade brasileira, elaborado logo no primeiro ano de um novo governo, alinhado aos demais instrumentos de planejamento adotados pela administração pública federal.

Já o segundo é um instrumento de planejamento institucional que contempla um horizonte temporal maior (dez anos) e que sintetiza de forma concatenada os objetivos que o MAPA deve atingir junto à sociedade e ao setor agropecuário nacional. Estão incluídas nisso as entregas externas e os processos de melhorias internas, que servem de base para a boa governança do órgão nas suas três dimensões fundamentais: estratégia, liderança e controle.

Governança

No âmbito da governança, o MAPA atua alinhado ao Decreto nº 9.203/2017, estruturando mecanismos de liderança, estratégia e controle para gerar valor público. Como instâncias internas de apoio, Auditoria Interna, Ouvidoria e Corregedoria fortalecem a escuta de partes interessadas, a avaliação de riscos e o monitoramento de controles.

No topo do nível estratégico, o Comitê Interno de Governança - CIGOV, reativado pela Portaria MAPA nº 630/2023, atua como instância máxima para orientar prioridades e elevar a qualidade da gestão, reforçando a confiança interna e externa. Em 2025, sua atuação é descrita em três horizontes.

- **Curto prazo:** organização do processo decisório, padronização, definição de responsabilidades, rastreabilidade de deliberações e respostas mais ágeis a órgãos de controle;
- **Médio prazo:** consolidação de melhoria regulatória com AIR, fluxos e comitês permanentes nas Secretarias, alinhamento ao Decreto nº 10.411/2020 e recomendações do TCU, com destaque para desempenho máximo em transparência ativa na avaliação da CGU; e
- **Longo prazo:** consolidação de cultura de integridade, transparência e proteção de dados, com diretrizes de governo aberto, política de privacidade e proteção de dados e incentivo a iniciativas de integridade setorial.

Na Secretaria-Executiva, como órgão setorial, as subsecretarias coordenam a atuação do Ministério nos sistemas estruturantes, alinhando prioridades e recursos,



padronizando processos e assegurando integridade e rastreabilidade, o que visa qualificar atividades sensíveis como as de compras, contratos, patrimônio, monitoramento de desempenho e prestação de contas. Em 2025, destacam-se:

- **STI** - governança de TI e transformação digital orientadas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, com fortalecimento de governança contratual e orçamentária, referenciais internos de governança de dados, uso responsável de IA e atualização de segurança da informação em conformidade com a LGPD, além de melhoria no atendimento operacional;
- **SGP** - coordenação das políticas de pessoal como órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, com padronização, orientação, administração de grande volume de vínculos financeiros e foco em modernização, qualificação e bem-estar, ampliando transparência e acesso a serviços;
- **SPOA** - desempenhou um papel crucial na coordenação e execução das atividades de planejamento, orçamentárias e administrativas do Ministério. Dentro do seu escopo de atuação, a SPOA foi responsável por garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos, promovendo uma gestão mais eficaz e transparente das ações do MAPA. Além disso, a área foi responsável pelos programas PRONER, PROMAQ e pela execução da Ação 20ZV de fomento ao setor agropecuário;
- **SGS** - unidade responsável pelo monitoramento, coordenação e apoio às Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária SFA dos Estados e do Distrito Federal. Sua atuação compreende as áreas de gestão

orçamentária, contratual, patrimonial e de gestão de pessoas, bem como o acompanhamento das demandas provenientes dos órgãos de Controle Interno e Externo, das Secretarias finalísticas do MAPA e dos órgãos a ele vinculados; e

- **INMET** - Unidade responsável pelo monitoramento meteorológico e climatológico do Brasil. Mantém a maior rede de estações meteorológicas da América do Sul, elabora previsões de tempo e clima, emite alertas de eventos severos e fornece dados essenciais à Defesa Civil, à agricultura, ao setor energético e à gestão de recursos hídricos.

No nível tático, destacam-se algumas práticas desenvolvidas nas Secretarias finalísticas:

- **Secretaria de Defesa Agropecuária** - avanço do SISBI POA com o ConSIM e fortalecimento de padronização, uniformidade de inspeção e acesso ao mercado formal, juntamente com a SDA Digital com centralização de cadastros, modernização de registros e certificação digital, reforçando rastreabilidade, transparência e eficiência;
- **Secretaria de Política Agrícola** - governança do crédito rural e instrumentos de gestão de riscos e mercado, com uso de indicadores, painéis de dados, automação, padronização processual e articulação interinstitucional, incluindo câmaras setoriais e suporte técnico ao Congresso;
- **Secretaria de Desenvolvimento Rural** - padronização de instrumentos de parceria, monitoramento de indicadores, integração entre áreas técnicas e coordenação de programas estruturantes como o PRONASOLOS, além de protocolos de rastreabilidade, plataformas digitais



e instâncias colegiadas em temas como bioinsumos; e

- **Secretaria de Comércio e Relações Internacionais** - governança orientada a resultados internacionais mensuráveis, baseada em inteligência de mercado e atuação de adidos agrícolas, com instrumentos de transparência e prestação de contas como painéis e sistemas de informação de comércio e aberturas de mercado.

A partir desse panorama, fica evidente que a governança no MAPA não se limita à existência de instâncias formais ou ao cumprimento de normativos. Ela se traduz em práticas concretas, distribuídas entre níveis estratégico, tático e operacional, orientadas por resultados e pela geração de valor público. Nesse sentido, o próximo bloco sistematiza essas dimensões como capacidades avaliáveis, destacando seus objetivos e a contribuição direta para a melhoria contínua da gestão.

Capacidade de Liderança

Expressa o grau de maturidade com que a Alta Administração define prioridades, orienta a atuação institucional, fortalece a integridade e mobiliza pessoas para a entrega de resultados. Essa capacidade se concretiza em instâncias formais de governança, como o Comitê Interno de Governança e a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos. A liderança institucional vai além do desempenho individual dos dirigentes, pois envolve formar gestores com visão sistêmica, aptos a decidir com base em evidências, coordenar unidades diversas, promover ambiente ético e preparar novas lideranças.

Capacidade de Estratégia

Traduz a aptidão do Ministério para planejar o futuro, estabelecer objetivos claros, acompanhar resultados e ajustar rotas diante de mudanças econômicas, climáticas, tecnológicas e regulatórias. Essa dimensão se apoia no Plano Estratégico do MAPA 2020-2031 e em instrumentos de monitoramento e transformação digital, como o PDTIC 2024-2025. Na prática, isso significa fortalecer o planejamento, qualificar o monitoramento da execução, ampliar o uso de dados na decisão gerencial e impulsionar a inovação com foco na geração de valor público.

Capacidade de Controle

Reúne estruturas e processos destinados a prevenir falhas, mitigar riscos, assegurar conformidade e ampliar a transparência e a responsabilização. Esse pilar se apoia na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, na atuação do Comitê Interno de Governança, da Assessoria Especial de Controle Interno e nas rotinas de auditoria, prestação de contas e supervisão. Assim, o controle atua de forma preventiva e orientadora, integrando riscos, integridade, supervisão e prestação de contas para garantir a aplicação legal, legítima e eficiente dos recursos públicos.

Em conjunto, liderança, estratégia e controle formam a base da governança do MAPA, ampliando sua capacidade de responder às demandas do país, aperfeiçoar políticas agropecuárias e prestar contas com clareza ao cidadão.



Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios



Nos próximos exercícios, o desafio central da governança no MAPA é consolidar os avanços já implementados em rotinas institucionais estáveis, reduzindo assimetrias de maturidade entre áreas e entre o nível estratégico e a atuação finalística.

Para isso, a perspectiva é fortalecer o CIGOV como eixo de priorização e monitoramento por indicadores, com portfólio de iniciativas, metas, prazos e responsáveis, avançando na melhoria regulatória e na análise de impacto e controles internos com foco preventivo, na governança de dados e transformação digital com conformidade à LGPD e uso responsável de IA, e no aumento da maturidade de governança contratual, orçamentária e de segurança da informação, elevando previsibilidade, eficiência e confiança pública.





Gestão de Riscos



A Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, vinculada ao Gabinete do Ministro, atua no fortalecimento da integridade, da gestão de riscos e dos controles internos do MAPA. Em 2025, a atuação da área concentrou-se na preparação institucional para a implementação da nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGRCI instituída pela Portaria MAPA nº 743, de 18 de dezembro de 2024.

A nova política definiu a AECI e o Comitê Interno de Governança - CIGOV como instâncias supervisoras responsáveis por apoiar e orientar a integração da gestão de riscos e dos controles internos aos processos organizacionais do Ministério. Nesse contexto, coube à AECI apoiar a estruturação de procedimentos, diretrizes, metodologias e mecanismos de monitoramento voltados à operacionalização da política.

Ao longo de 2025, as ações priorizaram a reorganização da área e o fortalecimento da capacidade técnica da equipe para o exercício das novas atribuições. Entre os avanços do período, destacam-se a capacitação promovida no âmbito do Fórum das Assessorias Especiais de Controle Interno, em setembro de 2025, por meio do Seminário de Gestão de Riscos, com carga horária de 22 horas, e a reorganização da estrutura da AECI com a publicação do Decreto nº 12.642, de 1º de outubro de 2025.

Com a nova estrutura, a Assessoria passou a contar com a Coordenação-Geral de Riscos, Integridade e Controle, CGRIC, o que elevou o tratamento do tema ao nível tático de gestão e reforçou a capacidade institucional do Ministério para coordenar a implementação da PGRCI.

Integridade

No MAPA, a Assessoria Especial de Controle Interno - AECI exerce a função de unidade setorial do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (SITAI), com atuação voltada à coordenação e ao acompanhamento do Programa e do Plano de Integridade do Ministério, em conjunto com as demais instâncias responsáveis pelo tema.

Em dezembro de 2024, no âmbito do Programa de Integridade Íntegro, foi lançado o Plano de Integridade 2025-2026, aprovado pelo Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, com o balanço das ações até então realizadas e o conjunto de ações previstas para o biênio seguinte.

Entre as ações previstas no Plano, destaca-se o lançamento da 7ª edição do Selo Agro Mais Integridade, por meio da Portaria MAPA nº 828, de 19 de agosto de 2025. Trata-se de iniciativa pioneira do Ministério da Agricultura e Pecuária, em parceria com entidades públicas e privadas que compõem o Comitê Gestor, que visa reconhecer e premiar empresas do agronegócio brasileiro que demonstram boas práticas de ética e integridade, nas áreas Anticorrupção, Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental.

A 7ª edição foi marcada por mudanças no regulamento, que repercutiram nos procedimentos subsequentes de avaliação, como a inscrição individualizada de matriz e filiais, critérios objetivos de avaliação, baseados em sistema de pontuação, foco na comprovação de implementação dos requisitos de avaliação e alteração do ciclo de realização, que passa a ser bienal.

Destaque para o recorde histórico: 96 empresas inscritas



para participar da iniciativa. Para se ter uma ideia da dimensão do público, esse número representa um aumento de 123,26% em relação à edição anterior, que contou com a inscrição de 43 empresas.

O processo de avaliação transcorreu durante 94 dias e seguiu as etapas de análise de admissibilidade, pesquisa reputacional, análise preliminar, envio de diligências, reuniões de alinhamento e análise final. Foram realizadas mais de 100 diligências e analisados mais de 2.000 documentos enviados pelas participantes. O resultado será divulgado no evento de premiação, que ocorrerá em março de 2026.

O Selo Agro Mais Integridade se consolidou como uma importante iniciativa do Ministério para incentivar e promover a integridade no seu ambiente externo, envolvendo as partes interessadas – nesse caso, empresas, cooperativas e associações – em consonância com o que prevê a Recomendação do Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Integridade Pública.

Além do grande sucesso da 7ª edição, a própria OCDE reconheceu expressamente o Selo como boa prática de integridade, na Revisão de Integridade da OCDE sobre o Brasil 2025, publicada em 7 de novembro de 2025.

Quadro 3.3. Iniciativas para incentivar a integridade no setor agrícola

No Brasil, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) desenvolveu uma série de iniciativas para fortalecer a integridade pública dentro do Ministério (eixo interno) e, de forma mais ampla, dentro do setor agrícola (eixo externo). Essas iniciativas estão incluídas no Plano de Integridade do MAPA.

Figura 3.2. Selo de Integridade do MAPA, "Mais Integridade"



Como parte das iniciativas desenvolvidas para incentivar a integridade pública no setor agrícola (eixo externo), o MAPA criou o Selo de Integridade do MAPA, "Mais Integridade". O objetivo dessa iniciativa é promover, reconhecer e recompensar práticas de integridade por parte de empresas do agronegócio sob a perspectiva da responsabilidade social, sustentabilidade, ética e integridade (compromisso com a mitigação de práticas de fraude, suborno e corrupção). Por meio dessa iniciativa, as empresas e cooperativas do agronegócio podem buscar voluntariamente a certificação do MAPA em diferentes etapas progressivas, culminando com o selo "Empresa Pró-Ética" da CGU, caso a empresa consiga obter os dois selos anteriores.

Um Comitê Gestor é responsável por aprovar o resultado final das avaliações técnicas realizadas pela Área de Integridade do MAPA sobre a documentação enviada pelas empresas e cooperativas interessadas em obter o Selo de Integridade do MAPA. O Comitê Gestor é composto por instituições privadas de todo o país ligadas ao agronegócio e pelos seguintes órgãos públicos: MAPA, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Companhia Nacional de Abastecimento e CGU.

Nota: Selo verde: Primeira concessão. Selo amarelo: Renovação. Selo "Empresa Pró-Ética": Concedido pela CGU quando uma empresa obtém os dois selos anteriores.

Fonte: Brazilian Ministry of Agriculture and Livestock (n.d.^[19]), Selo Mais Integridade, <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/integridade/selo-mais-integridade>.

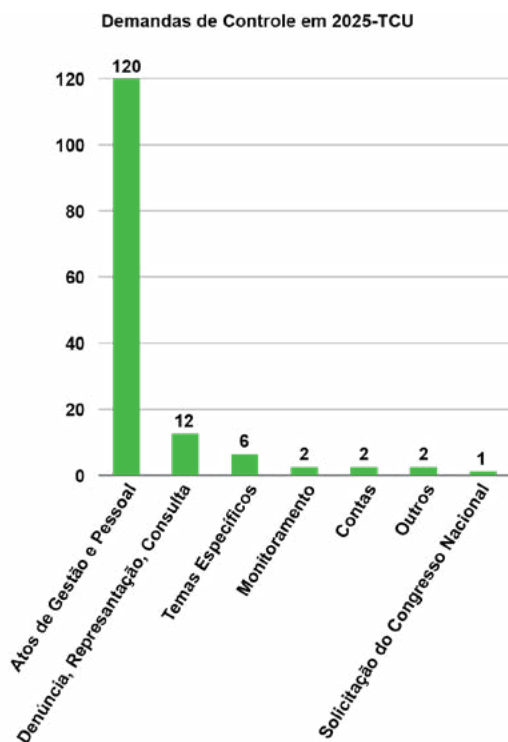
Fonte: Reuniões durante a missão de investigação realizada em junho de 2022; Brazilian Ministry of Agriculture and Livestock (n.d.^[19]), Selo Mais Integridade, <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/integridade/selo-mais-integridade>.

Controle

Durante 2025, a AECI desempenhou papel fundamental no acompanhamento e coordenação das ações relacionadas aos órgãos de controle externo e interno, promovendo o diálogo construtivo entre a gestão do Ministério e as instâncias fiscalizadoras. O trabalho desenvolvido concentrou-se no acompanhamento estratégico das demandas oriundas da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).



Nesse período, o TCU direcionou ao MAPA um total de 145 demandas de controle, distribuídas em diferentes categorias que refletem a amplitude e diversidade da atuação fiscalizadora daquele Tribunal, conforme gráfico a seguir:



A categoria “Atos de Gestão e Pessoal” concentrou o maior volume de processos (120), evidenciando forte atuação fiscalizatória em aspectos administrativos e de gestão de pessoas. Destacaram-se auditorias em temas específicos, como bebidas adulteradas por metanol, barreiras laborais enfrentadas por pessoas com deficiência na Administração Federal, qualidade de dados ambientais e rurais (sistemas

CAF e CAR), 11º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento e monitoramento das deliberações sobre gestão de riscos agropecuários.

Foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União 5 (cinco) pronunciamentos do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária referentes a Tomadas de Contas Especiais. As demandas da Controladoria-Geral da União abrangeram auditorias e avaliações diversas, incluindo auditoria no Instituto Nacional de Meteorologia, recomendações para a gestão e o aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia da informação no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, programas de defesa agropecuária e distribuição de máquinas do Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola - PROMAQ.

A AECI atua no monitoramento dessas demandas, assegurando respostas tempestivas e tecnicamente adequadas, e atua de forma integrada com as demais áreas do Ministério na produção de evidências, revisão de processos e interlocução com órgãos de controle. Sua atuação é cada vez mais preventiva, contribuindo para o aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos.

No que se refere à Gestão de Riscos, destacam-se os seguintes desafios:

- Capacidade operacional limitada da AECI, frente às suas demais atribuições, bem como a necessidade de capacitação adequada da equipe para atuação no tema; e
- Implementação da nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI), em consonância com as orientações da Controladoria-Geral da União (CGU),



órgão central do Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno do Poder Executivo Federal.

No âmbito da Gestão de Integridade, destacam-se:

- Necessidade de dedicação prioritária da equipe da AECl à realização da 7ª edição do Selo Agro Mais Integridade (2025-2026), em razão do expressivo número de empresas participantes;
- Revisão do Plano de Integridade vigente, com vistas à adequação de prazos e à inclusão da participação de outras unidades do Ministério;
- Fortalecimento da articulação entre a AECl e as demais instâncias de integridade, especialmente Corregedoria, Ouvidoria e Comissão de Ética; e
- Evolução das capacidades institucionais em integridade pública, com base nas diretrizes da Controladoria-Geral da União, notadamente no Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública - MMOuP e no Referencial Técnico da Atividade de Gestão da Integridade do Poder Executivo Federal, aprovado pela Portaria Normativa CGU nº 234, de 6 de novembro de 2025.

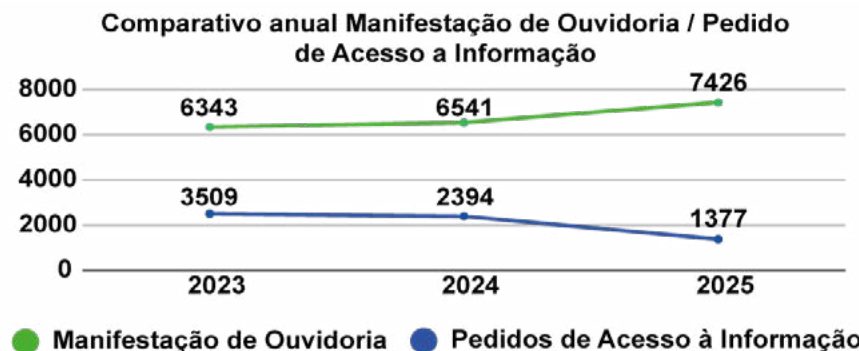
Por fim, quanto à Gestão de Controles, destacam-se:

- Capacidade operacional limitada para atuação de forma mais sistêmica, frente às demais responsabilidades da AECl; e
- Necessidade de aprimorar o acompanhamento das recomendações, por meio da elaboração de processo estruturado que contemple fluxo de trabalho colaborativo com as áreas técnicas, definição de cronogramas, marcos de acompanhamento e critérios de verificação, assegurando transparência, rastreabilidade e efetividade das ações implementadas.

Ouvidoria

A Ouvidoria promove a participação social, o diálogo institucional e a melhoria da gestão e dos serviços do Ministério da Agricultura e Pecuária, além de atuar como Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme a Lei nº 12.527/2011.

Em 2025, foram recebidas 8.803 manifestações, sendo 7.426 de Ouvidoria e 1.377 pedidos de acesso à informação. Desse total, 903 manifestações foram encaminhadas a outros órgãos por não serem de competência do MAPA.



Conforme o gráfico acima, ao analisar o quantitativo de manifestações de ouvidoria registradas no período de 2023 a 2025, observa-se um aumento nos últimos anos. Esse crescimento no número de manifestações, de um exercício para outro, pode ser compreendido como reflexo direto do fortalecimento dos mecanismos de participação e controle social.

No que se refere às solicitações de acesso à informação no período de 2023 a 2025, observa-se redução significativa no volume de pedidos. Esse resultado pode sugerir menor necessidade de formalização de demandas pela sociedade, possivelmente em razão de avanços na transparência ativa

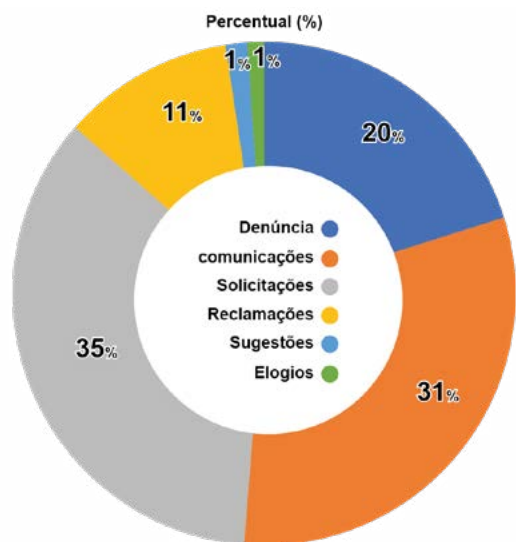


e da maior facilidade de acesso direto às informações pelo cidadão.

Manifestações de Ouvidoria

Do total de manifestações recebidas pela Ouvidoria do MAPA, 98% foram recepcionadas via Plataforma Fala.BR, diretamente pelo cidadão/usuário, e as demais foram registradas pelos operadores da Ouvidoria considerando as manifestações recebidas por e-mail, atendimento presencial ou via Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

De acordo com consulta realizada na Plataforma Fala.BR, quanto às tipologias das manifestações, o gráfico abaixo apresenta a seguinte distribuição no período:



Dentre os assuntos que mais se destacaram nas demandas recebidas pela Ouvidoria do MAPA, conforme dados do [Painel Resolveu](#), destacamos:

Manifestações por Assunto



Análise inicial, com dados retirados do painel da Ouvidoria, revelou que, dentre as manifestações encaminhadas para as unidades técnicas do Ministério para tratamento especializado, as unidades da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA concentraram a maior parte das manifestações. Em conclusão, os dados analisados demonstram que as manifestações recebidas por meio dos canais de Ouvidoria constituem instrumento relevante de apoio às ações finalísticas da Secretaria de Defesa Agropecuária, ao possibilitar a identificação de irregularidades e o direcionamento eficiente das atividades de fiscalização. As denúncias consideradas procedentes em 2025 evidenciam a efetividade desses canais como mecanismo de participação social e de fortalecimento da atuação estatal.

A eficiência no atendimento é evidenciada pelo tempo médio de resposta de 9,9 dias ([Painel Resolveu](#)). A agilidade no tratamento das manifestações favorece a melhoria contínua da gestão, ao permitir a identificação e a correção rápida de problemas.

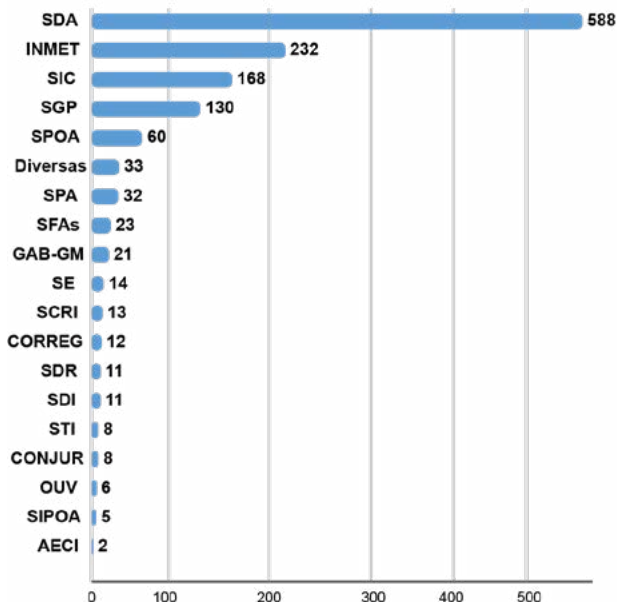


Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), regulamentado pela [Lei nº 12.527/2011](#), é a unidade responsável pelo tratamento dos pedidos de acesso à informação.

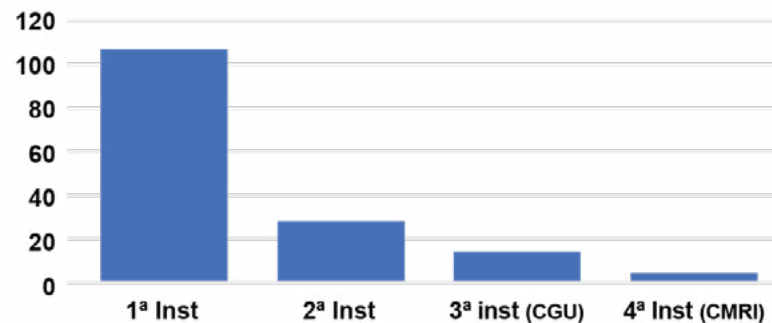
Após análise e qualificação das solicitações, o SIC submete às unidades responsáveis pela informação quando esta não está disponível em transparência ativa, sendo os assuntos da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) os mais demandados no âmbito do MAPA, seguidos do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, o que reflete o perfil das competências finalísticas do MAPA e o interesse público associado às suas atividades, conforme pode ser verificado no quadro seguinte.

Distribuição dos pedidos por unidade respondente



É facultado ao cidadão, quando tiver o pedido negado, interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias. No exercício de 2025, as respostas fornecidas resultaram em 153 recursos, demonstrados no gráfico seguinte.

Quantidade de Recurso



Planos de Dados Abertos

Em 2025, foi instituído o Comitê Gestor de Dados Abertos do MAPA (CGDA/MAPA), responsável pela elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) 2025-2027, nos termos da [Portaria MAPA nº 774/2025](#), com composição definida pela [Portaria de Pessoal SE/MAPA nº 331/2025](#), sob coordenação da Ouvidoria.

O processo de elaboração do PDA contou com consulta pública para definição das bases de dados prioritárias, ampliando a participação social e o alinhamento das ações do MAPA às demandas da sociedade e de partes interessadas. O PDA foi aprovado pela [Portaria MAPA nº 836/2025](#), em conformidade com o [Decreto nº 8.777/2016](#), sendo que o acompanhamento de sua execução é realizado pelo CGDA/MAPA e o monitoramento pela AECI, na condição de Autoridade de Monitoramento da LAI.

Atualmente, o MAPA disponibiliza 13 conjuntos de dados no [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#), contemplando



mais de 240 recursos disponibilizados (Recursos são as representações individuais ou arquivos específicos que compõem um conjunto de dados).

Transparência Ativa e Informações Classificadas

O Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal, estabelece a obrigatoriedade de divulgação, nos sítios eletrônicos oficiais, de informações de interesse coletivo ou geral, na seção “Acesso à Informação”.

No âmbito do MAPA, a transparência ativa atende quase integralmente aos itens obrigatórios avaliados pela CGU. Dos 49 itens analisados, 48 foram cumpridos integralmente e apenas as agendas das autoridades tiveram cumprimento parcial.

Relação com a Sociedade e Partes Interessadas

As denúncias e comunicações de irregularidades registradas na Ouvidoria evidenciam a relevância do controle social e da participação da sociedade no fortalecimento da fiscalização agropecuária brasileira.

Em 2025, foram qualificadas 2.136 manifestações para atuação fiscal do Ministério da Agricultura e Pecuária, das quais mais de 402, já respondidas pelas unidades da Secretaria de Defesa Agropecuária, foram consideradas procedentes, resultando em ações de fiscalização que confirmaram as irregularidades relatadas. Esse resultado demonstra a efetividade dos canais de Ouvidoria como instrumentos de participação social e de apoio às atividades finalísticas do MAPA, especialmente no que se refere a entregas relevantes à sociedade.

Dentre os principais temas de manifestações de Ouvidoria do ano que ensejaram resultados efetivos de fiscalização agropecuária, de acordo com os Informes da SDA de 2025, destacam-se:

FEVEREIRO	Divulgação e recolhimento de azeites impróprios para consumo, com identificação de fraudes laboratoriais; apreensão de 10.800 litros de azeite fraudado em Osasco; e apreensão de 14,9 toneladas de rações clandestinas no Ceará, a partir de denúncias.
MAIO	Atualização de alerta de risco com desclassificação de marcas de café torrado; interdição de fábricas de suco irregulares em Ribeirão Preto; e interdição de empacotadora de café em Piraju por falhas sanitárias e documentais.
JUNHO	Investigação de óbitos de equinos associados ao consumo de ração, com suspensão cautelar de fabricação e comercialização; e alerta ao consumidor sobre oito marcas de azeite desclassificadas por fraude.
JULHO	Intensificação das ações de fiscalização e medidas sanitárias relacionadas ao caso Nutratta, com apreensões, análises laboratoriais e ampliação das suspensões de produtos associados à morte de equinos.
AGOSTO	Investigação de reações adversas à vacina EXCELL 10, com apreensão cautelar de lotes, suspensão de vendas e recolhimento nacional, após notificações de óbitos em caprinos, ovinos e bovinos.
SETEMBRO	Operações do Vigifronteiras para combate ao trânsito irregular de sementes e mudas, com apreensão de grandes volumes de sementes irregulares e repressão a práticas ilegais no comércio e na produção vegetal.
OUTUBRO	Intensificação da fiscalização de produtos orgânicos em São Paulo, com inspeções em feiras e mercados, coleta de amostras e ações educativas junto a produtores e comerciantes.
NOVEMBRO	Divulgação de alerta de risco ao consumidor sobre azeites de oliva fraudados, com desclassificação de marcas, recolhimento de produtos e orientação aos consumidores.



A Ouvidoria cumpriu integralmente todas as metas previstas na Portaria MAPA nº 802/2025, demonstrando desempenho plenamente alinhado aos parâmetros institucionais. Foram atingidos os objetivos relacionados ao recebimento, análise e tramitação das manifestações; ao controle dos prazos de resposta da Ouvidoria e do SIC; ao monitoramento das denúncias com emissão de relatórios gerenciais; e à capacitação da Rede de Interlocutores.

Esses resultados estão comprovados pelo SEI, pelo Painel Resolveu e no Painel da Lei de Acesso à Informação (LAI) da CGU, evidenciam a regularidade do tratamento das demandas, o respeito aos prazos e a efetividade das ações realizadas, em conformidade com as normas que regem a atividade de ouvidoria.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Em 2025, a Ouvidoria registrou aumento de 11% nas demandas e maior complexidade das manifestações, especialmente na área de Defesa Agropecuária, o que exigiu análises técnicas mais aprofundadas e verificação da materialidade das denúncias. Esse cenário demandou maior articulação com as áreas responsáveis, bem como a priorização estratégica das atividades e a otimização dos fluxos internos, a fim de garantir a efetividade do atendimento.

Para 2026, o foco será o fortalecimento institucional e a melhoria contínua dos serviços, com destaque para a implementação do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública - MMOuP. Estão previstas ações como o monitoramento dos serviços, a adoção de chatbot, a revisão normativa e a elaboração de relatórios estratégicos.

CORREGEDORIA

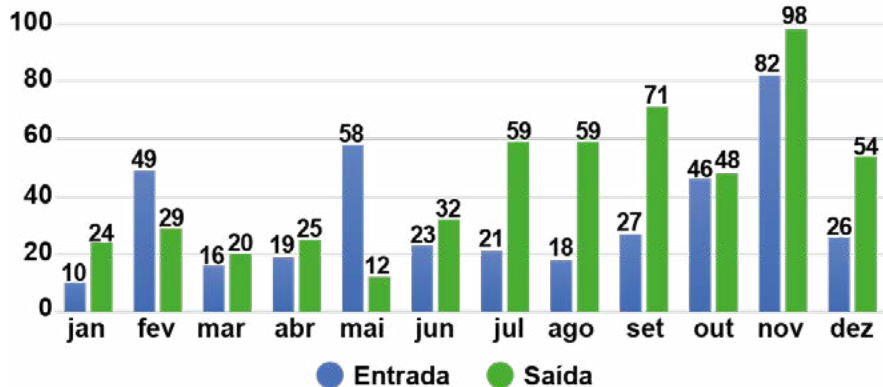
A Corregedoria é uma unidade de prevenção e apuração de ilícitos e faz parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Suas funções incluem instaurar procedimentos e processos disciplinares, apoiar o Órgão Central do Sistema com informações sobre atividades de correição e sugerir melhorias nos procedimentos operacionais. Além disso, é responsável pela instauração e julgamento de Processos Administrativos de Responsabilização conforme a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013).

No ano de 2025, a Corregedoria do MAPA atuou em 862 processos, com a celebração de 10 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC); instauração de 23 novas Investigações Preliminares Sumárias - IPS e 44 novos processos punitivos; aplicação de 35 penalidades, sendo: R\$ 28,1 milhões em multas da Lei Anticorrupção; 4 penalidades expulsivas e 1 suspensiva. Além disso, foram atendidas 36 demandas judiciais; recebidos e respondidos 15 pedidos de acesso à informação, via LAI (Lei de Acesso à Informação) e atendidas 80 demandas externas.

Além disso, houve a estabilização do acervo processual (603 processos ativos), com a redução exponencial de 43% no passivo em 2024, mesmo diante da entrada de 465 novos processos naquele ano e 528 novos processos no exercício de 2025.

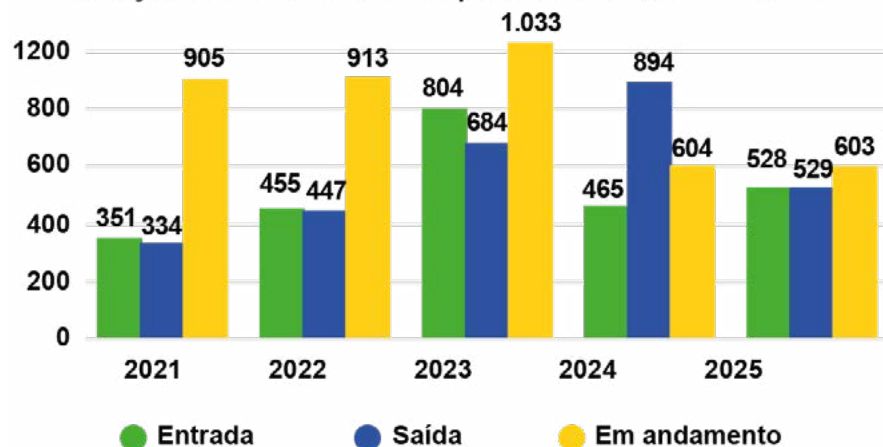


Entradas / Saídas mensais de Processos em 2025



No comparativo dos últimos 5 anos das atividades da Corregedoria, verifica-se que a quantidade de processos em tratamento oscilou, em razão das mudanças estruturais nos Órgãos do Poder Executivo, o que gerou absorção de processos de outras pastas ministeriais em um período e, também, variação na força de trabalho.

Relação de entrada e saída de processos nos últimos 5 anos



Projeto MAPEAR - Como ação estratégica, pontua-se a implantação do Projeto MAPEAR: Inteligência de Dados e Diagnóstico da Gestão Correicional, fundamentado no trinômio: Transparência, Diálogo e Prevenção.

O projeto busca promover transparência, diálogo e prevenção no MAPA por meio de ações informativas e interativas. Em 2025, o MAPEAR fortaleceu a atuação da Corregedoria, que passou a adotar uma abordagem mais integrada e menos centrada apenas em punições, com foco também na proteção da reputação institucional.

Esta iniciativa converteu dados técnicos em inteligência correicional, permitindo que a atuação pedagógica em zonas críticas de fiscalização, como os hubs de Santos, Foz do Iguaçu e Guarulhos, mitigasse riscos operacionais e reduzisse falhas processuais.

Medidas de Prevenção

Por meio de palestras focadas em temas essenciais como urbanidade, combate ao assédio moral e sexual, ética no serviço público e segurança jurídica do fiscal, o Projeto MAPEAR procurou transformar normas complexas em diretrizes práticas de conduta.

No âmbito deste projeto, foram realizadas visitas técnicas, palestras e o lançamento do novo Portal da Corregedoria do MAPA.

No novo portal, a Corregedoria disponibiliza os resultados das ações correicionais, dentre outras informações abertas ao público em geral.



Ademais, a atualização normativa pela Portaria CORREG/MAPA nº 66/2024 consolidou-se como marco regulatório da gestão em 2025, ao fortalecer o suporte às Comissões Processantes e assegurar apurações com rigor técnico. Essas medidas, aliadas ao Projeto MAPEAR e à atuação preventiva junto às áreas de fiscalização, permitiram identificar fragilidades, prevenir passivos correccionais e ampliar a transparência e a credibilidade do Ministério diante da sociedade.

Principais desafios de 2025, ações e perspectivas para os próximos exercícios

O principal desafio de 2025 foi consolidar a estrutura da Corregedoria de maneira a garantir a continuidade dos avanços.

Para 2026, o Projeto MAPEAR ingressa em uma fase de maturação cujo foco será a expansão da transformação digital e a obtenção do Nível 4 (Gerenciado) no CRG-MM, ferramenta estabelecida pelo Órgão Central de Correição do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União, para o acompanhamento das Corregedorias. O CRG-MM é uma ferramenta estratégica, desenvolvida pela CGU, que visa à promoção da integridade e da excelência na gestão das organizações públicas.

Ao estabelecer a prevenção como diretriz, sem prejuízo das ações repressivas, o MAPA reafirma seu compromisso com a ética, visando ao aprimoramento da reputação e da excelência operacional em toda a sua estrutura.

Relação com a Sociedade e Partes Interessadas

O Ministério da Agricultura e Pecuária mantém interação contínua e multicanal com cidadãos, produtores, empresas, cooperativas, entes federados, organismos internacionais e órgãos de controle, assegurando transparência, participação social e responsividade na execução das políticas públicas agropecuárias.

Em 2025, essas relações foram fortalecidas por meio de canais de atendimento ao cidadão, mecanismos de engajamento setorial, parcerias público-privadas e interinstitucionais, e instrumentos de transparência ativa, com destaque para plataformas digitais e painéis de dados.

1) Canais de atendimento e participação social

- Ouvidoria e Fala.BR/SIC: a Ouvidoria recebeu 8.803 manifestações (7.426 de ouvidoria e 1.377 pedidos de acesso à informação), com tempo médio de resposta de



9,9 dias, evidenciando agilidade e suporte ao controle social; parte relevante das manifestações foi direcionada às áreas finalísticas (ex.: SDA) e resultou em ações de fiscalização efetivas, sobretudo em defesa agropecuária.

- Transparência ativa: publicação de bases e painéis (ex.: Agrostat; Observatório da Agropecuária), ampliando o acesso público a dados e análises.

2) Engajamento com o setor produtivo e entidades

- Caravana do Agroexportador e feiras internacionais: ações de promoção comercial e encontros técnicos em múltiplos países, envolvendo centenas de empresas brasileiras, estimularam a abertura e a diversificação de mercados e ampliaram a cultura exportadora no setor.
- 39 Câmaras e comitês setoriais/temáticos: colegiados reuniram governo e cadeia produtiva para articular agendas regulatórias, sanitárias, comerciais e de inovação, gerando encaminhamentos e ganhos de coordenação.
- Programas de agregação de valor: reconhecimento e fomento a programas de Boas Práticas Agrícolas e selos distintivos (ex.: Selo ARTE, Queijo Artesanal) incentivaram a qualificação produtiva, a segurança do alimento e o acesso a mercados, com impactos positivos na renda e na formalização.

3) Parcerias e cooperação interinstitucional

- Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade: articulação com CGU, Embrapa, ApexBrasil, CNI, Febraban, Instituto Ethos, OCB, CNA, Alliance for Integrity, Pacto Global e demais parceiros para promover ética, integridade e sustentabilidade no ambiente de negócios, iniciativa reconhecida pela OCDE como boa prática.
- Cooperação federativa (PROMAQ/PRONER): a entrega de máquinas e a melhoria da infraestrutura rural alavancaram capacidades operacionais de estados,

municípios e consórcios, com 1.322 entes beneficiados no PROMAQ em 2025, reforçando mobilidade rural, logística de escoamento e inclusão produtiva.

4) Interfaces com comércio exterior e mercados

- Abertura e ampliação de mercados: em 2025, foram registradas 225 aberturas de mercado, apoiadas por inteligência comercial (painéis digitais, publicações da SCRI) e atuação de adidos agrícolas; tais entregas beneficiam produtores, cooperativas e agroindústrias, ao ampliar oportunidades e diversificar destinos.
- Ferramentas digitais para exportadores: disponibilização de painéis e sistemas (ex.: ConnectAgro; painéis de aberturas) com dados, requisitos e oportunidades, facilitando decisão, compliance e acesso a mercados por parte dos agentes privados.

5) Integridade, controle e governança

- Assessoria Especial de Controle Interno (AECI): atualização da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI) e monitoramento de demandas CGU/TCU, com foco em prevenção, integridade e melhoria de processos; Ouvidoria e Corregedoria também atuaram como instâncias de escuta, prevenção e responsabilização, com divulgação de resultados e dados em portais específicos.
- Selo Agro+ Integridade (7ª edição): recorde de 96 empresas inscritas e revisão de regulamento, reforçando padrões éticos e de sustentabilidade na cadeia, com engajamento multissetorial.

6) Resultados que refletem no cidadão

- As interações com partes interessadas se traduziram em entregas concretas ao cidadão:



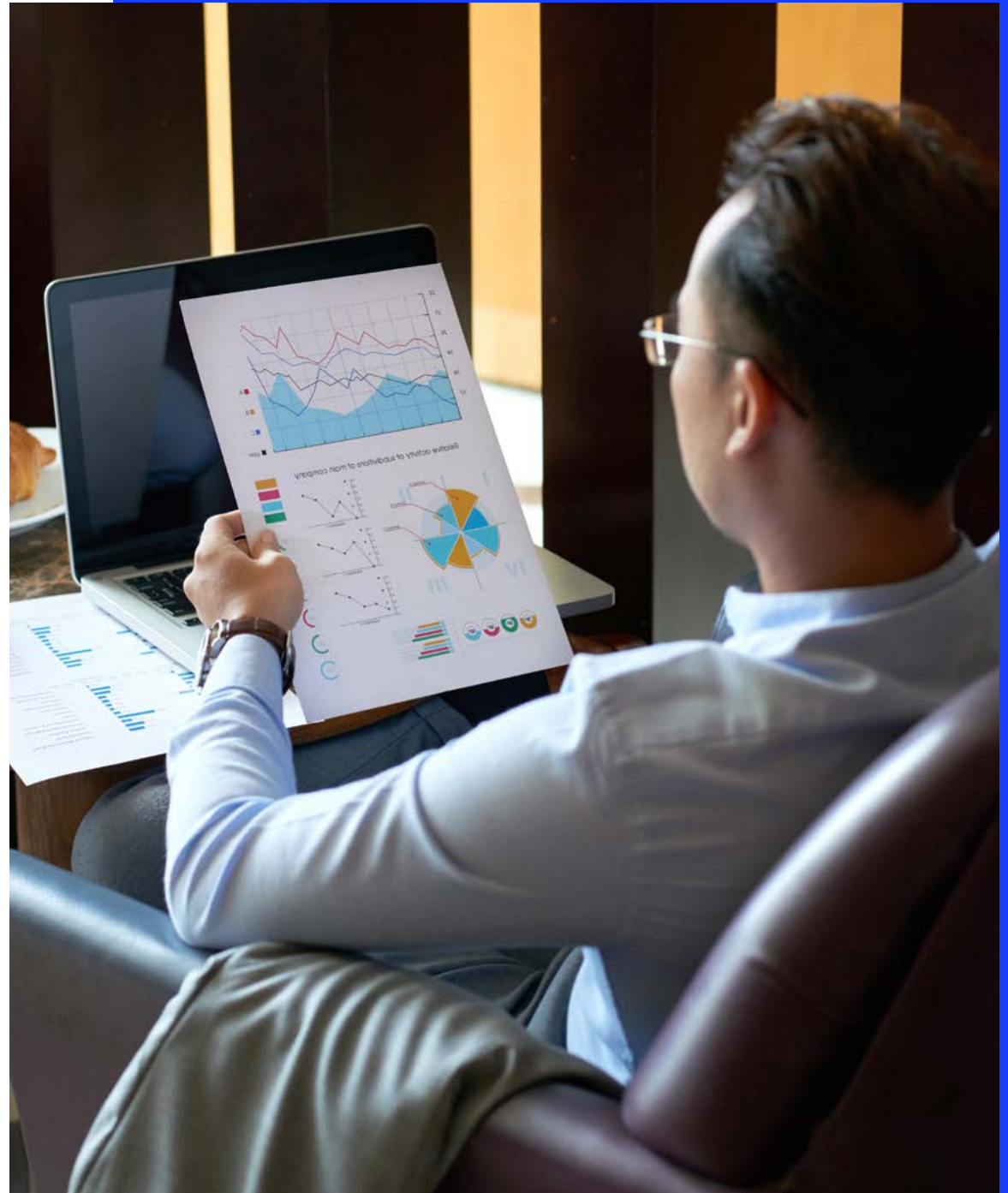
- Segurança do alimento e sanidade agropecuária (alertas, fiscalizações, análises laboratoriais) com base em denúncias, painéis e sistemas;
- Inclusão produtiva e formalização via selos, programas e cooperação federativa;
- Competitividade e renda por meio da abertura de mercados e facilitação do comércio; e
- Acesso a dados públicos (Agrostat, Observatório, dados abertos) para controle social e tomada de decisão.



AgroStat
Brasil



4. ESTRATÉGIA E RESULTADOS





Visão de Futuro e Estratégia de Atuação

A geração de valor no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA se apoia, no curto prazo, em sua estrutura voltada a atender às entregas para a sociedade conforme descreve a cadeia de valor do órgão. Para o médio e longo prazo, essa criação se apoia, respectivamente, no Plano Plurianual – PPA e no **Plano Estratégico Institucional – PEI 2020-2031** do Ministério, ambos instrumentos de planejamento previstos na Constituição e adotados pela Administração Pública Federal.

Conforme apresentado no item 2 deste relatório, em sua estrutura o MAPA possui, além da Secretaria-Executiva, Corregedoria, Ouvidoria, Consultoria Jurídica e demais assessorias que prestam auxílio imediato ao Gabinete do Ministro, quatro secretarias finalísticas que executam diretamente ações ligadas a várias políticas públicas setoriais. São elas: Secretaria de Política Agrícola; Secretaria de Defesa Agropecuária; Secretaria de Desenvolvimento Rural; e Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.





SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Trata dos temas afetos à segurança dos alimentos e produtos e insumos agrícolas, incluindo sanidade vegetal, saúde animal, registro e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, de insumos agropecuários, e outros contemplados no escopo da defesa e vigilância em saúde agropecuária.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Focaliza as ações de fomento rural para as várias cadeias produtivas, inovação agropecuária, agricultura de baixa emissão de carbono, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, irrigação e cooperativismo rural. Na sua estrutura também está inserida a Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira - Ceplac, criada em 1957 e que é referência especializada em pesquisa e fomento no setor do cacau.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

É responsável pelas iniciativas do Ministério relacionadas ao crédito e seguro rural, bem como temas que envolvem o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, comercialização de produtos agropecuários, abastecimento e análise econômica agrícola.

SECRETARIA DE COMÉRCIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desenvolve ações voltadas para a abertura e manutenção de mercados internacionais para os produtos agropecuários brasileiros, no suporte às negociações comerciais e defesa contra barreiras tarifárias e não tarifárias relacionadas à pauta agropecuária, na contínua promoção comercial e aumento da inserção comercial internacional das cooperativas nacionais e atração de investimentos externos para o setor agropecuário brasileiro.



Inserido na estratégia de atuação de médio e longo prazo está o Plano Plurianual – PPA, que é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da Administração Pública Federal para os próximos quatro anos. O PPA 2024-2027, vigente no período a que se refere este Relatório de Gestão, apresenta três programas sob responsabilidade do MAPA:



PROGRAMA 1144 -
AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL.

Objetivo: fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética;



PROGRAMA 2302 -
DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e para o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária; e



PROGRAMA 2303 -
PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Objetivo: fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.



Além de um objetivo geral, cada um desses programas contém um conjunto de objetivos específicos com entregas associadas e com metas anuais próprias, que contribuem para o cumprimento do objetivo do seu programa de vinculação. Apresentam-se abaixo os objetivos específicos vinculados a cada programa do MAPA:

PROGRAMA 1144 -

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos;
2. Ampliar o acesso do produtor ao Crédito Rural;
3. Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade;
4. Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária e da pecuária familiar;
5. Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas);
6. Ampliar e diversificar a produção agropecuária e a apicultura, fruticultura e pecuária familiar, agregando valor aos seus produtos e serviços; e
7. Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas legais de produção e comércio.

PROGRAMA 2302 -

DEFESA AGROPECUÁRIA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insumos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, assegurando a competitividade nacional e internacional;
2. Fortalecer os mecanismos de sanidade vegetal e de conformidade de insumos e produtos de origem vegetal assegurando a competitividade nacional e internacional; e
3. Fortalecer os serviços de vigilância agropecuária internacional, laboratórios oficiais, educação sanitária em atendimento às demandas da defesa agropecuária federal.

PROGRAMA 2303 - PESQUISA E

INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal; e
2. Ampliar as ações de PD&I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.



Considerando a metodologia do PPA 2024-2027, que estabeleceu na sua dimensão estratégica uma segmentação do planejamento governamental em 3 eixos, o MAPA como gestor de políticas públicas para o setor agropecuário nacional vincula-se ao Eixo 2, que é o eixo de “Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática”, que tem como propósito o crescimento do país tendo como base uma economia inclusiva, pela produção e pelo consumo, na direção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável.

São desafios centrais desse eixo o desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades, uma prosperidade mais bem distribuída pelas regiões do país e o crescimento sustentável da economia, o que implica articular as agendas da inclusão e da redução das desigualdades com as da ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade, na direção de uma economia cada vez mais verde e descarbonizada.





Mapa Estratégico 2020-2031

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Missão -

Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira

Visão -

Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias

:: Resultados para a Sociedade

OE01 | Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil

OE02 | Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior

OE03 | Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo

:: Resultados para o Público-Alvo

OE04 | Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras

OE05 | Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário

OE06 | Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias

OE07 | Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários

:: Processos Internos

Conhecimento e Inovação

OE08 | Desenvolver a inteligência agropecuária e de mercado

OE09 | Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias

Comunicação e Articulação

OE13 | Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira

OE14 | Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística

Apoio à Agropecuária

OE10 | Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos

OE11 | Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados

OE12 | Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural

OE15 | Modelar, aprimorar e automatizar processos de negócio

Qualidade e Agilidade Administrativas

:: Infraestrutura e Aprendizagem

OE16 | Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa

OE17 | Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional

OE18 | Promover a inovação e a transformação digital

OE19 | Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos

Valores - Comprometimento, Ética, Transparência, Excelência, Responsabilidade, Foco dos Públicos-Alvo, Proatividade, Integração



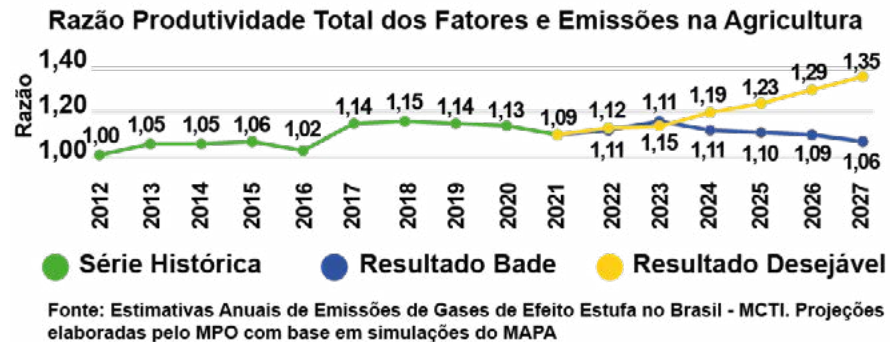
Aderência do Plano Estratégico a Outros Planos do Governo



Neste Eixo 2 da dimensão estratégica, o principal objetivo estratégico do setor agropecuário é o “2.3 - Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura”.



Para cada objetivo estratégico de um dado eixo, foram definidos indicadores-chave e metas associadas. O MAPA propôs para o objetivo estratégico acima citado o indicador-chave ‘Razão da produtividade total dos fatores (PTF) e volume de emissões na agricultura’, com base no cálculo da PTF pelo MAPA e nas estimativas anuais de emissões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI, como indicador representativo do esforço de aumentar a produtividade total dos fatores com concomitante redução das emissões por unidade de produto gerado.



O Planejamento Estratégico Institucional (PEI), definido pela SEGES/MGI, é o principal instrumento de gestão dos órgãos setoriais do MAPA, orientando a atuação institucional e a busca de resultados de longo prazo. Inspirado na metodologia do Balanced Scorecard, o PEI funciona como uma bússola estratégica, permitindo

compreender o contexto institucional, avaliar a situação atual e projetar o futuro desejado, com flexibilidade para ajustes contínuos conforme mudanças no ambiente interno e externo.

Como resultado desse processo, foi elaborado o Plano Estratégico 2020-2031, que formaliza a estratégia institucional do MAPA ao explicitar missão, visão de futuro, valores, desafios e objetivos estratégicos, além de indicadores, metas e iniciativas. O plano é revisado anualmente e estabelece como missão do Ministério promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, orientando de forma estruturada a condução das políticas e ações institucionais.

O atual Plano Estratégico 2020-2031 foi estruturado para se articular continuamente e assegurar, na medida do possível, coerência com os principais instrumentos de planejamento do governo federal, ou seja, com as diretrizes e planejamentos de médio e longo prazo do Estado brasileiro, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (2020-2031), a Visão de Futuro do Agro Brasileiro elaborada pela Embrapa e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

A própria Lei do PPA 2024-2027 estabelece que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem formular ou revisar seus Planos Estratégicos Institucionais de maneira compatível com o PPA



e com os demais instrumentos de planejamento governamental, reforçando a necessidade de integração entre os diferentes níveis da programação pública.

Como visto no item anterior, o Plano Plurianual, como instrumento central do planejamento de governo, definiu as prioridades, metas e objetivos a serem alcançados em um período de quatro anos. No ano de 2024, três programas do PPA foram atribuídos ao MAPA:

- Programa 1144 – Agropecuária Sustentável
- Programa 2302 – Defesa Agropecuária
- Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária

Alguns Objetivos Estratégicos do PE 2020 -2031 apresentam aderência imediata, enquanto outros contribuem de forma transversal ou indireta para os Objetivos Gerais e Específicos inseridos no PPA 2024-2027. É comum que um mesmo Objetivo Estratégico se relacione a mais de um programa, evidenciando a necessidade de uma lógica de planejamento articulada e orientada a resultados.

PLANO ESTRATÉGICO 2020-2031

5ª edição - Ano 2025





A correspondência entre programas do PPA e Objetivos Estratégicos do MAPA pode ser sintetizada da seguinte forma:



**PROGRAMA 1144 -
AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL.**

Relaciona-se aos Objetivos Estratégicos voltados à competitividade, sustentabilidade e ampliação de mercados, entre eles:

- OE04 |** Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras;
- OE06 |** Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;
- OE07 |** Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;
- OE11 |** Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados; e
- OE12 |** Ampliar o acesso ao crédito e ao seguro rural.



**PROGRAMA 2302 -
DEFESA AGROPECUÁRIA**

Direcionado ao fortalecimento da qualidade e segurança sanitária, com vínculo direto aos Objetivos Estratégicos:

- OE02 |** Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior; e
- OE10 |** Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.



**PROGRAMA 2303 -
PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA.**

Conecta-se às iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico, envolvendo os Objetivos Estratégicos:

- OE05 |** Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário; e
- OE09 |** Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.



Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados em 2025



Em 2025, foi realizado o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2031 do MAPA, que foi elaborado com fundamento no método Balanced Scorecard (BSC). Esse planejamento constitui o instrumento formal de tradução, implementação e monitoramento da estratégia setorial e institucional.



No período, foram acompanhados 19 objetivos estratégicos, monitorados por meio de 36 indicadores de desempenho, 15 iniciativas estratégicas e 7 ações estratégicas, cujo conjunto expressa os esforços institucionais em benefício do seu público-alvo e da sociedade.



O mapa estratégico no modelo está estruturado em quatro perspectivas complementares, que refletem a cadeia de geração de valor público do Ministério: Resultados para a Sociedade, Resultados para o Público-Alvo, Processos Internos e Infraestrutura e Aprendizado.

A organização dessas perspectivas tem uma lógica de causa e efeito e permite compreender que os resultados finalísticos dependem do fortalecimento das capacidades internas e do aprimoramento contínuo dos processos organizacionais.

A seguir, apresentam-se 4 quadros contemplando os resultados de 2025. Considerando o conjunto dos 36 indicadores do PE 2020-2031, verificou-se que, em 2025, o indicador de desempenho institucional atingiu 83,3%, ou seja, 30 indicadores alcançaram o percentual mínimo exigido para sua caracterização como objetivo alcançado, observada a margem de tolerância admitida para as metas pactuadas.

Resultados para a Sociedade

Objetivo estratégico	Indicador	Polaridade	Meta 2025	Resultado 2025 (*)
OE01 - Impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil	INDO1.1 - Variação do Produto Interno Bruto-PIB do Agronegócio	Positiva	6,90%	6,49%
OE02 - Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior	INDO2.1 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal e Animal	Positiva	81%	76,68%
	INDO2.2 - Porcentagem de Suspeitas de Doenças Emergenciais dos Animais Atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no Prazo Regulamentar	Positiva	92,50%	87,30%
OE03 - A competitividade dos produtos da agropecuária brasileira no mercado interno e externo	INDO3.1 - Participação Anual das Exportações Agropecuárias Brasileiras no Comércio Mundial de Produtos Agropecuários	Positiva	8%	8,20%

(*) Objetivos são considerados alcançados dentro da margem de tolerância admitida para as metas

Nesta perspectiva de resultados para a sociedade, os valores de indicadores apurados em 2025 evidenciam contribuição consistente do MAPA para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a competitividade



do setor agropecuário brasileiro, ainda que existam externalidades conjunturais e estruturais que influenciam o desempenho dos indicadores.

Em síntese, o MAPA tem contribuído de maneira relevante para a geração de valor público, especialmente no que se refere ao crescimento econômico do setor, à segurança sanitária, à ampliação da inserção internacional e à promoção da sustentabilidade da produção agropecuária. Persistem os desafios relacionados à heterogeneidade regional e à necessidade de fortalecimento das capacidades operacionais dos entes subnacionais, o que reforça a importância do aprimoramento contínuo das políticas públicas e de instrumentos de atuação interinstitucional.



Resultados para o Público-Alvo

Objetivo estratégico	Indicador	Polaridade	Meta 2025	Resultado 2025 (*)
OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras	INDO4.1- Número de Municípios que Utilizam Crédito Oficial ABC+ para Adoção dos Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis - SPSABC	Positiva	3300	3266
	INDO4.2 - Quantidade de Cadeias Produtivas com Incorporação de Tecnologias e Sistemas Produtivos Sustentáveis	Positiva	10000	47000
	INDO4.3 - Índice de Áreas em Sistemas Agroflorestais (SAFS) no Bioma Amazônia	Positiva	69%	63%
	INDO4.4 - Taxa de Abate de Bovinos com até 24 Meses em Relação ao Ano Base	Positiva	1,1	1,18



OE05 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário	INDO5.1- Incremento do Impacto Econômico das Soluções Tecnológicas Agropecuárias Transferidas à Sociedade	Positiva	2,50%	5%
	INDO5.2 - Índice de Estações Meteorológicas Operantes	Positiva	85,00%	70%
OE06 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias	INDO6.1- Abertura de Mercados para Produtos Agropecuários Brasileiros	Positiva	40	225
OE07 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários	INDO7.1 - Percentual de Crescimento do Número de Unidades de Produção Orgânica Cadastradas	Positiva	5,28%	-6,80%
	INDO7.2 - Número de Cultivares Protegidas e Espécies Passíveis de Proteção	Positiva	3574	3873
	INDO7.3 - Quantidade de Produtos com Valor Agregado Adicional	Positiva	23000	33442

(*) Objetivos são considerados alcançados dentro da margem de tolerância admitida para as metas

Os resultados associados à perspectiva do público-alvo evidenciam ampliação das entregas estatais voltadas ao setor agropecuário, especialmente no que se refere à

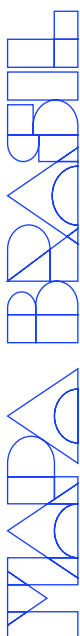
sustentabilidade, à inovação tecnológica, à abertura de mercados e à agregação de valor à produção.

Destaca-se o resultado expressivo do objetivo estratégico de ampliação e diversificação de mercados, cujo indicador - abertura de mercados - superou amplamente a meta prevista. Esse desempenho evidencia a elevada capacidade de articulação internacional e de atuação comercial construída pelo MAPA, com investimentos institucionais em presença internacional, pelo fortalecimento da estrutura organizacional por meio da ampliação, em 2025, do número de adidos agrícolas de 29 para 40 e pela adoção de postura mais proativa na prospecção de oportunidades de mercado.

A análise dos indicadores e resultados da perspectiva demonstra que o MAPA tem ampliado de forma consistente a oferta de instrumentos, políticas e serviços direcionados ao setor produtivo, promovendo ganhos relevantes em inovação, acesso aos mercados de interesse e agregação de valor à produção. Não obstante, os resultados também sinalizam a necessidade de aprimoramento contínuo das capacidades operacionais e atenção às dinâmicas específicas de determinados segmentos, como a da produção orgânica, visando consolidar resultados alcançados.



Processos Internos



Objetivo estratégico	Indicador	Polaridade	Meta 2025	Resultado 2025 (*)
OE09 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias	IND09.1 - Número de Ativos Tecnológicos e Ativos Pré-Tecnológicos Desenvolvidos Pela Embrapa no Ano	Positiva	1475	1197
	IND09.2 - Número de Tecnologias e Bases de Conhecimento com Potencial Negocial Qualificados pela Embrapa no Ano	Positiva	720	664
	IND09.3 - Recursos Financeiros Aplicados em Pesquisa Agropecuária	Positiva	R\$ 121.000.000,00	R\$ 250.390.615,36
	IND09.4 - Número de Tecnologias Disponibilizadas ao Setor Produtivo Pela Embrapa no Ano	Positiva	35	61
OE10 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos	IND10.1 - Percentual de Empresas Fiscalizadas com Base em Análise de Risco Conforme Programação Anual	Positiva	53%	63%
	IND10.2 - Percentual de Amostras Analisadas Dentro do Prazo Previsto	Positiva	86%	84,85%
OE11 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados	IND11.1 - Reconhecimento de Programas Sustentáveis das Cadeias Produtivas Agropecuárias	Positiva	13	28
OE12 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural	IND12.1 - Percentual do Plano Safra da Agricultura Empresarial Anunciado Executado	Positiva	80%	102%
	IND12.2 - Percentual de Acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR	Positiva	4,82%	2,25%
OE13- Melhorar a imagem institucional e da agropecuária brasileira	IND 13.1 - Taxa de Notícias Espontâneas Favoráveis Veiculadas na Mídia sobre o MAPA	Positiva	76,00%	87,36%
	IND 13.2 - Crescimento do Número de Perfis Ativos do MAPA nas Redes Sociais	Positiva	712.936	724.747
OE14 - Aperfeiçoar a articulação institucional com ênfase na atuação finalística	IND 14.1 - Taxa de Avaliação de Projetos em Tramitação no Congresso Nacional	Positiva	60,00%	96,76%
	IND 14.2 - Taxa de Resposta às Demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas	Positiva	85,00%	52,20%
	IND 14.3 -Taxa de Participação do MAPA na Elaboração de Regras Internacionais	Positiva	0,78	0,86
OE15 - Modelar, aprimorar e automatizar processos de negócio	IND 15.1 - Porcentagem de Ações Entregues Alinhadas ao Plano de Transformação Digital (PTD)	Positiva	70%	50%
	IND 15.2 - Prazo de Análise para Processos Prioritários de Concessão de Registros, Certificações e Habilitações de Insumos e Produtos Agropecuários	Negativa	70	51

(*) Objetivos são considerados alcançados dentro da margem de tolerância admitida para as metas



Os resultados de 2025 na perspectiva de processos internos evidenciam avanços no aperfeiçoamento dos processos finalísticos e de suporte à atuação institucional do MAPA, com destaque para inovação, pesquisa, fiscalização, crédito, articulação institucional, comunicação e transformação digital.

No que se refere à inovação e à pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias, observa-se desempenho positivo, evidenciando a robustez da programação institucional de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Os indicadores relativos aos recursos financeiros aplicados em pesquisa agropecuária e as tecnologias disponibilizadas ao setor produtivo superaram significativamente as metas, demonstrando a capacidade institucional de converter esforços de pesquisa em soluções concretas para o setor agropecuário. Esses resultados reafirmam a relevância e reforçam a convicção da centralidade da pesquisa pública como vetor estratégico para a modernização, a sustentabilidade e a competitividade da agropecuária brasileira.

Os resultados indicam aumento da maturidade e contínua atualização das políticas públicas e reforçam a importância de investir nas estruturas operacionais, na integração entre áreas e na transformação digital, de modo a sustentar os avanços obtidos, a contribuição do setor para o desenvolvimento nacional e ampliar a efetividade da atuação ministerial nos próximos exercícios fiscais.

Infraestrutura e Aprendizado

Objetivo estratégico	Indicador	Polaridade	Meta 2025	Resultado 2025 (*)
OE16 - Reter e desenvolver competências com foco na estratégia corporativa	IND16.1- Índice de Participação do Corpo Funcional em Ações de Desenvolvimento Profissional	Positiva	28,00%	49,91%
	IND16.2 - Nível de Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP	Positiva	15,00%	30,33%
OE17 - Valorizar os servidores e melhorar a cultura e o clima organizacional	IND17.1 - Taxa de Intervenções Executadas para o Alinhamento da Cultura Organizacional aos Valores Institucionais	Positiva	65	61
	IND17.2 - Taxa de Ações Executadas para Melhoria do Clima Organizacional	Positiva	25	25
OE18 - Promover a inovação e a transformação digital	IND18.1 - Índice de Capacidade de Entrega de Projetos de TIC	Positiva	70%	70%
OE19 - Aperfeiçoar a qualidade dos gastos públicos	IND19.1 - Índice de Execução Orçamentária e Financeira	Positiva	85,00%	77,21%

(*) Objetivos são considerados alcançados dentro da margem de tolerância admitida para as metas



No âmbito da perspectiva de Infraestrutura e Aprendizado, os resultados de 2025 indicam melhoria nas capacidades institucionais do MAPA, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de pessoas, à consolidação da cultura organizacional, à capacidade de entrega em tecnologia da informação e à gestão dos recursos orçamentários, cujo resultado acima indicado, fruto de média harmônica das 3 fases da execução do orçamento, precisa ser avaliado em conjunto com o montante de restos a pagar inscritos, decorrente do regime de execução orçamentária vigente em 2025.

Em síntese, a análise dos indicadores dessa perspectiva indica que o MAPA avançou de forma consistente na gestão do conhecimento e do aprendizado, com resultados positivos na capacitação de servidores, na melhoria do ambiente organizacional e na consolidação da capacidade de entrega da infraestrutura de tecnologia da informação. No que se refere à execução orçamentária e financeira, observa-se desempenho positivo na manutenção da capacidade de execução das despesas, em especial na fase de empenho da despesa e na continuidade da entrega de bens e serviços.

Para obtenção de informações mais detalhadas sobre as definições, o monitoramento e as metodologias de cálculo dos indicadores estratégicos, bem como sobre suas séries históricas e análises atualizadas, recomenda-se a consulta à página oficial do Planejamento Estratégico do MAPA, disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa>, onde se encontram disponibilizados os dados consolidados e os instrumentos de acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico Institucional.





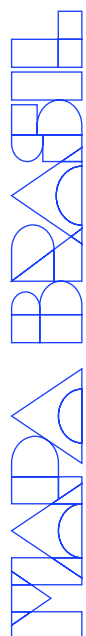
Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados em 2025

As Iniciativas Estratégicas compõem as ações priorizadas e anualmente revisadas que dão suporte à execução do Plano Estratégico 2020-2031 do MAPA, contribuindo diretamente para o alcance dos Objetivos Estratégicos. As iniciativas podem apresentar diferentes níveis de abrangência, variando desde programas estruturantes até ações mais específicas, e refletem as prioridades institucionais. Informações detalhadas sobre as Iniciativas Estratégicas, incluindo seus impactos esperados, objetivos gerais e específicos e séries históricas, quando aplicável, podem ser consultadas em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa>.

Abaixo apresentamos uma tabela-síntese com os principais resultados de 2025.

Iniciativas Estratégicas Prioritárias de Longo Prazo

Iniciativa Estratégica	Objetivo	Principais resultados em 2025
Plano Nacional de Fertilizantes e Insumos para a Nutrição de Plantas - PNF	Aumentar a produção e o consumo nacional de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas, disponibilizando novas tecnologias, melhorando o desempenho agroambiental dos sistemas de produção agropecuária e a competitividade da agroindústria nacional e regional no Mercosul.	<p>As principais entregas concentraram-se na articulação de parcerias para o fortalecimento da produção e do abastecimento de fertilizantes no país, com destaque para a cooperação com a Petrobras S/A voltada à retomada de fábricas e ao desenvolvimento de novos projetos de fertilizantes nitrogenados. Também avançaram as ações de ampliação e diversificação de mercados fornecedores, reduzindo a concentração das importações e ampliando oportunidades comerciais para o setor agropecuário.</p> <p>Adicionalmente, o MAPA atuou na aproximação entre cooperativas, agroindústrias e fornecedores internacionais, promovendo interlocução com países estratégicos, visando à maior diversificação das origens de importação e redução de riscos associados à concentração de fornecedores.</p> <p>Fatores externos geopolíticos impactaram a continuidade de acordos internacionais, bem como a ausência de avanços em marcos legais estruturantes do setor.</p>
Recuperação e Ampliação das Estradas Vicinais	Melhorar a malha de estradas vicinais viabilizando: o crescimento e o desenvolvimento econômico, pela redução de custos e tempo de deslocamento no transporte da produção agropecuária; o incremento no desenvolvimento social das áreas rurais por meio da melhoria de acesso ao meio urbano para serviços de educação, saúde e demais serviços públicos; e o aumento na sustentabilidade ambiental pela preservação do solo e da água, com o uso de técnicas corretas de construção e manutenção destas vias.	<p>Em 2025, foram aplicados R\$ 711.392.779,70 para promover a recuperação de 5.928,31 km de estradas vicinais, evidenciando recuperação das metas e avanço das obras, especialmente na malha vicinal, com impacto positivo na trafegabilidade rural e no escoamento da produção. A distribuição regional demonstrou maior volume no Nordeste (R\$ 304,51 milhões; 2.537,56 km; cerca de 43,4%), seguido do Centro-Oeste (R\$ 175,81 milhões; 1.465,05 km; aproximadamente 25,1%) e do Norte (R\$ 122,40 milhões; 1.020,01 km; cerca de 17,4%), com Sudeste e Sul complementando a execução.</p> <p>Entre os principais desafios dos projetos de melhoria de estradas vicinais, destacam-se a incidência relevante de cláusulas suspensivas e, em alguns casos, liminares judiciais, o que demanda reforço de saneamento documental e coordenação jurídica. O histórico recente de restrições a transferências por decisões judiciais (ADPF 854 e ADI 7.697), contribuiu para reprogramações e para a concentração de desembolsos no final do exercício.</p> <p>Para o próximo ciclo, projeta-se execução estável, com atenção à continuidade da priorização territorial que maximizou resultados no período.</p>

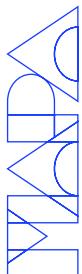




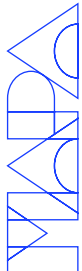
Sustentabilidade MAPA	Desenvolver ações de conscientização focadas na importância do consumo e uso racional e sustentável dos recursos, visando introduzir o conceito de economia circular e disseminar a cultura do desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente.	<p>Avançaram as ações voltadas à gestão ambiental no MAPA, com destaque para a implementação do plano de separação de resíduos sólidos. A iniciativa alcançou 100% das unidades administrativas atendidas, com formalização de parcerias com cooperativas locais, promovendo a destinação ambientalmente adequada dos resíduos e contribuindo para a redução de descartes inadequados, além de gerar impactos socioeconômicos positivos.</p> <p>Encontra-se em fase avançada a formulação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS/ MAPA), com consolidação de dados históricos e definição das próximas etapas voltadas ao estabelecimento de metas, ações e indicadores.</p>
Plataforma SDA Digital	Implementar uma Plataforma de Serviços que permita troca de dados entre os diferentes serviços que constituem o ecossistema da agricultura e pecuária brasileiras, visando ao atendimento da Lei de Autocontrole - Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022.	<p>Em 2025, o projeto SDA Digital em 2025 proporcionou avanços relevantes na modernização da gestão, fiscalização e certificação agropecuária, com a entrega de 14 sistemas, com destaque para o Sistema de Gestão do Serviço de Inspeção (SISBI), o Sistema Brasileiro de Vigilância Veterinária (SISBRAVET 2.0), o Certificado Fitossanitário Eletrônico (E-Phyto), a Plataforma de Controle e Monitoramento da Qualidade Vegetal nas Exportações (EXPOV) e o Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV 2.0).</p> <p>Outras entregas incluíram também o módulo SDA Estabelecimentos, que passou a centralizar o registro de estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF); o serviço de registro de estabelecimentos de agrotóxicos, alinhado à Lei nº 14.785/2023; e a ampliação do sistema de controle e monitoramento laboratorial, com cadastro de laboratórios de autocontrole e inclusão do Programa Nacional de Qualidade do Leite (PNQL).</p> <p>Os resultados foram alcançados, promovendo maior integração de dados, transparência, confiabilidade das informações e agilidade na tramitação de processos em uma plataforma unificada de serviços. A automação dos fluxos e a utilização do login Gov.br reduziram etapas manuais, ampliaram a segurança das informações e contribuíram para maior celeridade nos registros, certificações e habilitações de produtos, insumos e estabelecimentos agropecuários.</p> <p>Observa-se o aumento da eficiência e redução dos custos administrativos próprios e dos produtores agropecuários, a redução do tempo de emissão de certificados para exportação e a mitigação dos riscos de fraude, ampliando a credibilidade do sistema agropecuário nacional.</p>
Programa Brasileiro de Certificação da Qualidade do Algodão - PBCQA	Ampliar a competitividade do algodão brasileiro no comércio internacional por meio de certificação oficial reconhecida internacionalmente.	O projeto foi finalizado com sucesso e a certificação oficial do programa de Qualidade do Algodão Brasileiro - PQAB está vigente, sendo emitida via sistema eletrônico Lecon-MAPA.
Integração de serviços de Inspeção Municipais ao SISBI-POA para ampliar a oferta de alimentos seguros - ConSIM	Ampliar o número de Municípios integrantes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal SISBI-POA, por meio da adequação e qualificação de Consórcios Públicos de Municípios e dos seus Serviços de Inspeção vinculados, bem como de estabelecimentos registrados.	<p>Foi concluída a 3ª edição do Projeto ConSIM, marcando um grande avanço na integração de municípios ao SISBI-POA. Entre 2023 e 2025, foram integrados 1.157 municípios, crescimento de quase 250% em relação aos 16 anos anteriores. Apenas na edição ConSIM3 finalizada em 2025, 33 consórcios públicos foram integrados, reunindo 593 municípios de 13 UF, consolidando a ampliação do acesso ao mercado formal para agroindústrias locais.</p> <p>O projeto atuou no fortalecimento dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) por meio de qualificação técnica, orientação regulatória e mobilização de lideranças locais, permitindo que produtos de origem animal pudessem circular além dos limites municipais, ampliando mercados e gerando renda, especialmente para pequenos produtores.</p> <p>O encerramento do projeto consolida um ciclo consistente de expansão do SIM, evidenciando a importância do apoio técnico federal e da articulação institucional para estruturar serviços de inspeção, garantir segurança sanitária e ampliar oportunidades econômicas no território.</p>



<p>Plano Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários: Fortalecendo a Resiliência no Agronegócio Brasileiro</p>	<p>Implementar um Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário que consolide iniciativas estratégicas do MAPA, com foco na modernização do seguro rural, no aprimoramento do <u>Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC</u> e na adoção de práticas inovadoras de monitoramento socioambiental, visando fortalecer a gestão de riscos e promover maior segurança e sustentabilidade ao agronegócio brasileiro.</p>	<p>O Projeto avançou de forma consistente na consolidação técnica e institucional de instrumentos estratégicos voltados à modernização da política de gestão de riscos no setor agropecuário. Destacam-se o avanço dos modelos integrados de risco climático e produtivo, a modernização do ZARC, com o lançamento do ZARC Nível de Manejo, o fortalecimento das plataformas socioambientais e o progresso dos estudos de modelos de seguro mais resilientes, com ênfase em soluções paramétricas e híbridas. Os trabalhos desenvolvidos nos Grupos de Trabalho temáticos contribuíram para propostas de inovação, aprimoramento regulatório e maior eficiência na aplicação da subvenção ao seguro rural, ampliando a previsibilidade para produtores, agentes financeiros e seguradoras.</p>
<p>Plano de fortalecimento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé</p>	<p>Ampliar a aplicação dos recursos do Funcafé, especialmente em regiões produtoras, com maior direcionamento para pesquisa e promoção do café; promover a integração de sistemas para dar maior dinamismo às informações de crédito; e revisar a regulamentação do Fundo.</p>	<p>O Plano de Ação do Funcafé apresentou avanços relevantes: foi concluída a atualização da norma do Funcafé e as metas que tratam da ampliação da aplicação dos recursos e do aumento do número de beneficiários encontram-se em execução.</p> <p>Os contratos do ano-safra 2025/2026 foram assinados em agosto e atingiram 80% de aplicação, ligeiramente abaixo da meta de 86%. As incertezas do cenário econômico internacional no 2º semestre de 2025 podem ter influenciado o comportamento inicial dos tomadores de crédito.</p> <p>Em outubro foi deliberada a criação de uma nova solução tecnológica para o gerenciamento dos recursos do Fundo com descontinuidade do projeto de integração do Sistema Funcafé ao SICOR e agentes financeiros. O projeto está em andamento.</p> <p>No âmbito da revitalização do Programa de Pesquisa, gerido pela Embrapa Café, foi firmado o TED 003/2025, e para atingir a ampliação de 30% no número de beneficiários capacitados foi firmado o TED 004/2025, ambos com vigência até julho de 2026.</p> <p>Por fim, referente à promoção dos Cafés do Brasil, em novembro foi celebrado Termo Aditivo ao TED nº 08/2024 para dar continuidade ao projeto de revitalização da marca lançada na Semana Internacional do Café em 2025 com foco em ações de divulgação e participação em eventos nacionais e internacionais, incluindo a comemoração dos 300 anos da cafeicultura no Brasil.</p>
<p>Plano para Ampliação do Financiamento a Sistemas Produtivos Mais Sustentáveis, Simplificação das Linhas de Crédito e Otimização da Alocação de Recursos - Agronegócio Mais Sustentável</p>	<p>Fortalecer o apoio creditício à sustentabilidade agropecuária, conferindo previsibilidade aos agentes públicos e privados, e contribuindo para a tomada de decisão dos beneficiários do crédito rural e para a melhoria das condições de financiamento a projetos agropecuários que contemplem sistemas produtivos sustentáveis em sintonia com o <u>Plano ABC +</u> e as diretrizes da política agrícola.</p>	<p>No lançamento do Plano Safra 2025/2026, em 1º de julho de 2025, foi anunciada a possibilidade de produtores rurais que participaram do Renovagro nos últimos cinco anos obterem desconto na taxa de juros do financiamento de Custeio, desde que enquadrados nas linhas mais sustentáveis.</p> <p>Além disso, a partir desta data, o crédito rural de custeio agrícola passou a exigir a observância das recomendações do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) com o objetivo de evitar a liberação de crédito fora dos períodos indicados ou em áreas com restrições, contribuindo para maior segurança e sustentabilidade na produção.</p> <p>Outra novidade de 2025 foi a autorização para o financiamento de rações, suplementos e medicamentos adquiridos até 180 dias antes da formalização do crédito, o que flexibiliza o acesso aos insumos.</p>



<p>Implantação do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+</p>	<p>Promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na agropecuária brasileira, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, a partir de uma gestão integrada da paisagem.</p>	<p>Em 2025, o Plano ABC+ apresentou avanços relevantes em sua estrutura de governança, monitoramento e implementação nos estados. O Sistema de Governança do Plano ABC+ (SIGABC), após entrar em operação, passou a ser alimentado pelas UF que já possuem Plano de Ação Estadual (PAE), contribuindo com dados operacionais para o acompanhamento das metas do projeto.</p> <p>O SICOR, sistema de informação de suporte, foi desenvolvido e está em uso interno e ainda requer melhorias para disponibilização pública, encontrando-se atualmente em processo de migração de plataforma com ACT com o SERPRO. Complementarmente, foi lançada a Plataforma ABC+, com a disponibilização de Painel Gerencial e de painéis específicos das 10 tecnologias contempladas pelo Plano.</p> <p>Quanto à governança estadual, 24 Grupos Gestores Estaduais (GGEs) foram reestruturados, etapa fundamental para fortalecer a disseminação, implementação e monitoramento do ABC+ nos estados e, em paralelo, 17 dos 24 já elaboraram seus Planos de Ação Estaduais, documentos que formalizam as contribuições de cada UF para o alcance das metas nacionais.</p>
<p>Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável</p>	<p>Impulsionar o desenvolvimento do setor de florestas plantadas no Brasil, focando em estimular a produção, promover a recuperação de áreas degradadas e fortalecer cadeias produtivas, proporcionando reflexos positivos nos aspectos social, econômico e ambiental, bem como na convergência e integração dos Programas, das Políticas e ações existentes no MAPA, suas instituições vinculadas e parceiros, com foco no desenvolvimento florestal.</p>	<p>Em 2025, registrou-se avanço com a aprovação de mais 10 projetos no âmbito do primeiro edital do Plano Floresta+ Sustentável, totalizando 27 iniciativas selecionadas. As ações previstas encontram-se em etapa de articulação com potenciais apoiadores, especialmente do setor privado, por meio de rodadas de apresentação institucional e negociações voltadas à formalização de parcerias.</p> <p>O MAPA atua como articulador institucional, promovendo a conexão entre proponentes e investidores por meio da Rede Floresta+ Iniciativa Conexão Florestal e desenvolve plataforma digital para ampliar a transparência e a atratividade dos projetos.</p>
<p>Plano Inova Cacau 2030</p>	<p>Promover o aumento sustentável da produção e da qualidade do cacau no Brasil, garantindo renda e trabalho digno, para alcançar a autossuficiência e retomar a exportação de amêndoas e derivados de alto valor agregado.</p>	<p>O Plano revela um bom desempenho institucional, com alinhamento entre as frentes de pesquisa e a de entrega ao setor produtivo. Em 2025, houve adesão de 28 instituições parceiras por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) totalizando 61 ACT vigentes, garantindo a capilaridade das ações e a integração entre os setores público e privado e consolidando a rede de governança.</p> <p>Na frente de pesquisa foram disponibilizadas 103 tecnologias e 118 publicações científicas e realizados 33.959 atendimentos/capacitações a produtores e a distribuição de 9 milhões de sementes híbridas de alta qualidade na Amazônia.</p> <p>Em relação às metas planejadas, a Pesquisa atingiu 86,30% e a meta de Capacitação atingiu 100%, com superação expressiva nos Dias de Campo, que alcançou 129,87% do previsto.</p>

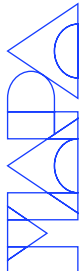


<p>Plataforma Brasil + Sustentável</p>	<p>Qualificar os produtos agropecuários brasileiros por meio da integração de bancos de dados oficiais, de forma voluntária, universal e sem custos para o produtor rural.</p>	<p>Em 2025, as principais entregas compreenderam a disponibilização do sistema ao usuário no dia 02/01/2025; acesso de 46 mil produtores agropecuários aos serviços de qualificação das propriedades; 9 serviços de habilitação disponibilizados; 10 sprints de melhoria nos serviços disponibilizados.</p> <p>O resultado de 2025 superou a meta estabelecida. O desempenho acima do previsto decorreu da demanda do setor produtivo pela disponibilização de serviços ao usuário, especialmente aqueles voltados à habilitação para acesso a mercados externos e à concessão de habilitação para obtenção de desconto no âmbito do Plano Safra.</p> <p>O volume de serviços ofertados em 2025 foi ampliado em razão das melhorias implementadas ao longo de 10 sprints, que possibilitaram a emissão de relatórios de solicitações e promoveram aprimoramentos na experiência do usuário.</p>
<p>Projeto Rural + Conectado</p>	<p>Ampliar a conectividade nas áreas rurais, com a ampliação de infraestrutura e a disponibilização de conteúdos de qualidade aos produtores rurais, buscando o desenvolvimento sustentável por meio da adoção de tecnologias, capacitação por EaD, assistência técnica digital, dentre outros benefícios que a conectividade promove.</p>	<p>Foram implementadas diversas soluções de conectividade, incluindo redes celulares 4G e 5G, internet via rádio, banda larga fixa e soluções para torres.</p> <p>Os investimentos foram realizados por meio de linhas de financiamento FUST-BNDES, com taxas de 1% + TR + risco e 2,5% + TR + risco, totalizando aproximadamente R\$ 300 milhões destinados pelas empresas para investimentos ao longo do ano.</p> <p>Em 2025, foi aprovado o PL nº 1.303/2022, que autoriza cooperativas a prestarem serviços de telecomunicações e que, após sanção, tornou-se a Lei nº 15.324/2026.</p> <p>Essa medida tem impacto positivo no avanço das redes de telecomunicações rurais, permitindo que cooperativas construam redes para seus cooperados no setor agropecuário, beneficiando toda a região dos projetos e facilitando o acesso a recursos do FUST por meio das linhas de financiamento do BNDES a partir de 2026.</p>
<p>Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas - PNDF</p>	<p>Aumentar a área produtiva de árvores cultivadas para fins comerciais e consequentemente a área conservada sob responsabilidade deste setor, estimular o setor por meio da Política Agrícola de Florestas Plantadas (Decreto Nº 8.375/2014) e as cadeias produtivas florestais.</p>	<p>Em 2025, o MAPA atuou na coordenação técnica do PNDF, com uso da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas como espaço permanente de articulação entre governo, setor produtivo e demais atores estratégicos. Observou-se avanço na organização institucional, no alinhamento de agendas e na preparação de instrumentos necessários à efetividade da política, com maior clareza na condução das ações após ajustes decorrentes da estrutura organizacional.</p> <p>Nesse contexto, os resultados foram a consolidação de bases técnicas e administrativas do PNDF, contribuindo para a geração de impactos estruturantes e sustentáveis nos próximos ciclos.</p>

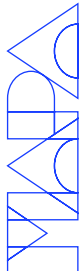
Ações Estratégicas Prioritárias de Curto Prazo

As 7 ações estratégicas foram definidas e pactuadas com a Casa Civil da Presidência da República para serem acompanhadas de forma intensiva e representarem entregas efetivas do MAPA até 31 de dezembro de 2025, existindo algumas exceções de entregas pactuadas até março de 2026.

A metodologia adotada para o acompanhamento dessas ações estratégicas se inspirou no modelo 'Project Management Office' - PMO (PMBook) com a quebra das ações em até 3 níveis de atividades e a realização sistemática de pontos de controle semanais pelo patrocinador da alta gestão (sponsor), que foi a Secretaria-Executiva.



Ação Estratégica	Principais resultados em 2025
Modernização das Previsões Meteorológicas e Climáticas	<p>O projeto avançou na atualização das capacidades institucionais do INMET. As ações foram estruturadas em três eixos: Infraestrutura, processos e pessoal.</p> <p>No eixo infraestrutura, destacam-se a aquisição e processo de instalação de 98 estações meteorológicas automáticas no Rio Grande do Sul, a modernização de 44 estações existentes, com remanejamento para outras Unidades da Federação, e a formação de parceria com a Eletrobras para ampliação de 220 estações em bacias dos rios São Francisco, Parnaíba e Furnas.</p> <p>No eixo processos, foram elaborados o Planejamento Estratégico do Inmet 2025–2031, bem como a política de inovação, com reconhecimento do INMET como Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT). As Superintendências passaram a suportar 26 unidades operacionais do INMET responsáveis pela manutenção da rede de estações meteorológicas nos estados, fortalecendo a capilaridade institucional.</p> <p>No eixo pessoas, em 2025 ocorreu a admissão de 43 dos 80 novos servidores selecionados via CPNU 2024, além do treinamento das equipes de manutenção da rede de estações nas 27 Unidades da Federação.</p>
Agro sustentável na COP 30: produção sustentável, rastreabilidade, conversão de pastagens e mudanças climáticas	<p>O projeto de participação do MAPA na COP 30 buscou realizar o posicionamento estratégico da agricultura brasileira na agenda climática internacional.</p> <p>As principais entregas incluíram a elaboração da Estratégia da Agricultura na COP30, a instituição de instâncias permanentes de diálogo e articulação com o setor produtivo concluídas integralmente antes da Conferência.</p> <p>Como realização relevante reporta-se à criação do <u>Agrizone</u>, espaço inovador estruturado com áreas de imersão na floresta, pavilhão para seminários e espaços de trocas de experiências agro, consolidando-se como um marco inédito e de sucesso na história das Conferências das Partes.</p> <p>No <u>Agrizone</u>, foram realizados 350 eventos, com participação de 46 delegações internacionais e 24.469 visitantes. A adaptação da estrutura da Embrapa Amazônia Oriental, em Belém, configurou-se como o maior espaço já dedicado à agricultura em uma COP e uma Vitrine Global do Agro Brasileiro.</p>
SDA digital	<p>A Ação Prioritária 'SDA Digital' já estava incluída no planejamento institucional e neste caso foi alterada a forma de monitoramento para semanal.</p> <p>Para os resultados obtidos indicamos o relato da Iniciativa Estratégica - SDA Digital.</p>
Programa Caminho Verde Brasil	<p>O programa avançou na estruturação e operacionalização de uma agenda voltada à recuperação de 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade em dez anos, organizada em três eixos.</p> <p>No eixo de estratégias institucionais e comunicação, destacou-se a realização de estudo técnico de diagnóstico e opções para a recuperação de áreas nos 10 estados com maior potencial, além da ampliação de parcerias com instituições nacionais e internacionais.</p> <p>A linha de financiamento Renovagro do Plano Safra permitiu que fossem convertidos 3,0 milhões de hectares nos últimos dois anos.</p> <p>Destaca-se, ainda, a elaboração e a implementação do Plano de Comunicação e Participação, com presença bem-sucedida do programa na COP30.</p> <p>No eixo de estruturação e financiamento, foram definidas as regras do programa e os protocolos técnicos de práticas sustentáveis com a posterior realização do Leilão Eco Invest, que marcou o início da operação do programa com 10 bancos parceiros, disponibilizando R\$ 30,2 bilhões para projetos de recuperação de áreas degradadas em sistemas agropecuários e florestais sustentáveis em todos os biomas, com direcionamento de 10% dos recursos (R\$ 3 bilhões) para a Caatinga.</p> <p>Como próximos passos, o Programa Caminho Verde Brasil deverá consolidar sua incorporação à Brazil Investment Platform (BIP) e será priorizada a articulação de acordo de financiamento com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), no montante de US\$ 1 bilhão, com foco no atendimento a pequenos e médios produtores, no desenvolvimento das comunidades locais e no incentivo à economia circular.</p> <p>Paralelamente, está prevista a estruturação de modelos de participação societária em empreendimentos rurais por meio de fundos do Banco do Brasil.</p>



Fortalecimento da Promoção Comercial e do Cooperativismo	<p>A ação apresentou resultados expressivos no eixo de geração de novos negócios e comunicação, evidenciando avanços concretos na inserção internacional do agronegócio brasileiro. Destaca-se a abertura de 225 mercados em 2025, totalizando 525 novos mercados para produtos agropecuários desde 2023, o que resultou em incremento de mais de US\$ 3,4 bilhões em exportações. Além disso, houve, em 2025, uma ampliação na rede de adidos agrícolas, que passou de 29 para 40 postos no exterior, e esse movimento foi acompanhado por iniciativas de inteligência comercial, com a publicação de 76 relatórios estratégicos, 8 edições do periódico AgroInsights e de 33 Passaportes Agro, instrumentos que qualificam o acesso à informação e orientam os produtores nacionais na exploração de novas oportunidades internacionais.</p> <p>Essa Ação promoveu ainda a difusão de informações e a articulação com o setor produtivo por meio da implementação de 38 painéis Conecta Agro e da realização de 24 webinários, ampliando o alcance das oportunidades comerciais e o entendimento dos desafios nos mercados externos. Foram realizadas 30 Caravanas do AgroExportador com edições para Cooperativas e Mulheres do Agro, além de 5 ações para a internacionalização de cooperativas. Soma-se a isso a participação em 12 feiras nacionais, contribuindo para a promoção da cultura exportadora e o fortalecimento da competitividade do setor.</p>
Modernização da Embrapa: PAC, parcerias, conexão com o setor produtivo	<p>No âmbito do Novo PAC, destacam-se as entregas para a modernização da capacidade física e científica da instituição. A unidade Embrapa Alimentos e Territórios, em Maceió/AL, encontra-se finalizada desde dez/2025. Adicionalmente, foi concluído o Laboratório da Embrapa Uva e Vinho em Bento Gonçalves/RS, ampliando a infraestrutura de pesquisa e inovação no setor vitivinícola.</p> <p>Na conexão com o setor produtivo, foram disponibilizadas 49 soluções tecnológicas para transferência de tecnologia, das quais 23 alinhadas às agendas da COP30, com foco em adaptação e resiliência climática, bioeconomia e economia circular.</p> <p>Destacam-se ainda o lançamento de 19 novas cultivares, incluindo a uva BRS54 Lumiar, 10 novos softwares voltados a clientes externos e 7 outras tecnologias, como o sistema ILPF Bacaeri-Boiteca, apresentado como vitrine viva na COP30.</p> <p>O fortalecimento do ecossistema de inovação também se reflete nas 1.295 parcerias nacionais e internacionais firmadas com o setor produtivo.</p> <p>A plataforma e-Campo para transferência de tecnologias aos produtores registrou 198 mil inscrições.</p>
Modernização do Seguro Rural	<p>Ação estruturada em 2 eixos, revisão normativa e reorganização técnico-administrativa.</p> <p>No eixo de revisão normativa destacam-se a publicação do Manual de Normas do Programa de Seguro Rural e dos clausulados referenciais para os planos de seguro, promovendo maior padronização, transparência e segurança jurídica.</p> <p>No eixo de reorganização técnico-administrativa, observou-se a expansão de operadores de seguros paramétricos, de uma para três seguradoras, e o aumento do número de seguradoras habilitadas no seguro rural, de 17 para 20.</p> <p>Complementarmente, foi executado projeto-piloto do ZARC Nível de Manejo, incorporando variáveis de solo e histórico de manejo, especificamente para a cultura da soja no estado do Paraná.</p> <p>Demais avanços para essa ação dependem da evolução das discussões do PL 2.951/24, que visa modernizar o marco legal do seguro rural, incluindo o orçamento do PSR nas Operações Oficiais de Crédito (O2C) e a viabilização do fundo de catástrofe.</p>



Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA em 2025

Além dos produtos das Iniciativas Estratégicas elencadas no item anterior, a seguir apresentam-se os principais resultados das áreas de atuação do MAPA em 2025.



Secretaria de Política Agrícola

O MAPA é responsável pelas iniciativas relacionadas ao crédito rural, incluindo o gerenciamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé e do seguro rural, bem como temas que envolvem o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC, comercialização de produtos agropecuários, abastecimento e análise econômica agrícola.

Quanto ao eixo governança, a atuação é voltada ao fortalecimento da governança do crédito rural, por meio da proposição e acompanhamento de normas, apoio à execução e ao monitoramento do Plano Safra, identificação

de gargalos e aprimoramento de instrumentos de controle e análises do financiamento agropecuário.

No âmbito do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), foi consolidada uma plataforma para assegurar a integridade do subsídio federal. O sistema realiza o cruzamento automatizado de dados para validar apólices de seguro rural com base nos critérios de: Trabalho Escravo (MTP), Embargos Ambientais (Ibama e ICMBio), Terras Indígenas (Funai), Unidades de Conservação Federais (MMA) e Patrimônio Arqueológico (Iphan). Além disso, o Atlas do Seguro Rural, por meio da plataforma Qlik Sense, fornece dados diários sobre a execução do PSR, permitindo o acompanhamento da sociedade com recortes por município, cultura e seguradora.

Ademais, o Painel de indicação de riscos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) foi modernizado para uma apresentação mais ágil dos estudos de zoneamento. Isso permite a consulta intuitiva das janelas de plantio e do risco por talhão, facilitando a automação de portarias.

A transparência ativa de dados e informações foi fortalecida ao longo de 2025, mediante a publicação e a atualização sistemática, no site do Ministério, de documentos técnicos, cursos e informes periódicos, destacando-se, entre outras, as seguintes publicações:

1. Boletim Informativo Mensal de Exportações: informações sobre exportações por portos regionais, de algodão, soja e derivados e milho;
2. Sumários Executivos: informações sobre produção,



cotações, importações e exportações das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, complexo carnes, feijão, laranja, leite e derivados, milho, complexo soja e trigo (mensal);

3. Mercado Agrícola Semanal: evolução das cotações de preços nos mercados internos e externos, com variações de 7 dias, 30 dias, 6 meses, 12 meses e 24 meses, das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, carnes, feijão, laranja, leite e derivados, milho, complexo soja e trigo;

4. Dashboard Comércio Exterior: dados das importações e exportações dos principais produtos agropecuários, acompanhados de gráficos do desempenho atual, de sazonalidade, desempenho anual e mensal (semanal);

5. Valor Bruto da Produção, abrangendo 22 produtos agropecuários: valor monetário correspondente à produção em nível de propriedade rural (mensal);

6. Boletim Agropecuária Brasileira em números: os principais índices e valores econômicos relevantes da agropecuária nacional (mensal);

7. Edição 2025 do Valor da Produção - 100 municípios mais ricos do agronegócio brasileiro em 2024 (anual);

8. Projeções do Agronegócio do Brasil referentes ao período 2024/2025 a 2034/2035, para 28 produtos: estimativas de produção, consumo, exportação nos 10 anos do período (anual);

9. Curso de Introdução à Logística do Agronegócio, edição 2025: 4 turmas, totalizando 96 pessoas certificadas;

10. Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola:

informações sobre indicadores econômicos (índice de preços, taxa de juros, PIB), financiamento rural, fontes do crédito rural, participação percentual e principais produtos por UF, entre outros);

11. Boletim de Finanças Privadas do Agro: acompanhamento dos principais instrumentos de financiamento privado do setor agropecuário;

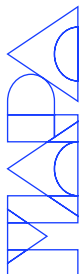
12. Desempenho do Crédito Rural na Safra 2025/26 e Safras Anteriores; e

13. Painel Funcafé: principais informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo.





Grandes Números



Planos	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26
Plano Safra (programação - R\$ bilhões)	211,9	287,16	364,2	401	516*
Funcafé Valores Disponibilizados	R\$ 5,978 Bi	R\$ 6,058 Bi	R\$ 6,375 Bi	R\$ 6,886 Bi	R\$ 7,187 Bi
Funcafé Valores	R\$ 5,191 Bi	R\$ 5,573 Bi	R\$ 5,557 Bi	R\$ 6,453 Bi	R\$ 5,414 Bi (aplicação segue até 30/06/2026)
PGPM (PEP, PEPRO, COV, AGF)	R\$ 69 Mi	R\$ 884 Mi	R\$ 119 Mi	R\$ 216 Mi	
PSR*	R\$ 1.109 Mi	R\$ 933 Mi	R\$ 1.072 Mi	R\$ 565 Mi	
CER*	2.442 recursos julgados	2.413 recursos julgados	3.268 recursos julgados	3.526 recursos julgados	
ZARC*	396 portarias publicadas	449 portarias publicadas	406 portarias publicadas	458 portarias publicadas	

*Os dados referem-se ao ano civil.

(1) Julho a dezembro de 2025 (consulta realizada em 12 de janeiro de 2026).

A programação de recursos de cada Plano Safra compreende a disponibilização de crédito rural em suas finalidades de custeio, investimento, comercialização e industrialização durante o período de cada ciclo. A evolução mostrada, desde a safra 2021/2022 até a safra corrente, 2025/2026, mostra que as concessões estão alinhadas com as respectivas programações e comprovam a eficácia da política agrícola na dimensão do crédito rural.

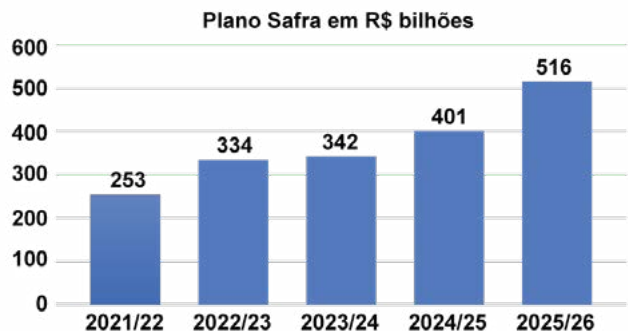
Em um contexto de forte recuperação da produção de café no Brasil, com projeção de 66,2 milhões de sacas em 2026, o Funcafé se consolida como instrumento central de estabilização da economia cafeeira, ao oferecer linhas de financiamento que atendem integralmente à cadeia produtiva. Além do crédito rural, os recursos do Funcafé também apoiam projetos de pesquisa, executados no âmbito do Consórcio Pesquisa Café, ações de capacitação de técnicos e produtores rurais, bem como iniciativas de promoção dos cafés brasileiros.

O Fundo ampliou de forma contínua os recursos destinados às safras, alcançando R\$ 7,187 bilhões em 2025/2026, além de expandir significativamente os investimentos em pesquisa, capacitação e promoção dos cafés brasileiros, que somaram R\$ 37,9 milhões nos últimos dois anos.



Demais Resultados

Em 2025, avançou-se no fortalecimento da governança e da transparência do financiamento agropecuário com o início da estruturação de painéis de BI em ambiente institucional, voltados ao monitoramento gerencial da política de crédito rural. A iniciativa envolveu a consolidação e padronização de bases de dados e rotinas de atualização, ampliando a capacidade de acompanhamento da execução, identificação de gargalos, apoio à tomada de decisão e à prestação de contas.




Na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram realizados 8 leilões, com a oferta de 9.720.000 kg de feijão, 263.219.145 kg de trigo e 1.077.748.424 kg de arroz, que alcançaram os seguintes resultados:

 Feijão	<u>Ofertada</u> 9.720.000Kg
<u>Negociada</u> 30.000Kg	<u>Operação</u> R\$ 17.355

 Trigo	<u>Ofertada</u> 263.219.145Kg
<u>Negociada</u> 235.367.345Kg	<u>Operação</u> R\$ 62.073.032

 Arroz	<u>Ofertada</u> 1.077.748.424Kg
<u>Negociada</u> 213.153.550Kg	<u>Operação</u> R\$ 45.322.397

 Total	<u>Ofertada</u> 1.350.687.569Kg
<u>Negociada</u> 448.550.895Kg	<u>Operação</u> R\$ 107.412.784



Em 2025, o PSR foi aprimorado com a publicação da Resolução nº 108 do CGSR, que instituiu critérios socioambientais obrigatórios para a concessão da subvenção ao prêmio do seguro rural, válidos para apólices emitidas a partir de 2026, reforçando a regularidade ambiental, fundiária e trabalhista das propriedades beneficiadas. No exercício, a LOA destinou R\$ 1,06 bilhão ao Programa, dos quais R\$ 565 milhões permaneceram disponíveis após cortes orçamentários, viabilizando o atendimento a mais de 42 mil produtores, com 3,2 milhões de hectares segurados e capitais de R\$ 17,8 bilhões.

Destacou-se ainda a implementação da fase piloto do ZARC Níveis de Manejo para a soja no Paraná, com aporte de R\$ 8 milhões do PSR, representando avanço metodológico na classificação de riscos, embora com desafios operacionais relacionados à governança e integração de dados. No âmbito do Proagro, a Comissão Especial de Recursos analisou 3.526 recursos administrativos.

No setor sucroenergético, houve avanço regulatório com a autorização para exportação de açúcar das regiões Norte e Nordeste aos Estados Unidos, e no monitoramento da produção canavieira, o SAPCana ampliou seu cadastro para 352 unidades produtoras. Por fim, as Câmaras Setoriais e Temáticas mantiveram-se como espaços centrais de diálogo entre o MAPA e o setor produtivo, contribuindo para a formulação de políticas públicas alinhadas às demandas da agropecuária.

Principais Desafios, Ações e Perspectivas para os Próximos Exercícios

Em 2025, os principais desafios concentraram-se na operacionalização da renegociação de dívidas rurais, exigindo a transformação de diretrizes normativas

em critérios técnicos verificáveis, com destaque para a publicação da Portaria SPA/MAPA nº 114/2025, que estabeleceu metodologia objetiva para aferição de perdas agrícolas e definição de municípios elegíveis. Para 2026, a perspectiva é consolidar o aprimoramento do financiamento agropecuário no âmbito do Plano Safra 2026/2027, com foco em efetividade, ampliação do acesso, integração com a gestão de riscos, diversificação de fontes de funding e racionalização de critérios de sustentabilidade.

A PGPM enfrentou restrições orçamentárias em 2025, demandando replanejamento de ações, com expectativa de fortalecimento da política de comercialização e do abastecimento em 2026. No PSR, o contingenciamento orçamentário reduziu a cobertura securitária em 2025, enquanto para 2026 entram em vigor critérios socioambientais restritivos e avança o debate sobre novos modelos de seguro rural e maior integração com o crédito.

Quanto ao ZARC, a ampliação de sua obrigatoriedade elevou a complexidade operacional em 2025, exigindo maior capacidade técnica e institucional, com previsão de expansão do projeto ZARC Níveis de Manejo em 2026. Para o próximo exercício, também estão previstas melhorias na gestão das ações relativas à armazenagem de grãos, a ampliação e qualificação das Projeções do Agronegócio e avanços no monitoramento do setor de fertilizantes.





Secretaria de Desenvolvimento Rural

No exercício de 2025, o MAPA consolidou avanços em governança institucional, com ganhos em eficiência administrativa, transparência e gestão orientada a resultados. Esses avanços decorreram do fortalecimento da articulação interinstitucional, da melhoria dos fluxos internos, da padronização de processos, do monitoramento de indicadores e da atuação transversal entre áreas técnicas. Também se destacaram a participação estratégica em agendas nacionais e internacionais, como a COP30, e a integração de 161 instâncias colegiadas. Essas iniciativas contribuíram para a formulação de políticas públicas, o alinhamento institucional e o fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Principais Resultados de 2025

I. Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil - PRONASOLOS

Descrição: tem como objetivo estruturar e consolidar a base nacional de informações pedológicas de forma integrada, padronizada e interoperável. Em 2025, o Programa teve avanços estruturantes e institucionais, com a recomposição da governança do Programa e a retomada da coordenação interinstitucional pelo Ministério. No âmbito operacional, destaca-se a parceria estabelecida com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para o mapeamento de solos na região Oeste do estado, abrangendo a microbacia hidrográfica do Rio Dourado. Esta ação visa expandir a base de dados nacional, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e o fortalecimento da pesquisa científica.

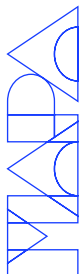
II. Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 - COP 30

Descrição: Ao longo da COP30, a Secretaria atuou de forma transversal na Blue Zone, AgriZone e Green Zone, participando de diálogos multilaterais, eventos pré-COP e articulações de cooperação internacional. Foram apresentadas políticas públicas estruturantes, reforçando o protagonismo brasileiro em sistemas agropecuários resilientes. A Conferência evidenciou a restauração produtiva como uma das principais oportunidades climáticas e econômicas do país, além de promover o aprimoramento da interface técnica de sua atuação com a agenda climática, na integração entre mitigação, adaptação e desenvolvimento rural. Destacam-se, ainda, as iniciativas internacionais AgriZone e RAIZ.



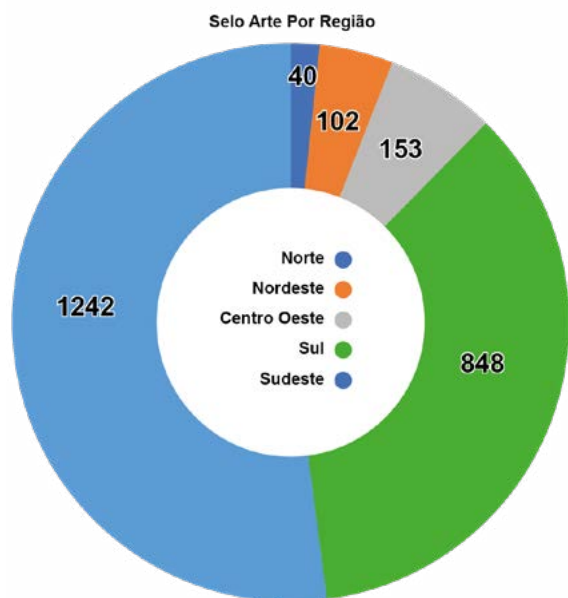
III. Plano Clima

Descrição: O MAPA atuou no estabelecimento da governança dos Planos Clima Adaptação e Mitigação para o Setor agropecuário no âmbito do MAPA, promovendo articulações com o setor produtivo e demais órgãos governamentais. O Plano foi aprovado na íntegra junto com todos os planos setoriais e com Estratégia Nacional de Mitigação, pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) em 15/12/2025.



IV. Selos de Identificação Artesanal (Selo Arte e Selo Queijo Artesanal)

Descrição: Certificam produtos de origem animal elaborados de forma artesanal, com características tradicionais, regionais e de valorização territorial. Entre janeiro e novembro de 2025, foram emitidos 778 selos (737 Selo Arte e 41 Selo Queijo Artesanal), totalizando 2.452 selos concedidos (2.385 Selo Arte e 67 Selo Queijo Artesanal). O resultado representa crescimento de aproximadamente 47% em relação ao total anterior de 1.674 selos. Anexo: planilha com gráficos por região e UF.

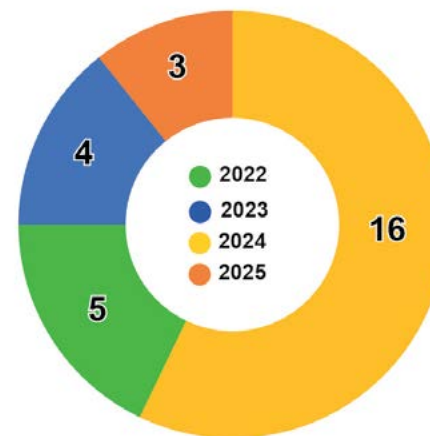


V. Programas Boas Práticas Agrícolas - BPA

Descrição: Consiste no conjunto de princípios, normas e recomendações técnicas aplicadas nas etapas da produção, processamento e transporte de produtos vegetais alimentícios e não alimentícios, orientadas a promover a oferta de alimento seguro, de forma a cuidar da saúde humana, proteger o meio ambiente e melhorar as condições

dos trabalhadores rurais e de suas famílias. Em 2025, foram reconhecidos 16 novos programas em um universo de 28. A projeção para 2025 era de aumento de 50% no número de programas reconhecidos. O resultado superou a meta e alcançou crescimento de 220%.

QTDE Anual de Programas Reconhecidos de Boas Práticas Agrícolas



VI. Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Descrição: Iniciativa de promoção de produtos agropecuários que valoriza as características dos produtos, bem como a cultura local, como forma de preservar as tradições e o saber-fazer local, valorizando o seu produto por meio do fomento de ações de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. Em 2025, foram emitidos 4 (quatro) Instrumentos Oficiais de Delimitação Geográfica, na espécie Indicação de Procedência: Queijo Cabacinha do Vale do Araguaia/GO; Banana de Bom Jesus da Lapa/BA; Café de Torrinha/SP; e Café de Terras Altas Paulista/SP.

VII. Fomento à produção orgânica

Descrição: As ações de fomento à produção orgânica e agroecológica concentraram-se na expansão sustentável da oferta, no fortalecimento da transição produtiva e na



ampliação da credibilidade dos mecanismos de controle social. Foram apoiados 22 estados em visitas de controle social, realizadas campanhas de valorização do alimento orgânico e fortalecidas iniciativas como os Núcleos de Estudo em Agroecologia. Essas ações ampliaram o acesso a mercados diferenciados, contribuíram para a segurança alimentar e nutricional e incluíram a produção orgânica como prática elegível à redução de juros no crédito de custeio do Plano Safra, conforme a Resolução CMN nº 5.152/2024.

VIII. Programa Mais Leite Saudável - PMLS

Descrição: Programa de abrangência nacional voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva do leite, o PMLS permite que laticínios e cooperativas utilizem até 50% dos créditos presumidos de PIS/COFINS sobre a aquisição de leite in natura, condicionando a aplicação de, no mínimo, 5% desses recursos em projetos direcionados aos produtores rurais. Os investimentos concentram-se em assistência técnica, sanidade animal, melhoramento genético e qualificação produtiva, com impactos na produtividade, qualidade do leite e renda no meio rural.

Em 2025, foram monitorados mais de 740 projetos em execução, totalizando cerca de R\$ 339,7 milhões aplicados em ações de fomento. Os resultados contribuíram para o fortalecimento da base produtiva, maior estabilidade da oferta e difusão de boas práticas, com reflexos na competitividade e sustentabilidade da cadeia. Destacam-se ainda a realização de auditorias presenciais no âmbito do PMLS e do Plano de Qualificação de Fornecedores de Leite, reforçando os mecanismos de controle e conformidade, bem como avanços na modernização dos sistemas de gestão e monitoramento. Como desafio, permanecem as incertezas associadas à Reforma Tributária,

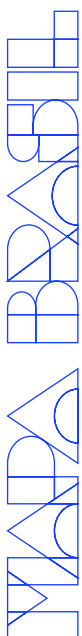
com potenciais impactos sobre a sustentabilidade do Programa.

IX. Projeto Agricultura Sustentável para Ecossistemas Florestais (SAFE)

Descrição: O Projeto de Cooperação Técnica Internacional SAFE (MAPA-GIZ) visa promover cadeias produtivas sustentáveis e livres de desmatamento na Amazônia, com foco nas regiões da Transamazônica e do Xingu, por meio de práticas agrícolas de baixo impacto, tecnologias inovadoras e gestão integrada da paisagem. A iniciativa fortalece as cadeias do cacau e da pecuária, articulando conservação florestal, inclusão social e igualdade de gênero. Em 2025, destacaram-se a elaboração de diagnósticos territoriais, o desenvolvimento de protocolos de rastreabilidade alinhados à EUDR, a implementação do Cadastro Socioprodutivo e a oferta de assistência técnica a cerca de 300 famílias, abrangendo aproximadamente 9 mil hectares com práticas sustentáveis.

X. MAPA CONECTA

Descrição: A Plataforma eletrônica de inovação agropecuária é uma iniciativa conjunta entre o MAPA/SDR e o SERPRO que visa construir e disponibilizar um espaço virtual com vistas a facilitar e promover a conexão entre os agentes de inovação: startups, investidores e ambientes de inovação com foco na geração de tecnologias para as cadeias produtivas agropecuárias. Em 2025, foi priorizada a modelagem dos cadastros estratégicos de agtechs (startups do agro), investidores e ambientes de inovação (os parques tecnológicos, hubs, aceleradoras etc.).



XI. BIOINSUMOS

Descrição: No âmbito do Programa Nacional de Bioinsumos (PNB), avançou-se na capacitação técnica, com a conclusão do Manual de Boas Práticas para Produção Própria de Bioinsumos e o mapeamento nacional de iniciativas de capacitação, conforme o Decreto nº 10.375/2020. No campo regulatório, foram elaborados subsídios técnicos para a regulamentação da Lei de Bioinsumos e instituído, no Conselho Estratégico do PNB (CEPNB), o Grupo de Trabalho NITROMAIS, voltado à ampliação do uso de bioinsumos fixadores de nitrogênio. Como principal desafio em 2025, destaca-se a consolidação das ações de fomento — especialmente em capacitação, gestão, monitoramento e inovação aberta — em um contexto de regulamentação em curso da Lei nº 15.070/2024.

XII. Atendimento em Assistência Técnica e Extensão Rural

Descrição: Em 2025, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da CEPLAC realizaram mais de 33 mil atendimentos técnicos em diversas regiões produtoras, contribuindo para a melhoria do manejo, aumento da produtividade e qualidade das lavouras de cacau e sistemas agroflorestais. A atuação fortaleceu a adoção de boas práticas e sistemas sustentáveis, com impactos na renda dos produtores, na sustentabilidade ambiental e na estabilidade da oferta, além de reforçar o papel da CEPLAC na promoção do desenvolvimento rural sustentável e na resiliência das cadeias produtivas.

XIII. PRS CERRADO

Descrição: O Projeto tem como objetivo mitigar emissões de gases de efeito estufa e aumentar a renda de pequenos e médios produtores, por meio da adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono, ampliação da assistência técnica, capacitação e fortalecimento

de organizações socioprodutivas. Foram apoiadas 202 Unidades Demonstrativas e mais de 4 mil Unidades Multiplicadoras, superando metas e ampliando a difusão de práticas sustentáveis. O projeto também fortaleceu 48 organizações, das quais 38 já obtiveram benefícios diretos, promovendo maior acesso a mercados e agregação de valor. As ações contribuíram para a qualificação da produção, aumento da renda e consolidação de sistemas produtivos ambientalmente responsáveis, com impactos econômicos, sociais e ambientais no bioma Cerrado.

XIV. Inovação nas Cadeias Produtivas da Agropecuária para a Conservação Florestal na Amazônia Legal - Cadeias Sustentáveis

Descrição: O projeto visa integrar informações de imóveis rurais e cadeias produtivas na Amazônia Legal, com foco inicial na carne bovina e expansão prevista para madeira e soja, fortalecendo a rastreabilidade, a conformidade socioambiental e a regularização de produtores. A iniciativa subsidia políticas públicas e é conduzida com gestão contínua, incluindo governança, monitoramento e avaliação, sob acompanhamento do MAPA. Em 2025, foram realizadas oficinas e devolutivas nos seis estados participantes (AC, AM, MT, PA, RO e TO), além de articulações institucionais, participação em eventos na COP30 e aprovação do POA/PAAC 2025-2026 pelo Kf.

XV. Políticas Públicas para uma Agricultura Resiliente no Brasil - TRILHAS

Descrição: O projeto TRILHAS visa apoiar o fortalecimento, a ampliação e a integração de políticas públicas voltadas à agricultura, promovendo sistemas produtivos sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas e contribuindo para a ampliação da efetividade das ações governamentais. O Projeto encontra-se em fase inicial com a realização



de articulações e reuniões técnicas entre as instituições parceiras para estruturação e consolidação do projeto, formalizado durante a COP30. Atualmente, a iniciativa segue em fase de implantação.

Principais Desafios 2025

O MAPA enfrentou, em 2025, o desafio de assegurar representação qualificada em múltiplas instâncias nacionais e internacionais – como CONAMA, CAISAN, FAO, UNFCCC, OCDE e colegiados interministeriais – diante de quadro reduzido de servidores e da complexidade das agendas, ampliando a demanda por participação em nível decisório.

Adicionalmente, a atuação na COP30 exigiu intensa articulação interinstitucional, com necessidade de coordenação contínua com ministérios da agenda agroalimentar e diálogo com o setor privado, fundamentais para garantir viabilidade, escala e efetividade das ações climáticas.

Para 2026, serão priorizados o acompanhamento e a implementação da iniciativa RAIZ, lançada na COP30, como vetor de atração de investimentos e alinhamento às diretrizes ministeriais.

No âmbito da Plataforma Agro Brasil + Sustentável, está prevista a ampliação dos serviços e usuários, com desenvolvimento de aplicativo móvel, uso de chatbot e integração com sistemas parceiros, além da criação de painéis de dados para subsidiar a gestão e o monitoramento de políticas públicas. Destaca-se também a realização da 3ª Reunião Nacional do Plano ABC+, com foco na articulação federativa e no fortalecimento da governança e da efetividade do Plano.

Na agenda de bioinsumos, os esforços se concentrarão na consolidação dos instrumentos de monitoramento do PNB, no diagnóstico de capacitação e na promoção da inovação aberta. Na agenda florestal, prioriza-se a expansão e qualificação da Rede Floresta+, com ampliação de parcerias e fortalecimento da conexão com mercados e investimentos, visando maior capilaridade e integração entre oferta e demanda à de soluções florestais e agroambientais.

Secretaria de Defesa Agropecuária

O MAPA é o órgão responsável por garantir a sanidade vegetal, a saúde animal, a qualidade e a segurança dos alimentos e dos insumos agropecuários em todo o território nacional. Sua atuação abrange a regulamentação, fiscalização, auditoria, controle e certificação sanitária dos produtos agropecuários.

No que se refere à qualidade e à segurança dos alimentos e dos insumos agropecuários, destaca-se a atuação na inspeção de produtos de origem animal e de produtos destinados à alimentação animal. Em 2025, merecem destaque os seguintes resultados:

- registro de 169 novos estabelecimentos de produtos de origem animal junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), totalizando 3.173 estabelecimentos ativos no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SipeAgro);
- deferimento de 410 estabelecimentos de produtos destinados à alimentação animal, alcançando o total de 5.121 registros ativos;
- aprovação de 8.534 solicitações de registro de novos produtos de origem animal;



- Concessão de 847 novos registros;
- Registro de 1.140 novos cadastros de produtos destinados à alimentação animal. Dentre essas solicitações de novos registros de Produtos de Origem Animal, 87,8% foram processadas de forma automática, refletindo ganhos de eficiência administrativa;
- Recebimento de 718.101 solicitações pelo SIF para emissão de Documentos de Trânsito, que englobam os Certificados Sanitários Nacionais, Guias de Trânsito e Certificados Sanitários Internacionais;
- Emissão de 1.302.190 Declarações de Conformidade de Produtos de Origem Animal.

Em 2025, houve avanços na modernização dos fluxos normativos, com a consolidação de procedimentos internos voltados à melhoria regulatória, aumentando a eficiência e a transparência dos processos. Destaca-se a incorporação de inovações tecnológicas, especialmente a implementação do sistema de lavagem de carcaças de aves após a evisceração, que evitou a condenação de cerca de 100 mil toneladas de carne e gerou relevantes ganhos econômicos, sanitários e produtivos para o setor avícola.

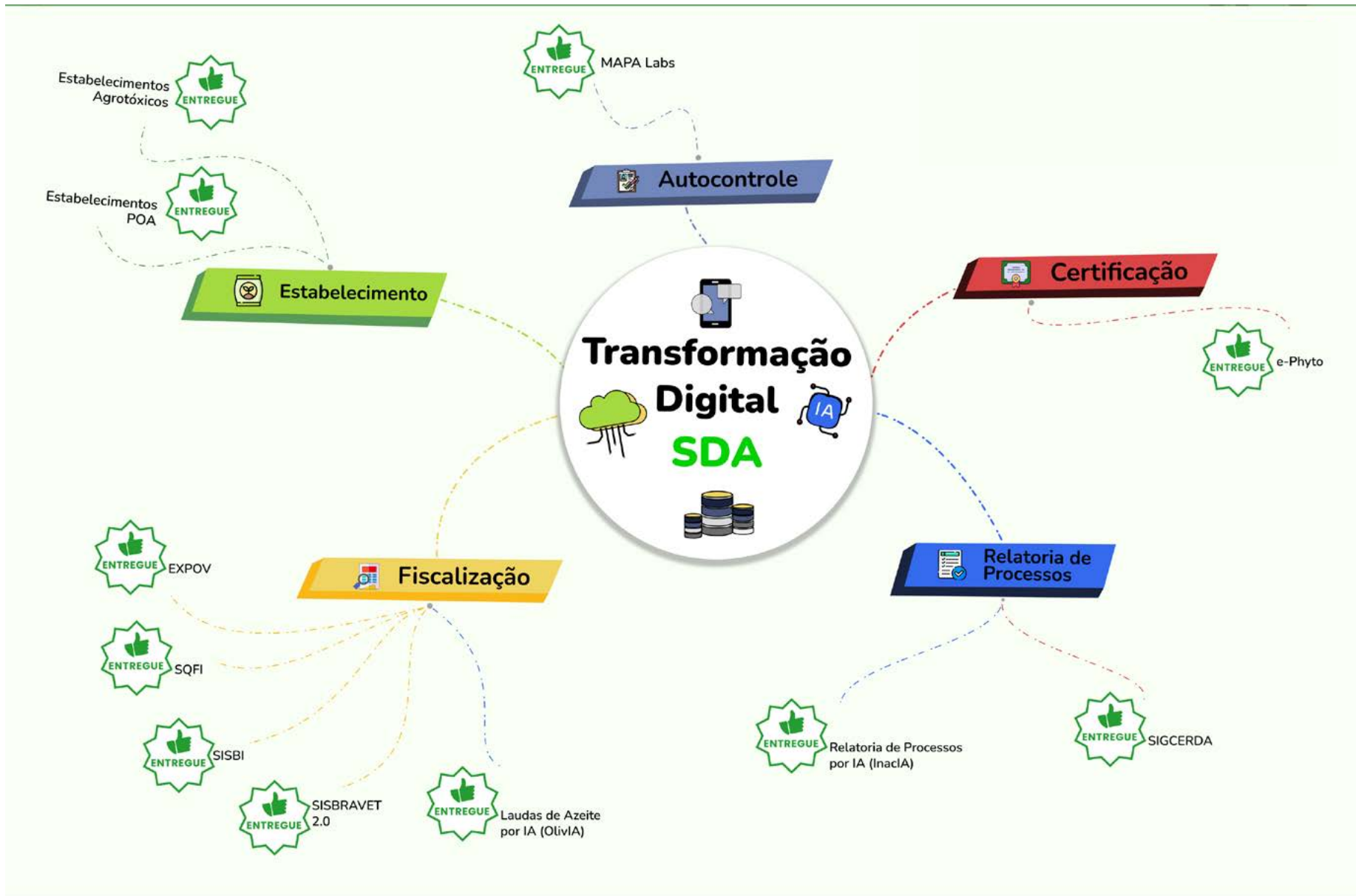
Em outra frente de atuação que trata da qualidade e da segurança dos alimentos, destaca-se a inspeção de produtos de origem vegetal, que teve sua fiscalização orientada por risco. Merece destaque o enfrentamento às fraudes em bebidas alcoólicas, especialmente no contexto do aumento de notificações e da preocupação sanitária associada à chamada “crise do metanol”. Em resposta, foram intensificadas ações de fiscalização fundamentadas em inteligência e análise de risco, com foco na identificação de produção clandestina, falsificação e comercialização de bebidas sem registro e sem controle oficial. Como exemplo, ressalta-se a Operação Dose Limpa (2ª etapa),

realizada em dezembro de 2025 no Estado do Ceará, que resultou na retirada de mais de 21 mil litros de bebidas irregulares do mercado.

A fiscalização demonstrou que o risco de contaminação está concentrado em cadeias clandestinas, uma vez que, entre 394 amostras analisadas, apenas três apresentaram irregularidades, o que reforça a efetividade do controle oficial na proteção do consumidor e da integridade do mercado.

No que se refere à certificação de qualidade, à facilitação do comércio e à modernização dos processos, em 2025 foi emitido, pela primeira vez, certificado oficial de conformidade da qualidade de citros para acesso ao mercado europeu, em alinhamento aos padrões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa iniciativa possui potencial para reduzir prazos e amostragens de inspeção no destino, fortalecendo a cadeia produtiva ao ampliar as exportações, aumentar a entrada de divisas e gerar novos postos de trabalho.

Adicionalmente, no eixo de modernização e transformação digital, destaca-se que a solicitação e emissão do Certificado Sanitário Internacional para exportação de produtos de origem vegetal ocorre por meio do serviço digital na plataforma gov.br - Certificado Sanitário de Exportação de Produtos de Origem Vegetal, conferindo maior agilidade, rastreabilidade e padronização ao processo de certificação sanitária oficial exigida por países importadores.





Em 2025, no eixo de transparência e difusão do conhecimento técnico, foi lançada uma publicação voltada à identificação de perigos biológicos, químicos e físicos em alimentos de origem vegetal. A iniciativa fortaleceu a comunicação de riscos, a orientação de agentes públicos e privados e a harmonização de entendimentos técnicos, apoiando ações de prevenção e controle ao longo das cadeias produtivas vegetais.

Outro ponto foi a intensificação das ações de fiscalização do café torrado e moído, como parte do combate a fraudes e da proteção ao consumidor, com foco em produtos rotulados de forma irregular. As fiscalizações incluíram auditorias, vistorias, avaliação de boas práticas e análises laboratoriais, resultando em desclassificações por inconformidades legais. Como síntese de 2025, registram-se:

- 431 amostras coletadas;
- 94 amostras não conformes e 204 amostras em análise;
- 48 marcas apreendidas cautelarmente (cerca de 73 toneladas); e
- três marcas com determinação de recolhimento.

Em 2025, as ações de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas concentraram-se no enfrentamento de três emergências fitossanitárias — vassoura-de-bruxa da mandioca, monilíase do cacauzeiro e mosca-da-carambola —, restritas a estados da Região Norte, com o objetivo principal de evitar sua dispersão para outras regiões do país.

No campo da sanidade vegetal, as Análises de Risco de Pragas e a Certificação Fitossanitária foram fundamentais para a abertura de mercados internacionais, ampliando destinos e renda dos setores produtivos. Destacam-se a abertura de mercados na China para grãos e derivados do

milho e na Índia para frutas cítricas, resultado de intensas negociações técnicas.

Adicionalmente, em razão dos novos marcos legais sobre bioinsumos, programas de autocontrole e agrotóxicos, houve ampla revisão do arcabouço regulatório, promovendo maior segurança jurídica, modernização da fiscalização e responsabilidade compartilhada com o setor regulado. A regulamentação dos bioinsumos reforçou a liderança do Brasil em sustentabilidade e inovação no agronegócio.

Em outra linha, o MAPA atuou de forma estratégica na prevenção, controle e erradicação de doenças animais, no fortalecimento da vigilância epidemiológica e na certificação sanitária, contribuindo para a proteção da saúde pública, a sustentabilidade da produção agropecuária e o atendimento às exigências dos mercados internacionais. Destaca-se, nesse contexto, o reconhecimento internacional do Brasil como país livre de febre aftosa sem vacinação, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) em maio de 2025, ampliando o acesso a mercados mais exigentes.

No enfrentamento de desafios sanitários, merece destaque a resposta à mudança do cenário epidemiológico da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), com a interiorização de focos no país. Foram realizadas cerca de 1.500 investigações em dez unidades da Federação, incluindo o primeiro registro da doença em uma granja comercial, prontamente controlado por meio de ações coordenadas e eficazes, permitindo a rápida retomada do status sanitário. Também avançaram as ações de vigilância da Peste Suína Clássica, com a implementação de sistema específico para os estados da Região Norte, visando à ampliação da zona livre da doença.



Como avanços estruturantes, destacam-se a publicação da Portaria SDA/MAPA nº 1.331/2025, que instituiu o cronograma do Programa Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (PNIB), o fortalecimento da avaliação dos serviços veterinários estaduais por meio do Programa Quali-SV, a modernização do SISBRAVET 2.0 e a ampliação da fiscalização de insumos pecuários, incluindo a farmacovigilância veterinária. Essas ações possibilitaram a celebração de acordos de Certificados Veterinários Internacionais para 70 novos mercados, ampliando e diversificando as exportações brasileiras de animais vivos, material genético e subprodutos de origem animal.

No âmbito do registro e da fiscalização de insumos pecuários, foi publicada a Portaria SDA nº 1.472/2025, que instituiu critérios e procedimentos para a farmacovigilância veterinária, ampliando os mecanismos de análise de segurança, auditoria e solicitação de informações adicionais a profissionais prescritores e estabelecimentos.

Complementarmente, foi desenvolvido o Painel BI de Produtos Veterinários Biológicos, que amplia a transparência ao permitir a consulta pública sobre vacinas e kits diagnósticos registrados no MAPA, incluindo fabricantes, importadores, local de fabricação e princípios ativos. No enfrentamento da resistência aos antimicrobianos (RAM), foi elaborado o PAN-BR-AGRO, consolidando diretrizes para prevenção e controle no âmbito da agropecuária.

Em 2025, destacaram-se ações transversais voltadas ao fortalecimento da governança da Defesa Agropecuária, com foco estratégico no planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, apoio aos Sistemas Brasileiros de Inspeção, análise regulatória, educação

sanitária, uso de dados e atendimento aos órgãos de controle. Essas iniciativas reforçaram a tomada de decisão da alta gestão e a coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

O fortalecimento do SUASA refletiu-se na ampliação das ações de educação sanitária e capacitação, com mais de 46 mil ações realizadas em 21 unidades da Federação e quase 19 mil pessoas capacitadas, além da expansão do SISBI-POA, com adesão de 33 consórcios públicos de municípios, reunindo 593 municípios, além da adesão individual de 13 municípios, totalizando novas inclusões em 15 unidades da Federação. Esses avanços ampliaram o acesso de agroindústrias de pequeno porte ao mercado formal e padronizaram procedimentos de inspeção.

No eixo de controle, transparência e gestão da informação, houve redução significativa de recomendações da CGU, maior tempestividade no atendimento e uso intensivo de painéis de Business Intelligence, que registraram mais de 470 mil visualizações. Também se destacaram análises de risco de importação, qualificação regulatória com avaliação de atos normativos e a atuação estruturada no apoio às emergências sanitárias.

Por fim, merecem destaque o fortalecimento do combate a ilícitos agropecuários, com a criação da Coordenação-Geral de Operações Especializadas (CGOPE), a realização de operações integradas e de inteligência, ações do VIGIAGRO nas fronteiras e avanços regulatórios no controle de importações, bagagens e certificação para exportação. Essas iniciativas contribuíram para a proteção sanitária, a segurança jurídica, a modernização dos controles e a integridade da agropecuária nacional.



Em 2025, a Defesa Agropecuária fortaleceu de forma significativa o combate a atividades ilícitas envolvendo produtos agropecuários por meio da ampliação de parcerias institucionais com órgãos públicos e privados, capacitação de servidores e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de apoio a operações especiais de fiscalização, entre as quais podemos citar:

- participação em cinco operações integradas de segurança, incluindo as Operações Ágata e ações conjuntas com a Polícia Rodoviária Federal, reforçando a cooperação interinstitucional no enfrentamento a crimes transfronteiriços, contra o fisco e a saúde pública;
- realização de 16 operações de inteligência, que subsidiaram 30 Operações Ronda Agro no programa Vigifronteiras, resultando na retirada de aproximadamente 10 mil toneladas de produtos agropecuários irregulares do mercado;
- duas Operações Ronda Ciber eliminaram 1.702 anúncios irregulares, com valor estimado de quase R\$ 2 milhões;
- fiscalização de mais de 38 mil bagagens, apreendendo cerca de 205 toneladas de produtos irregulares, além de fiscalizar o ingresso de mais de 17 mil animais de companhia;
- início da construção da sede do Centro Nacional de Cães de Detecção;
- emissão de 8.330 certificados fitossanitários de exportação para 25 países por meio do sistema hiperintegrado de vigilância agropecuária; e
- publicação das Portarias MAPA nº 835/2025 e nº 872/2025, que modernizaram os procedimentos de importação e o controle de bens agropecuários transportados em bagagens, reforçando a segurança sanitária, a eficiência administrativa e a proteção da agropecuária nacional.

A Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) foi fundamental para a execução dos programas sanitários, fitossanitários e de qualidade, permitindo a detecção precoce de doenças, pragas, contaminantes e resíduos químicos por meio de métodos científicos precisos. No exercício, foram realizados mais de um milhão de ensaios analíticos e implementados 315 novos ensaios, abrangendo áreas como resíduos e contaminantes de alimentos, identidade e qualidade de alimentos, diagnóstico animal e biologia molecular, fortalecendo a governança técnica, a rastreabilidade e a confiabilidade dos controles oficiais.

No eixo de inovação tecnológica, destaca-se o desenvolvimento de novos módulos do aplicativo MAPALabs, integrado à plataforma SDA Digital, que modernizou a coleta de amostras no âmbito da defesa e fiscalização agropecuárias. Paralelamente, houve avanços relevantes no sistema administrativo sancionador, com o fortalecimento da Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária (CERDA), instância máxima recursal do MAPA, da qual se pode destacar:

- 2.969 processos recebidos na terceira instância;
- 2.431 processos distribuídos;
- 535 processos julgados (18,02% da demanda);
- 99,07% de decisões unânimes evidenciam a elevada coerência interpretativa do colegiado;
- 66% de decisões com modificação das instâncias inferiores;
- 74 autos de infração anulados;
- fortalecimento do apoio técnico e administrativo à relatoria e às sessões de julgamento;
- atuação sistemática no controle da legalidade dos autos de infração e das decisões recorridas;
- identificação e monitoramento de riscos processuais



relevantes;

- promoção de maior uniformidade e estabilidade dos entendimentos colegiados; e
- implantação e o uso intensivo do Sistema Gestor da Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária - SIGCERDA.

Esse desempenho foi potencializado pela implantação e uso intensivo do SIGCERDA, sistema que aprimorou o controle, a transparência e a segurança da tramitação dos processos administrativos sancionadores, mitigando riscos críticos, como a prescrição intercorrente.

Por fim, o MAPA concentrou esforços na garantia da sanidade vegetal, da saúde animal e da qualidade e segurança dos alimentos e dos insumos agropecuários, com foco na efetividade das ações, na redução de riscos e na geração de valor público. Essa atuação resultou em avanços expressivos, destacando-se a adesão de 606 municípios, de forma individual ou consorciada, ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), ampliando o acesso de agroindústrias ao mercado formal e fortalecendo a inspeção descentralizada.

No campo do reconhecimento técnico e internacional, merece destaque o reconhecimento do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de São Paulo (LFDA/SP) como Centro de Referência Internacional para Influenza Aviária e Doença de Newcastle pela FAO, bem como a implantação do novo sistema eletrônico de registro de estabelecimentos de produtos de origem animal.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Para 2026, o Ministério projeta uma agenda estratégica voltada à modernização estrutural e ao fortalecimento institucional. As prioridades incluem a integração plena dos sistemas de informação, visando ampliar a rastreabilidade, a eficiência e a gestão de riscos, bem como a consolidação de rotinas de monitoramento e avaliação que elevem a previsibilidade regulatória e a efetividade do SUASA.

Prevê-se a intensificação do uso de tecnologias, ferramentas de inteligência e certificações digitais, com a modernização das práticas de inspeção e a ampliação da competitividade internacional, bem como a ampliação da certificação sanitária digital e eletrônica, proporcionando mais agilidade, economicidade e segurança jurídica para os setores público e privado.

No âmbito do SUASA, o foco estará no enfrentamento estrutural dos desafios, por meio da integração de sistemas, do aprimoramento dos processos normativos e decisórios e do fortalecimento da governança do SISBI, garantindo uma expansão qualificada e maior efetividade do Sistema. No campo sancionador, a SDA planeja ampliar a capacidade de julgamento, aumentar a celeridade processual, reduzir riscos de nulidades e prescrições e reforçar a transparência e a previsibilidade das decisões.



Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

A atuação do MAPA junto ao ambiente externo ocorre de forma integrada e transversal, por meio de interação com o setor produtivo, órgãos públicos, representações diplomáticas, organismos internacionais, instituições de ensino, pesquisa e financeiras, além de outros setores. Essa relação é essencial, pois permite alinhar as ações da Secretaria com os interesses da sociedade brasileira.

Principais Resultados em 2025

- recorde histórico de exportações do agronegócio, totalizando US\$ 169,2 bilhões, o maior valor da série, correspondendo a 48,5% das exportações totais do país;
- Abertura de 225 novos mercados em 2025, alcançando 525 mercados abertos no acumulado desde 2023;
- condução de 72 missões internacionais voltadas à promoção do agronegócio brasileiro;
- participação em 20 feiras comerciais internacionais;
- apoio direto a 208 empresas brasileiras, com geração de US\$ 40,4 milhões em negócios imediatos e US\$ 427 milhões em expectativas de negócios.

No decorrer do ano, o MAPA esteve à frente da organização e acompanhamento de eventos internacionais estratégicos para a promoção comercial de produtos brasileiros. Cada participação representou não apenas a consolidação da presença institucional do MAPA no cenário global, mas principalmente a ampliação de oportunidades de negócios para empresas nacionais.



Outro ponto foi a atuação do Ministério na promoção comercial com destaque para:

- Realização de 26 edições da Caravana do Agroexportador, iniciativa alinhada à Política Nacional de Cultura Exportadora (PNCE), voltada a fomentar a cultura exportadora e conectar produtores a oportunidades externas. A ação recebeu o SELO PNCE, reconhecimento de iniciativas com alto impacto na promoção da cultura exportadora;
- Publicação de 12 volumes do “AgroInsights - um mundo de oportunidades”, com análises estratégicas de mercados internacionais elaboradas pelas adidâncias; e
- Disponibilização quinzenal do “Clipping de Notícias”, consolidando notícias relevantes para o agronegócio.

Redução Estratégica de Custos para o Agronegócio

Atuação decisiva na redução temporária de tarifas de importação para insumos estratégicos, fortalecendo a competitividade e assegurando previsibilidade ao setor e apoio à ampliação de cotas e isenções para produtos de alto valor agregado, como cápsulas de café e equipamentos.



Proteção Estratégica da Heveicultura Nacional

Manutenção da borracha natural na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum - TEC, elevando a tarifa de importação de 3,6% para 10,8%, contribuindo para mitigar pressões externas e apoiar a produção nacional.

I Fórum Agrícola Empresarial do Mercosul

Atuação na articulação entre o Ministério das Relações Exteriores e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil na realização do I Fórum Agrícola Empresarial do Mercosul, organizado em parceria com entidades congêneres do bloco, no âmbito da Federação das Associações Rurais do Mercosul.

Como resultado, foi elaborada Declaração Conjunta entregue às autoridades do Ministério da Agricultura e Pecuária e do MRE, recomendando ações governamentais em três eixos: enfrentamento de barreiras ao comércio e à produção, fortalecimento da integração sanitária e fitossanitária com simplificação de procedimentos e ampliação da pauta exportadora do agronegócio do Mercosul.

Estudo sobre o Setor Sucroalcooleiro no Mercosul

Participação nas discussões sobre o setor sucroalcooleiro no Mercosul, contribuindo para a aprovação, em 28 de outubro de 2025, dos Termos de Referência do estudo de avaliação de impacto sobre o comércio de açúcar no bloco, no âmbito do GAHAZ - Grupo Ad Hoc Setor Açucareiro do Mercosul.

A aprovação dos Termos de Referência destravou uma agenda sensível, abriu espaço para um debate mais técnico e coordenado e reforçou a liderança do Brasil na promoção de soluções integradas para o setor açucareiro no Mercosul.

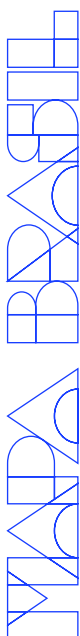
Acordo Mercosul-EFTA

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a EFTA - Suíça, Liechtenstein, Islândia e Noruega - foi concluído em julho e assinado em 16 de setembro de 2025, no Rio de Janeiro, representando marco relevante para a inserção do agronegócio brasileiro em economias de alta renda e elevado padrão regulatório. O acordo estabelece ampla liberalização tarifária para bens agrícolas e industriais, com liberalização integral do setor pesqueiro e avanços significativos no acesso agrícola aos mercados da EFTA.

Acordo de Associação Mercosul-União Europeia

Após 26 anos de negociações, o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia foi concluído em 2025 e assinado em 17 de janeiro de 2026, durante a Cúpula do Mercosul em Assunção. O acordo constitui marco histórico ao integrar o Brasil a uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, ampliando o acesso a um mercado de 449 milhões de consumidores e a um bloco com PIB superior a US\$ 18,6 trilhões.

O texto prevê a liberalização parcial ou total de cerca de 99% das exportações agrícolas do Mercosul, com tarifa zero para a maioria dos produtos em até dez anos, além de avanços relevantes no acesso a mercados para produtos estratégicos do agronegócio brasileiro. O acordo incorpora compromissos modernos em sustentabilidade, um pacote inédito de cooperação e mecanismo de reequilíbrio de



concessões, reforçando previsibilidade, segurança jurídica e proteção ao uso das preferências negociadas.

Agrostat

Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro - Agrostat, base online que oferece visão detalhada das exportações e importações agrícolas e do agronegócio desde 1997. O sistema é atualizado mensalmente de acordo com os dados divulgados pela SECEX/MDIC.

Publicação “Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Edição 2025”

A Secretaria de Comércio e Relações Internacionais elaborou a publicação Intercâmbio Comercial do Agronegócio - Principais Mercados de Destino - 2025, que reúne estatísticas e análises sobre as exportações agropecuárias brasileiras e seus vinte principais mercados de destino, responsáveis por parcela majoritária do comércio do setor.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

O agronegócio brasileiro enfrenta desafios relevantes decorrentes da queda dos preços internacionais, de restrições sanitárias impostas por mercados importadores e da adoção de medidas tarifárias unilaterais por parceiros comerciais, o que torna o ambiente global mais competitivo e imprevisível.

Nesse cenário, torna-se imprescindível fortalecer a competitividade externa do setor, reduzindo a dependência de mercados tradicionais e ampliando a resiliência

comercial. As perspectivas para os próximos anos incluem a intensificação de políticas de facilitação do comércio, a ampliação e conclusão de acordos internacionais e o uso mais estratégico de inteligência comercial.

Também se destacam os esforços para abertura, ampliação e diversificação de mercados, medidas que já demonstraram resultados expressivos e que contribuirão para consolidar o Brasil como um dos principais atores do comércio agrícola mundial, ampliando oportunidades para produtores, cooperativas e agroindústrias e promovendo desenvolvimento econômico e social.

Secretaria-Executiva

Como órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a Secretaria-Executiva (SE) dirige a governança do MAPA, com atuação voltada à definição e à coordenação de temas e projetos estratégicos, bem como à implementação de ações governamentais e políticas públicas de competência da Pasta.

Em 2025, além de coordenar as atividades administrativas do Ministério e supervisionar a Embrapa, a SE também atuou na gestão e na condução de políticas públicas gerando resultados concretos para a sociedade, no âmbito do INMET e das quatro Subsecretarias que compõem sua estrutura. Nesse contexto, destacaram-se os programas e instrumentos vinculados à Ação Orçamentária 20ZV, sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Ao longo do exercício, a SE concentrou sua atuação na execução orçamentária e das políticas públicas, na integração das áreas administrativas, tecnológicas, de gestão de pessoas e de governança e no fortalecimento



da capacidade institucional do Ministério, de modo a assegurar a implementação de suas ações finalísticas, dentre as quais se destacam:

PROMAQ - Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola

- R\$ 637,6 milhões liquidados;
- 1.885 máquinas entregues; e
- 1.300 municípios beneficiados.

PRONER - Programa Nacional de Estradas Rurais

- R\$ 711,4 milhões repassados;
- 352 Instrumentos formalizados; e
- 5.893,94 km de extensão de estradas.

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - Ação Orçamentária 20ZV

- R\$ 2 bilhões em transferências celebradas;
- 1.150 transferências; e
- R\$ 744.784.380,60 pagos.

INMET

- Reconhecimento como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT);
- 90 Acordos de Cooperação Técnica;
- 53 novos servidores empossados; e
- Parceria com a Eletrobras.





Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação



PROMAQ

O Programa Nacional de Modernização e Apoio à Produção Agrícola - PROMAQ foi criado para enfrentar o déficit de máquinas agrícolas e as limitações de infraestrutura que reduzem a eficiência produtiva e a capacidade de execução local das políticas agrícolas. O Programa atua no provimento de máquinas e equipamentos a estados, municípios e consórcios, fortalecendo a capacidade operacional regional.

Essas ações foram executadas no âmbito da Secretaria-Executiva, sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração vinculada à ação orçamentária 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, integrando o conjunto das políticas setoriais do MAPA e assegurando a continuidade do apoio federal à modernização agrícola. A partir de 2025, essas iniciativas passaram a contar com um arranjo programático específico, voltado à organização, à padronização e ao fortalecimento da governança das ações de modernização agrícola.

Base Normativa e Arranjo Institucional do PROMAQ

A base normativa do PROMAQ estrutura juridicamente sua criação, execução e governança, garantindo previsibilidade, padronização e segurança jurídica às ações de mecanização agrícola e apoio à infraestrutura rural. Destacam-se os seguintes atos normativos:

- [Portaria MAPA nº 775/2025](#) — Institui o PROMAQ, define diretrizes, objetivos e governança;

- Portaria SE/MAPA nº 49/2025 — Delibera competências para a execução do Programa;
- [IN SPOA/SE/MAPA nº 2/2025](#) — Estabelece fluxos e procedimentos operacionais;
- [IN nº 6/2025](#) — Detalha etapas de entrega, doação e acompanhamento dos bens;
- [Portaria MAPA nº 820/2025](#) — Realoca coordenação para fortalecimento da gestão do PROMAQ;

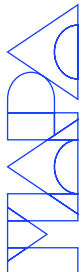
Além disso, o Programa observa:

- [Lei nº 14.133/2021](#) (licitações e contratos);
- [Decreto nº 12.785/2025](#) (doação/alienação de bens móveis);
- Normas orçamentárias: [Portarias SPOA/MAPA nº 943/2025](#) e [MAPA nº 856/2025](#);
- [Portaria SE/MAPA nº 23](#), de 3 de maio de 2023, que disciplina a doação de bens móveis no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Esses instrumentos definem responsabilidades, etapas e critérios que orientam todo o ciclo de execução, que compreendendo as fases de aquisição, entrega, doação e transferência patrimonial.

Estrutura de Governança do PROMAQ (Eixo Aquisição e Doação)

A governança do PROMAQ foi organizada para garantir coordenação institucional, clareza de responsabilidades e conformidade com os normativos aplicáveis, considerando a execução descentralizada das ações de mecanização agrícola em todo o território nacional.





A Secretaria-Executiva, por meio da SPOA, exerce a coordenação central dos processos administrativos, assegurando aderência às diretrizes e procedimentos oficiais. A CGPROMAQ atua como núcleo técnico do Programa, organizando demandas, articulando-se com as unidades descentralizadas e acompanhando a execução das ações de aquisição e doação direta. A realocação de um cargo de coordenação reforçou sua capacidade administrativa sem ampliação da estrutura organizacional do MAPA.

As Superintendências Federais de Agricultura desempenham papel essencial na execução local, interagindo diretamente com os entes subnacionais. O modelo de execução se baseia na cooperação federativa e na integração entre unidades centrais e descentralizadas, garantindo maior previsibilidade, transparência e eficiência à política pública.

Relação com a Sociedade, Cooperação Federativa e Sustentabilidade Institucional (Doação Direta)

Na modalidade de doação direta, o PROMAQ estabelece relação institucional estruturada com os entes subnacionais por meio de processos administrativos formalizados conforme a [Portaria MAPA nº 775/2025](#) e normas complementares. O fluxo envolve a identificação e priorização dos beneficiários, a aquisição centralizada dos bens pelo MAPA, a entrega física às Superintendências Federais de Agricultura - SFA, a formalização da doação e a transferência patrimonial ao ente beneficiário.

A execução desse modelo demanda articulação contínua entre a Secretaria-Executiva, a SPOA, a CGPROMAQ, as SFA

e os entes subnacionais, especialmente quanto à conferência documental, regularização patrimonial e acompanhamento das entregas. Trata-se de arranjo de cooperação federativa que combina a normatização e a aquisição centralizada pela União com a utilização operacional dos bens por municípios e consórcios, fortalecendo a infraestrutura rural e ampliando a capacidade executiva local das políticas agrícolas.

Esse modelo gera valor público ao buscar assegurar rastreabilidade, transparência e integridade ao ciclo de doação, desde a programação orçamentária até a efetiva incorporação patrimonial pelo beneficiário.

A sustentabilidade do PROMAQ, no âmbito da doação direta, apoia-se em três dimensões complementares:

- Institucional: a padronização do ciclo de doação — da aquisição à transferência patrimonial — fortalece a segregação de funções, consolida responsabilidades entre as unidades envolvidas e reduz assimetrias operacionais;
- Orçamentária: o alinhamento entre programação financeira, execução da ação orçamentária 20ZV e critérios normativos vigentes assegura conformidade, transparência e prevenção de sobreposição de instrumentos;
- Administrativa e jurídica: a observância à legislação de contratações públicas e de doações patrimoniais garante regularidade, segurança jurídica e integridade do processo administrativo.

A consolidação desses elementos, especialmente a partir de 2025, estabelece bases estruturadas para a continuidade e o aperfeiçoamento do Programa nos exercícios subsequentes.

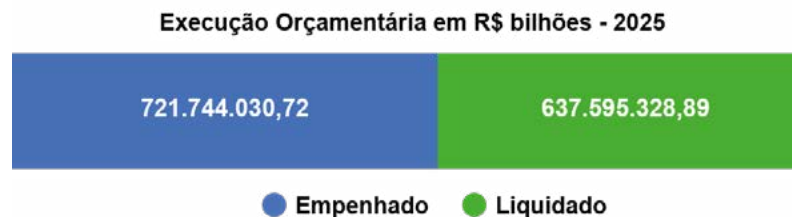


Resultados do PROMAQ no Exercício de 2025

No primeiro ano de implantação do PROMAQ, as ações de mecanização agrícola e apoio à infraestrutura rural foram executadas de forma descentralizada, em articulação com entes subnacionais e em consonância com os critérios técnicos, administrativos e de governança definidos na Portaria MAPA nº 775/2025 e na ação orçamentária 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário.

Dado o caráter inicial do Programa, o relatório concentrou-se em resultados diretamente mensuráveis, como execução orçamentária, formalização de instrumentos, entrega de bens e alcance territorial. A execução atingiu R\$ 721,7 milhões empenhados e R\$ 637,6 milhões liquidados, correspondendo a 84% do orçamento, refletindo o esforço de organização dos fluxos administrativos, consolidação dos processos de aquisição e doação e articulação federativa necessários para as futuras etapas. As ações foram operacionalizadas por diferentes modalidades –

doação direta, adesões a atas de registro de preços e transferências discricionárias – permitindo adaptação às capacidades e contextos locais.



Como os processos de monitoramento e avaliação ainda estão em fase de estruturação, a mensuração dos impactos intermediários e estruturais será realizada em ciclos futuros, após a consolidação das metodologias específicas.

O PROMAQ operou por três modalidades de execução – transferências discricionárias, adesões a Atas de Registro de Preços (ARP) e doação direta – permitindo adaptar a política às diferentes capacidades e contextos dos entes subnacionais. As transferências discricionárias destinaram recursos financeiros para que municípios e demais entes realizassem suas próprias aquisições, observada a legislação aplicável.

Adesão a Atas de Registro de Preços (ARPs)

A adesão a Atas de Registro de Preços consiste em contratação descentralizada, com padronização técnica promovida pelo MAPA, configurando-se como outro eixo de execução do PROMAQ. Neste contexto, relacionam-se abaixo os números desta ação:

- 220 solicitações de adesão recebidas;
- 220 autorizações concedidas;
- 197 entes beneficiários distintos.



Doação Direta

No eixo doação direta, no qual a aquisição é centralizada pelo MAPA e a entrega física dos equipamentos é realizada pelas Superintendências:

- R\$ 721.744.030,72 empenhados;
- R\$ 637.595.328,89 liquidados (84% de execução);
- 1.930 máquinas adquiridas;
- 1.885 entregues fisicamente; e
- 1.322 entes beneficiados.

A entrega física do maquinário antecede a conclusão do processo de doação, que se encerra apenas após a formalização patrimonial e contábil da transferência do bem.

Alcance Territorial (2025)

Entes beneficiados:

- 1.300 municípios;
- 6 consórcios intermunicipais;
- 2 federações;
- 11 secretarias estaduais;
- 1 empresa pública;
- 1 autarquia; e
- 1 entidade vinculada.

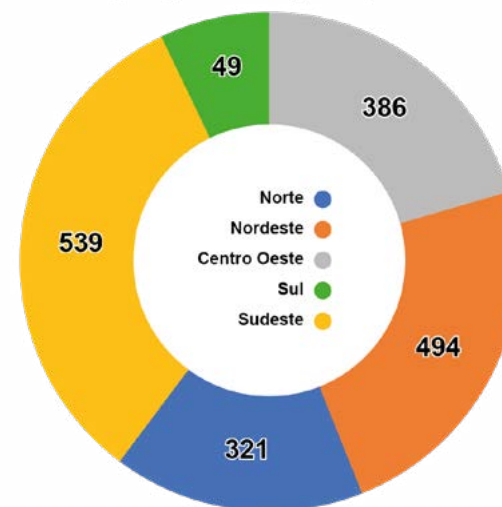
Totalizam-se 1.322 entes atendidos, abrangendo todas as regiões do país.

A execução alcançou amplo território nacional, beneficiando municípios, consórcios intermunicipais, órgãos estaduais e outras entidades públicas. No consolidado, foram entregues 1.885 máquinas e equipamentos, beneficiando 1.322 entes subnacionais, demonstrando forte capilaridade federativa. Em síntese, o exercício marcou a consolidação do arranjo operacional do PROMAQ, combinando execução orçamentária expressiva, formalização de instrumentos, entregas de grande porte e fortalecimento da governança,

criando as bases institucionais para ampliação territorial e melhoria contínua dos mecanismos de monitoramento e avaliação nos anos seguintes.

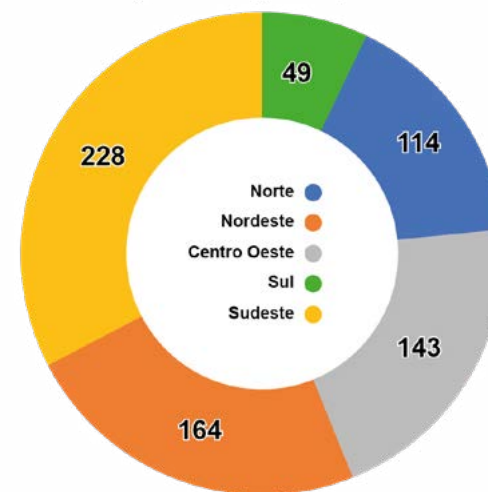
Gráfico de distribuição por região:

Distribuição Regional de Entregas em R\$ bilhões - 2025



Em relação aos valores foram distribuídos R\$ 700.467.185,84 nas 5 regiões a seguir:

Valor Regional de Entregas em R\$ bilhões - 2025





Desafios, Ações e Perspectivas do PROMAQ

Em 2025, a implantação do PROMAQ concentrou-se na estruturação institucional e na organização sistêmica da política pública, com foco no aperfeiçoamento normativo, na articulação federativa e na consolidação de procedimentos administrativos, patrimoniais e informacionais. As ações visaram fortalecer a governança, reduzir assimetrias entre entes subnacionais e criar bases seguras para o monitoramento, a avaliação e a execução sustentável do Programa.

Para os próximos exercícios, o PROMAQ deverá consolidar o arranjo instituído, aprimorar fluxos operacionais, ampliar o apoio técnico e orientar a alocação territorial de máquinas e equipamentos. O Programa contribui para o fortalecimento da infraestrutura rural, a redução de desigualdades regionais, o aumento da eficiência produtiva e o desenvolvimento rural sustentável, reforçando a cooperação federativa e a segurança jurídica da gestão pública.

PRONER

O Programa Nacional de Estradas Rurais - PRONER foi desenvolvido para enfrentar um dos principais desafios da produção rural: a precariedade da infraestrutura viária, que eleva custos logísticos, reduz competitividade e limita o acesso a serviços e mercados. Como política federativa e descentralizada, combina formulação, coordenação e financiamento parcial pela União com execução pelos estados e municípios, ampliando capilaridade, exigindo governança robusta para assegurar qualidade, evitar heterogeneidade nas intervenções e mitigar riscos de atraso ou desconformidade.

A lógica do programa se estrutura como uma cadeia de resultados: insumos financeiros e a capacidade técnica viabilizam obras que se materializam em quilômetros recuperados ou implantados, gerando melhorias de trafegabilidade, drenagem e segurança. Esses produtos resultam em redução de custos, maior previsibilidade logística e impactos socioeconômicos ampliados, como dinamização econômica e integração territorial.

O programa utiliza a quilometragem executada como métrica central, mas reconhece que diferentes tipos de intervenção apresentam complexidades e custos distintos. Por isso, torna-se fundamental padronizar tipologias, estabelecer parâmetros de custo e adequar as soluções às condições locais, garantindo qualidade e durabilidade das obras. Na ausência desses cuidados, há risco de baixa efetividade, falhas de drenagem e seleção de trechos com retorno socioeconômico limitado.

Base normativa e arranjo institucional

A instituição e a operacionalização do PRONER fundamentam-se em três atos normativos estruturantes:

- Portaria MAPA nº 777, de 25 de fevereiro de 2025 (Institui o PRONER);
- Portaria MAPA nº 832, de 22 de agosto de 2025 (Altera a Portaria 777); e
- Instrução Normativa SPOA-SE-MAPA nº 9, de 25 de agosto de 2025 (Operacionalização do PRONER).

Governança e modelo de execução do PRONER

A governança do PRONER foi estruturada para garantir efetividade e resultados consistentes em todo o país. A SPOA/SE/MAPA atua como instância central responsável



por diretrizes estratégicas, parâmetros técnicos mínimos e rotinas de acompanhamento que asseguram previsibilidade entre celebração, execução e entrega. O modelo busca reduzir desigualdades entre os entes executores e garantir comparabilidade das intervenções viárias, considerando que a equivalência dos quilômetros executados depende de tipologias, padrões de engenharia e condições locais.



Resultados do PRONER no exercício de 2025

Os valores correspondem aos instrumentos formalizados, com desembolsos ainda incipientes, em razão da concentração de formalizações no quarto trimestre e da incidência de cláusulas suspensivas.

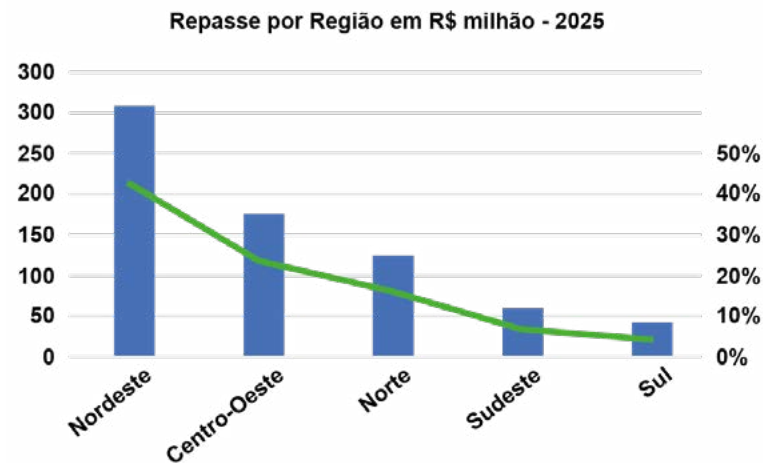
Principais dados consolidados (2025):

- Instrumentos formalizados: 352;
- Valor de repasse total: R\$ 711,4 milhões;
- Valor empenhado: R\$ 533,2 milhões;
- Extensão prevista: 5.893,94 km; e
- Custo médio estimado: R\$ 120,7 mil/km.

Distribuição territorial da execução (2025):

- Nordeste concentrou 52% da quilometragem prevista (2.535 km);
- Centro-Oeste recebeu maior valor médio por km; e
- Sul e Sudeste tiveram menor participação, mas com custos médios próximos ao padrão nacional.

Seguem os números:



Distribuição por Resultado Primário (RP):

- Os RPs 2 e 8 concentraram 96,7% dos recursos, evidenciando foco em ações estruturantes.
- Os RPs 6 e 7 tiveram participação residual, voltada a demandas específicas.

Distribuição do Repasse por Resultado Primário em R\$ milhão - 2025

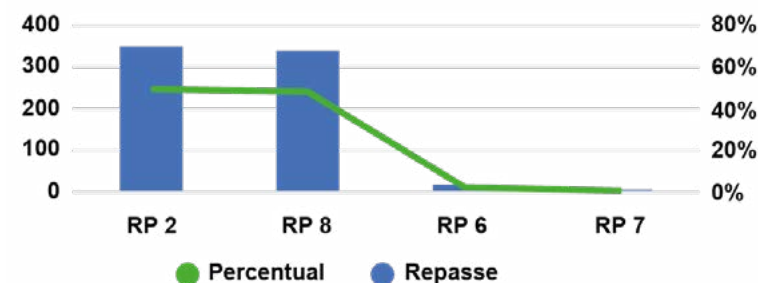


Figura 3 - Participação do repasse por RP.

Cronograma de assinaturas e repasse (2025)

O gráfico a seguir mostra a evolução mensal das assinaturas e dos repasses da Ação em 2025, evidenciando forte concentração no último mês do ano. Entre julho e dezembro, o valor de instrumentos assinados evolui de



R\$ 9,53 milhões para R\$ 445,8 milhões. Esse número expressivo no final do exercício indica que grande parte da execução física das ações ocorrerá apenas em 2026, considerando que os repasses mais relevantes — R\$ 66,13 milhões em outubro, R\$ 189,93 milhões em novembro e R\$ 445,8 milhões em dezembro — se materializaram tardiamente no ciclo orçamentário. Esse padrão reforça a necessidade de acompanhamento contínuo a fim de garantir previsibilidade e ritmo adequado na transição entre celebração, repasse e execução.

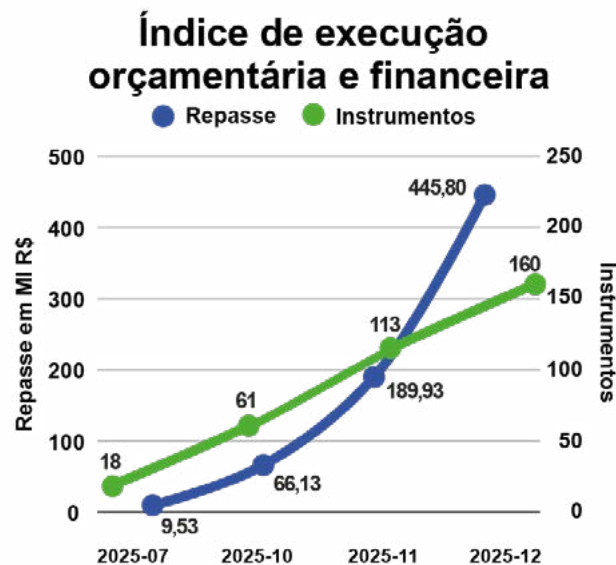


Figura 4 - Evolução mensal de instrumentos e repasse.

Situação dos instrumentos e riscos (2025):

- 93% dos instrumentos estão sob cláusula suspensiva, aguardando cumprimento de requisitos;
- Apenas 17 instrumentos estão em situação normal; e
- 7 instrumentos enfrentam medidas judiciais.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

A gestão do PRONER, após a fase de formalização dos instrumentos, enfrenta o desafio de garantir uma transição ordenada para a execução efetiva das obras. A concentração de contratos no último trimestre de 2025 e a elevada proporção de instrumentos sob cláusula suspensiva evidenciam a necessidade de medidas de saneamento documental e de cumprimento tempestivo de condicionantes. Além disso, entraves judiciais e pendências procedimentais reforçam a importância de uma governança capaz de preservar a regularidade da execução e minimizar impactos sobre cronogramas e desembolsos.

Nesse contexto, as ações gerenciais priorizam a organização dos instrumentos e o fortalecimento das rotinas de acompanhamento. O foco está em assegurar previsibilidade no ciclo físico-financeiro, com monitoramento contínuo, gestão de riscos e rastreabilidade das entregas. O tratamento de situações litigiosas e a redução de entraves administrativos são conduzidos de forma a garantir que os investimentos se convertam em melhorias concretas de trafegabilidade e conectividade.

As perspectivas para o ciclo seguinte apontam para a consolidação da execução física das obras, transformando o planejamento pactuado em resultados verificáveis. Espera-se que, com o avanço do saneamento documental e a liberação dos instrumentos suspensos, o programa alcance maior ritmo de implementação, permitindo mensuração clara por quilometragem e verificação da conformidade técnica das soluções adotadas.



TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

O MAPA consolidou, para 2025, as informações estratégicas da Ação Orçamentária 20ZV, destacando a coerência entre planejamento e execução, a governança dos instrumentos descentralizados e a rastreabilidade dos recursos aplicados. O objetivo é fortalecer a prestação de contas em formato de Relato Integrado, evidenciando entregas e resultados gerados a partir da política pública.

A atuação pauta-se em modelo de execução descentralizada com coordenação interfederativa, no qual a União exerce papel indutor, normativo e de conformidade, enquanto a execução ocorre nos entes subnacionais e entre parceiros institucionais. Para 2025, os instrumentos foram estruturados de maneira estratégica voltados à redução de gargalos logísticos e ao fortalecimento da capacidade produtiva rural, priorizando a integração entre entrega de máquinas e melhoria da infraestrutura viária para ampliar o impacto territorial das ações.

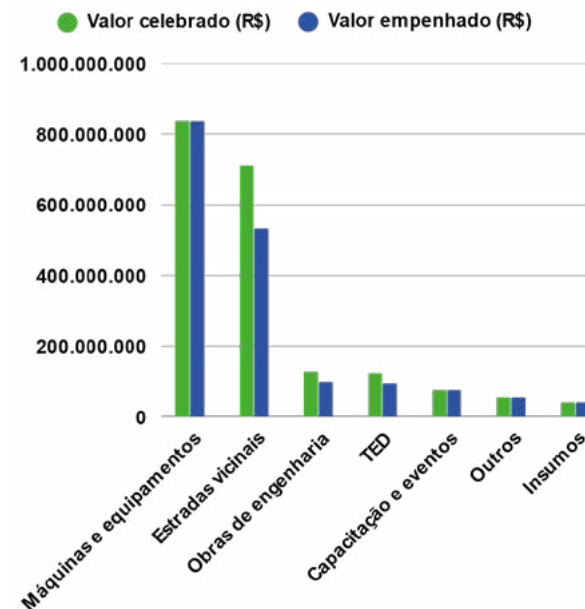
Grandes Números - Execução 2025

- Valor total celebrado: R\$ 1.973.268.379,78;
- Valor total empenhado: R\$ 1.735.786.088,98;
- Instrumentos monitorados: 1.150;
- Valor total pago: R\$ 744.784.380,60.

A diferença entre o empenho e o pagamento reflete o ciclo natural de obras e aquisições, cujos desembolsos ocorrem mediante a aferição de marcos contratuais e entregas efetivas.

Execução por Eixos de Atuação

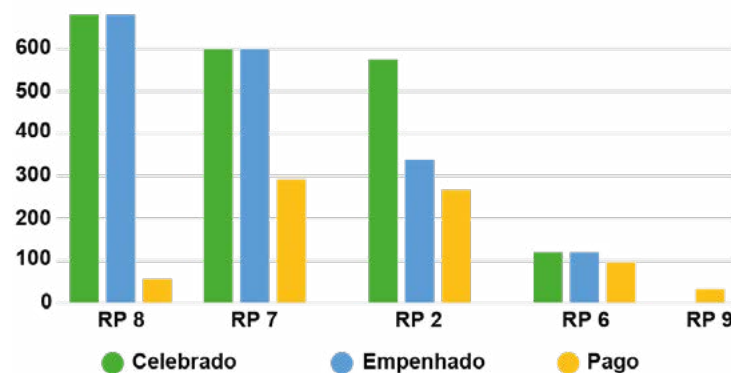
A execução foi organizada por eixos, com unidades físicas associadas à natureza do objeto, conforme gráfico abaixo:

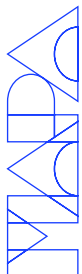


Perfil da Execução por Resultado Primário (RP)

O consolidado apresentou distribuição por RP com os seguintes parâmetros:

Distribuição por Resultado Primário por R\$ milhão (RP) - 2025





Observa-se concentração de instrumentos em RP-8 (Emendas de Comissão), cujos pagamentos seguirão o cronograma de medições físicas ao longo de 2026, dada a natureza das intervenções.

Governança, Controles Internos e Conformidade

O monitoramento da Ação 20ZV é conduzido por meio de indicadores e painéis que oferecem visão sistemática da execução, permitindo análises por eixo, unidade federativa e classificação orçamentária. Essa abordagem favorece a identificação rápida de riscos e orienta ações corretivas. O acompanhamento dos instrumentos baseia-se em marcos de execução e gestão de riscos, com atenção a condicionantes, pendências e entraves que possam afetar prazos, desembolsos e entregas. O monitoramento físico-financeiro e as trilhas de evidência são ajustados às tipologias de entrega — itens, quilômetros e projetos — garantindo consistência entre execução, medições e resultados reportados.

Esse processo é sustentado por sistemas estruturantes da administração pública, como TransfereGov, SIOP, SIAFI e SEI, utilizados conforme cada etapa do ciclo. A segregação entre análises técnica, jurídica e orçamentário-financeira, somada ao registro contínuo de decisões, evidências e auditorias, assegura rastreabilidade, transparência e robustez à prestação de contas, fortalecendo a governança e a auditabilidade da Ação 20ZV.

Macroprocessos e Fluxos

Os macroprocessos da ação 20ZV estruturam-se em fluxo integrado, orientado à conformidade e à entrega de resultados, que organiza o ciclo de gestão dos instrumentos desde o planejamento e a seleção até o monitoramento e o aprimoramento contínuo.

- 1. Planejamento e seleção:** enquadramento às diretrizes orçamentárias e ao planejamento governamental, com aplicação de critérios de priorização e avaliação de maturidade técnica das propostas.
- 2. Formalização:** instrução processual, consolidação de manifestações técnicas, emissão de parecer jurídico e registro da celebração nos sistemas aplicáveis.
- 3. Execução:** programação e execução orçamentário-financeira (empenho, liquidação e pagamento) e acompanhamento físico-financeiro das entregas, com registro sistemático das evidências.
- 4. Fiscalização:** supervisão técnica por meio de diligências, visitas e relatórios, com tratamento de achados, recomendações e providências de saneamento.
- 5. Prestação de contas:** análise de conformidade e de resultados, emissão de parecer conclusivo e adoção de medidas de encerramento, incluindo regularização de saldos e pendências.
- 6. Monitoramento e melhoria contínua:** uso de painéis e indicadores, realização de reuniões periódicas de acompanhamento e incorporação de lições aprendidas ao aprimoramento de fluxos e controles.

Controles-chave por Etapa

A seguir, apresentam-se os controles essenciais associados a cada fase do ciclo de gestão, destinados a assegurar conformidade, rastreabilidade e qualidade da execução.

Etapa	Descrição	Controles
Planejamento	Nesta etapa, os controles orientam a seleção e o enquadramento das iniciativas, buscando alinhar prioridades, viabilidade técnica e aderência ao planejamento.	Matriz de priorização; aderência PPA/LOA; verificação de capacidade do proponente e internalização dos normativos correlatos à área de atuação



Formalização	Nesta etapa, os controles pretendem assegurar a regularidade da instrução e a consistência jurídica e sistêmica da celebração, prevenindo lacunas que comprometam a execução.	Checklist; parecer jurídico; conferência no TransfereGov; validação de contrapartidas.
Execução	Nesta etapa, os controles buscam garantir disciplina de desembolso, evidências suficientes de entrega e integridade das rotinas orçamentário-financeiras.	Travas por marcos; medição e fotos; conciliações SIAFI; segregação de funções.
Fiscalização	Nesta etapa, os controles fortalecem a supervisão técnica e o tratamento de achados, assegurando registro, providências e rastreabilidade das ações de campo e diligências.	Plano anual; relatórios padronizados; gestão de achados; registro em SEI
Prestação de Contas	Nesta etapa, os controles direcionam a verificação de conformidade e resultados, com saneamento estruturado e encerramento formal do instrumento.	Análise de conformidade; trilha de saneamento; parecer conclusivo.
Governança	Nesta etapa, os controles garantem coordenação, tomada de decisão informada e escalonamento adequado de temas críticos, apoiados por indicadores e instâncias de deliberação.	Reuniões; indicadores; escalonamento para deliberação colegiada.

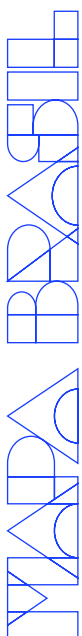
Gestão de Riscos

Na sequência, sintetizam-se os principais riscos operacionais e de conformidade, com indicação de probabilidade, impacto e medidas de tratamento associadas:

- **Atraso na execução física:** o risco de atraso é tratado como prioridade por seu potencial de afetar entregas e execução financeira no exercício.
- **Projeto básico insuficiente:** esse risco é relevante por comprometer a qualidade do objeto, elevar aditivos e reduzir a eficiência da intervenção.
- **Inadimplência do conveniente:** esse risco afeta a continuidade da execução e pode exigir medidas de correção e responsabilização para preservação do interesse público.

- **Falhas de registro sistêmico:** esse risco incide sobre rastreabilidade e auditabilidade, demandando rotinas de validação e reconciliação.
- **Sobrepço ou defeitos de engenharia:** esse risco possui elevado potencial de dano ao erário e à efetividade, justificando análises técnicas e verificações direcionadas.
- **Capacidade técnica assimétrica:** esse risco decorre da heterogeneidade de capacidades locais e requer indução de padrões e suporte para execução regular.

Riscos prioritários			
Risco	Prob.	Impacto	Tratamento
Atraso na execução física	Médio	Alto	Plano por marcos; cláusulas; reforço de fiscalização.
Projeto básico insuficiente	Médio	Médio	Checklist técnico; ART/CREA/CAU; parecer padronizado.
Inadimplência do conveniente	Baixo	Alto	Verificação cadastral; cláusulas resolutivas.
Falhas de registro sistêmico	Médio	Médio	Dupla checagem; reconciliação SIAFI/TransfereGov.
Sobrepço/ defeitos de engenharia	Médio	Alto	Referências de custo; amostragens; parecer especializado.
Capacidade técnica assimétrica	Médio	Médio	Orientação; modelos; suporte remoto.



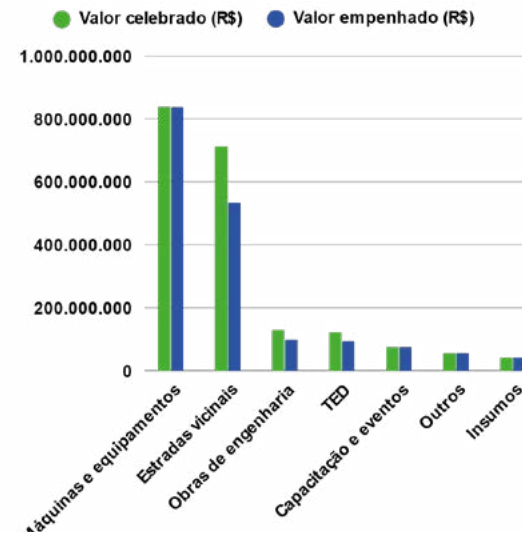
Indicadores Sugeridos			
Indicador	Definição	Situação 2025	Observação
Execução orçamentária	Razão entre o valor empenhado e o valor celebrado, como medida sintética de conversão de compromissos em execução orçamentária.	88%	Conversão de compromissos em execução orçamentária.
Efetividade - PRONER	Razão entre quilômetros concluídos e quilômetros previstos, como métrica de entrega física e aderência ao planejamento.	A aferir (conforme entregas).	Conforme evolução das entregas físicas.
Alcance territorial	Razão entre unidades da federação atendidas e o universo de 27, como medida de capilaridade nacional.	27/27	Capilaridade nacional segundo o anexo.
Prazo médio 1º empenho	Intervalo médio, em dias, entre a data de celebração do instrumento e a data do primeiro empenho, como indicador de fluidez do ciclo de execução.	A calcular.	Indica fluidez do ciclo de execução.
Qualidade da PC	Percentual de prestações de contas analisadas sem ressalvas, como proxy de conformidade e maturidade de gestão dos executores.	A calcular.	Proxy de conformidade e maturidade da gestão.

Perfil Territorial e Partes Interessadas

A Ação 20ZV opera por interlocução interfederativa com estados, municípios e consórcios, por meio da descentralização de recursos destinados à infraestrutura rural, à mecanização e a iniciativas de capacitação. Os instrumentos demandam interação contínua com proponentes e executores locais, além de articulação com áreas técnicas internas, instâncias de controle e atores territoriais vinculados à execução e à prestação de contas.

No exercício, registrou-se cobertura nacional, com atuação em 27 unidades da federação, abrangendo 897 municípios e 970 proponentes, refletindo capilaridade elevada e heterogeneidade de contextos de implementação.

O gráfico abaixo apresenta a relação entre os valores celebrados e empenhados em 2025, na Ação 20ZV, por eixo de atuação:



A imagem a seguir apresenta a execução financeira distribuída por classificação de Resultado Primário (RP) 2025:



Execução financeira por RP (2025), total: 744.784.380,60



Principais desafios, ações e perspectivas

A execução da Ação Orçamentária 20ZV em 2025 evidenciou desafios:

- complexidade operacional do instrumento;
- diversidade dos instrumentos utilizados;
- heterogeneidade dos proponentes;
- pendências documentais que atrasam os repasses;
- concentração de instrumentos em eixos dependentes de medições físicas para pagamento;
- riscos estruturais (ausência de projetos básicos, entraves administrativos e variações na capacidade técnica dos executores); e
- demandas judiciais que impactaram o fluxo operacional e o planejamento orçamentário.

Ações gerenciais realizadas:

- fortalecimento dos controles internos;
- padronização de processos e melhoria da rastreabilidade das informações;
- reforço do monitoramento físico-financeiro;
- atuação orientativa junto aos entes federados; e
- acompanhamento sistemático das pendências críticas, para garantir conformidade normativa e consistência dos registros.

Para 2026, as perspectivas apontam para:

- consolidação da execução física;
- aprimoramento da mensuração de resultados, especialmente nos eixos de maior impacto territorial; e
- amadurecimento dos instrumentos e a superação de pendências.

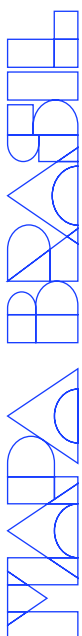
Reestruturação

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), criado em 1909 e vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária, é o órgão federal responsável pelo monitoramento meteorológico e climatológico do Brasil. Mantém a maior rede de estações meteorológicas da América do Sul, elabora previsões de tempo e clima, é o órgão estatal responsável por emitir alertas de eventos severos e fornece dados essenciais à Defesa Civil, à agricultura, ao setor energético e à gestão de recursos hídricos, contribuindo diretamente para a proteção da população e para o desenvolvimento sustentável.

Reestruturação organizacional, reconhecimento como ICT, Política de Inovação, NIT e novos servidores

Em 2025, o INMET teve sua estrutura fortalecida e sua vinculação hierárquica alterada para se reportar à Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária. Tal medida fortaleceu a governança institucional, aprimorou fluxos decisórios, reduziu sobreposições administrativas e ampliou a capacidade operacional.

Além disso, houve a aprovação, em 28 de novembro de 2024, da avaliação da política pública de produção de dados e divulgação de informações meteorológicas, estudo que embasou e orientou a elaboração do Planejamento Estratégico do INMET (2025 a 2031) e do novo modelo de atuação no território - com a integração das equipes de manutenção do INMET às equipes das Superintendências Federais em cada UF.



Em 2025 foi dado início efetivo à execução e monitoramento do planejamento estratégico mencionado, a partir do acompanhamento dos objetivos, indicadores, iniciativas e ações estratégicas. Salienta-se que todos os atributos estabelecidos estão em consonância com o Planejamento do órgão e com o Plano Plurianual, permitindo o monitoramento contínuo dos resultados e a adaptação das ações às demandas do setor produtivo e da sociedade e às mudanças no contexto climático e tecnológico.

O INMET também foi reconhecido como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), publicou sua Política de Inovação e instituiu o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), nos termos da [Lei nº 10.973/2004](#). Essas medidas consolidam a atuação científica aplicada do INMET, ampliam parcerias com universidades, centros de pesquisa e setor produtivo e fortalecem o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à melhoria da precisão das previsões e à redução de incertezas que impactam o planejamento agrícola, energético e hídrico.

O quadro de servidores foi reforçado com a posse de 53 novos servidores oriundos do CPNU 2024, dentre eles 38 tecnologistas, 01 engenheiro e 14 analistas em ciência e tecnologia. O reforço do quadro de servidores viabilizou a implementação progressiva do monitoramento ininterrupto (24h/7 dias), com ganhos de tempestividade na análise de dados e emissão de alertas, reduzindo o tempo de resposta a eventos críticos e aumentando a segurança da população e a previsibilidade para as atividades econômicas, além do fortalecimento das demais frentes de atuação do INMET.

A iniciativa denominada “INMET em movimento” realizou várias atividades de gestão do conhecimento e de pessoas para a integração dos novos e antigos servidores e reflete o

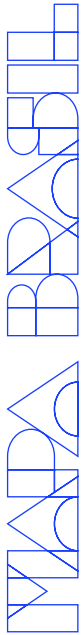
esforço institucional de ampliar a presença e a articulação do Instituto em âmbito nacional e internacional, por meio da participação em grupos de trabalho, cooperações técnicas e integração com órgãos estratégicos. Destacam-se as parcerias com instituições como INPE, IBAMA e Ministério da Saúde, além da atuação em comitês e centros de coordenação interinstitucional, fortalecendo o papel do INMET na produção e disseminação de informações meteorológicas e na gestão de riscos climáticos.

Relação com a sociedade e partes interessadas

- atendidas 253 demandas de SIC e 292 de Fala.Br, totalizando 545 atendimentos nesses canais;
- em relação aos atendimentos à imprensa (todos os meios) e demais solicitações da população, foram cerca de 7.400;
- envio de 600 laudos meteorológicos em atenção a solicitações judiciais, incluindo 20 laudos judiciais para envio de imagens de satélites e dados meteorológicos;
- emissão de 2.179 avisos meteorológicos de tempo severo para ações da Defesa Civil Nacional e sociedade em geral; e
- articulação diária com o Departamento de Preparação e Socorro da SEDEC/MIDR (Defesa Civil Nacional) com monitoramento e previsão das condições meteorológicas em todo o Brasil, atuando na elaboração de avisos meteorológicos de tempo severo.

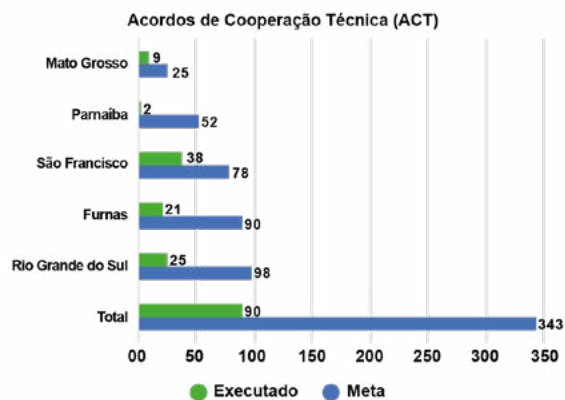
Acordos de Cooperação Técnica (ACT)

Visando o horizonte de 2027, estabeleceram-se 343 Acordos de Cooperação Técnica (ACT) como meta desejada, distribuídos em regiões estratégicas com base em critérios de vulnerabilidade climática, relevância hídrica



e importância socioeconômica. E em 2025 foram firmados 90 ACT para instalação de estações meteorológicas automáticas com a definição de responsabilidades das partes, provendo regularidade jurídica e viabilizando nova expansão da infraestrutura de estações meteorológicas.

Gráfico Demonstrativo - Número de ACTs (2025)



A ampliação da rede de observação meteorológica contribui para reduzir vazios observacionais, aprimorar a precisão das previsões e fortalecer a atuação em áreas como defesa civil, agropecuária, recursos hídricos e energia. Embora a meta não tenha sido integralmente alcançada, foram implementadas medidas estruturantes que aumentaram a previsibilidade, a segurança jurídica e a eficiência dos processos, evidenciando uma gestão orientada à conformidade e ao fortalecimento institucional.

Plano de recuperação e modernização da rede de EMA no RS - Crédito Extraordinário

As ações do INMET em curso no Rio Grande do Sul, amparadas por créditos extraordinários, foram precipitadas

pela maior catástrofe climática da história daquele estado, ocorrida em maio de 2024, que afetou mais de 90% dos municípios gaúchos. As medidas incluem a expansão da rede de estações, substituição de equipamentos, atualização dos sistemas de comunicação e fortalecimento das equipes de manutenção.

Para 2026, a meta é atingir 98 estações meteorológicas no Rio Grande do Sul.

Houve aumento de 122% na capacidade instalada em relação às 44 unidades existentes antes da ampliação, representando mais que o dobro da rede originalmente disponível e configurando incremento estrutural permanente da capacidade de monitoramento no Estado.

A expansão promove maior adensamento da cobertura em área severamente impactada por eventos extremos, melhora a precisão das informações observadas, fortalece a emissão de alertas hidrometeorológicos, apoia a Defesa Civil, a gestão de recursos hídricos e as atividades agropecuárias, reduzindo riscos a vidas e ao patrimônio e aumentando a resiliência climática regional.

Ampliação das equipes de manutenção de 6 para 19

A ampliação de equipes de manutenção em todas as unidades da federação elevou o quantitativo de 6 equipes, em 2024, para 19 em 2025, sendo 13 estruturadas e treinadas no exercício.

A maior estabilidade da rede contribui diretamente para a melhoria da qualidade das previsões meteorológicas e amplia a capacidade de resposta a eventos críticos, com impactos na proteção da população e na redução de prejuízos econômicos.



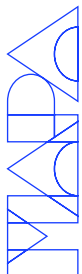
Mapa de Estações Meteorológicas e produtos meteorológicos



Em 2025, foi desenvolvida a aplicação Mapa de Estações Meteorológicas, integrando dados da rede própria e de 103 entidades parceiras. A ferramenta centraliza informações observacionais em ambiente único, promovendo integração federativa, padronização e ampliação da cobertura territorial.



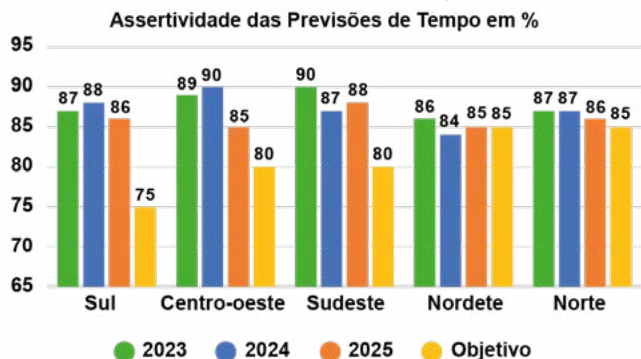




Indicadores de desempenho operacional - Assertividade da previsão do tempo

A verificação da assertividade das previsões de tempo, no período de 2023 a 2025, demonstra o desempenho técnico e o grau de acerto nas previsões em todas as regiões do País.

Gráfico de assertividade de previsão de tempo



Os resultados evidenciam a estabilidade técnica, confiabilidade dos modelos atmosféricos empregados e qualidade da base observacional, contribuindo para a antecedência e a segurança dos avisos meteorológicos, com reflexos na redução de riscos à população e na mitigação de impactos econômicos em setores sensíveis às condições climáticas.

Parceria com a Eletrobras

Parceria firmada em 2025 com a Eletrobras contribuiu para o fortalecimento da infraestrutura operacional e da capacidade de análise e comunicação do INMET, com destaque para a modernização da Sala de Análise e

Previsão do Tempo. A iniciativa amplia as condições técnicas para monitoramento e previsão, incluindo melhorias em ambientes de visualização e suporte à tomada de decisão, reforçando a atuação institucional na emissão de alertas e no atendimento a eventos críticos.

Atuação em TI

A atuação em Tecnologia da Informação tem sido estratégica para sustentar a modernização institucional, com investimentos relevantes em infraestrutura, sistemas e integração de dados. No exercício, foram aplicados recursos expressivos na aquisição de equipamentos, contratação de soluções tecnológicas e manutenção de sistemas, incluindo plataformas de processamento e disseminação de dados meteorológicos. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à capacidade técnica de supercomputação para processamento rápido de modelos atmosféricos complexos, integração de sistemas e estruturação de bases de dados, essenciais para ampliar a eficiência e o alcance dos produtos do INMET.

Principais desafios, ações e perspectivas

A execução das metas enfrentou desafios técnicos, administrativos e logísticos, como dificuldades na formalização de instrumentos, limitações operacionais em áreas remotas, descentralização de recursos e vulnerabilidades da infraestrutura. Para superá-los, foram adotadas medidas operacionais e táticas, incluindo padronização de processos, monitoramento de prazos, fortalecimento das equipes e capacitação técnica, garantindo maior eficiência e buscando a mitigação de riscos inerentes a uma rede distribuída em todo território nacional.



Para os próximos períodos, estão previstas ações internas voltadas ao aprimoramento do desempenho institucional, como capacitação de servidores, modernização do sistema de suporte ao setor agrícola - SISDAGRO, expansão da rede de monitoramento meteorológico com novas estações, contratação de soluções tecnológicas e melhoria da infraestrutura operacional. Essas iniciativas visam aumentar a assertividade das previsões e fortalecer a atuação do INMET na gestão de riscos climáticos.

GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRATIVA

No exercício de 2025, as ações de planejamento e inovação institucional visaram à integração dos instrumentos de planejamento setorial e governamental e foram organizadas em quatro eixos de atuação, com foco no fortalecimento do planejamento como ferramenta de gestão efetiva e aprimoramento institucional do MAPA.

No eixo de planejamento estratégico institucional foram monitorados e reportados os resultados do exercício anterior, bem como promovida a revisão anual e atualização dos indicadores e projetos que compõem o Plano Estratégico 2020-2031 do MAPA. Ao longo do ano também foi realizado o acompanhamento das ações estratégicas pactuadas e a publicação da nova versão do Plano. Os resultados já foram detalhados no Capítulo 4 deste relatório.

No âmbito do planejamento governamental - Plano Plurianual (PPA 2024-2027) - foram conduzidas atividades de monitoramento semestral e avaliação anual dos programas, com análise de indicadores e do grau de atingimento das metas pactuadas. Também foi realizada a revisão anual do PPA para o exercício 2025, com ajustes voltados à sua adequação às prioridades governamentais e às condições orçamentárias vigentes.

Quanto à avaliação de políticas públicas, foi desenvolvida ação voltada à análise de efetividade do Programa Mais Leite Saudável - PMLS, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas sob responsabilidade do Ministério.

No eixo de inovação institucional, foram conduzidas revisões de múltiplas demandas de reestruturação e de atualização das competências organizacionais. Essa atividade demandou extensa interação interna e articulação com o Ministério da Inovação e Gestão (MGI), abrangendo a atualização de competências, cargos e funções comissionadas, bem como a criação, extinção e alteração de unidades organizacionais. Essas alterações foram formalizadas pelo Decreto nº 12.642, de 1º de outubro de 2025, conforme detalhado no Capítulo 2 deste relatório.

Por fim, a Secretaria-Executiva consolidou sua atuação estratégica na supervisão ministerial da Embrapa e na governança da participação do MAPA em órgãos colegiados, assegurando alinhamento às diretrizes da administração pública. No âmbito dos colegiados, a unidade gerenciou:

- 414 fóruns nacionais e internacionais, incluindo o controle de indicações, o acompanhamento de agendas e a atualização do Painel de Colegiados;
- a implementação da [Portaria MAPA nº 767/2025](#), que instituiu fluxo obrigatório para criação e gestão de colegiados internos; e
- atuação central na mediação de temas sensíveis da Embrapa, fortalecendo a governança e a eficiência institucional.

Em 2025, o MAPA avançou de forma integrada na modernização das áreas de licitações, contratos, gestão documental e patrimonial, adotando práticas voltadas à



eficiência administrativa, transparência, segurança jurídica e sustentabilidade, destacando-se:

- atuação sob as diretrizes da Nova Lei de Licitações ([Lei nº 14.133/2021](#)), priorizando o formato eletrônico, a celeridade e a economicidade;
- reforço da transparência ativa por meio de melhoria no sítio institucional e disponibilização de painéis interativos, tais como:
 - **Painel Interativo de Contratos:** plataforma de atualização diária, abrangendo as unidades do MAPA, possibilitando ao cidadão pesquisar contratos por tipo, objeto e empresa contratada de forma simples e rápida; e
 - **Painel de Gestão de Contratos:** possui dados dos contratos administrativos das Superintendências Federais de Agricultura, tendo como base informações do [compras.gov.br](#).
- **Mapeamento de Processos:** Modelagem de 28 fluxos administrativos essenciais, como contratação direta, reajustes, adesão a Atas de Registro de Preços e apuração de responsabilidades (PAAR);
- Padronização e Treinamento: Realização de seminários regionais online para as 27 Superintendências Federais de Agricultura (SFA), com a entrega de manuais administrativos adaptados à realidade local;
- Boletim de Gestão Administrativa: voltado ao apoio da gestão nas áreas de licitações e contratos, gestão de pessoas, execução orçamentária, gestão patrimonial e atendimento às demandas dos órgãos de controle;
- Inventário e Saneamento: Realização do Inventário Anual de Bens Móveis utilizando tecnologia de

radiofrequência (RFID), o que permitiu a localização física dos itens, o saneamento cadastral no sistema SIADS e a conciliação contábil-patrimonial, corrigindo inconsistências;

- Segurança Institucional: contratação de serviços contínuos de vigilância armada e não armada, com dedicação exclusiva e atuação ininterrupta, proporcionando maior controle de bens, pronta resposta a situações de risco, fortalecimento da preservação patrimonial, redução de furtos e roubos e fiscalização contínua das edificações, inclusive fora do horário de expediente;
- Doações e Sustentabilidade: Bens tecnologicamente obsoletos ou com manutenção onerosa para o MAPA foram destinados para doação, conforme as normas federais, reduzindo o descarte de resíduos e gerando economia. Foram realizadas 5.114 doações, um aumento de 158% em relação ao ano anterior (1.984 doações em 2024);
- aplicação de cerca de R\$ 1.600.000,00 na renovação de mobiliário ergonômico, com foco na melhoria das condições de trabalho e eficiência administrativa;
- realização de doações e desfazimentos sustentáveis de bens ociosos ou obsoletos, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável; e
- desfazimento de bens obsoletos, nos termos da legislação vigente, inclusive no âmbito das Superintendências Federais de Agricultura, sob gestão da Subsecretaria de Gestão das Superintendências - SGS, abrangendo veículos, escavadeiras, caminhões, mobiliário e outros itens inservíveis.

Principais Desafios, Ações e Perspectivas

Os principais desafios concentraram-se na gestão de contratos, na modernização de processos, na execução do



inventário em larga escala e no saneamento patrimonial e contábil. Essas atividades demandaram ajustes operacionais e maior integração entre as unidades administrativas internas. Foram adotadas práticas de gestão preventiva e fortalecimento dos controles administrativos, resultando em redução do tempo de tramitação dos processos de compras sem perder a qualidade e a segurança jurídica. Para os próximos exercícios, as prioridades são:

- ampliação da adoção de linguagem simples nos editais e normativos internos;
- investimento na capacitação contínua dos servidores das áreas de aquisição;
- intensificação do uso de recursos tecnológicos para monitorar os processos e corrigir falhas ainda na fase de instrução;
- estabelecimento de rotinas padronizadas de manutenção preventiva das edificações;
- continuidade na renovação do parque de bens e equipamentos;
- saneamento patrimonial; e
- fortalecimento das ações de sustentabilidade e saúde ocupacional e melhorias na prevenção de riscos e na gestão administrativa.



Sustentabilidade

As ações conduzidas ao longo do exercício buscaram o compromisso com a eficiência administrativa e a adoção de práticas alinhadas aos princípios da economicidade, inovação e responsabilidade socioambiental. Entre os principais avanços registrados no período, destacam-se:

- Implementação de campanhas educativas para incentivar a conscientização e o uso racional de recursos, promovendo eficiência no consumo e preservação das instalações;
- investimentos aproximados de R\$ 704.000,00 em equipamentos com maior eficiência energética, contribuindo para a redução do consumo e otimização de custos;
- modernização da frota de veículos oficiais, com a locação de veículos de matriz renovável e a implementação de Sistemas de Alimentação de Veículos Elétricos (SAVE);
- instalação, no MAPA, de pontos de recarga dos veículos oficiais;
- implementação de medidas de redução do consumo de



- papel-toalha, instalação de secadores de mãos e lixeiras para coleta seletiva, no contrato de limpeza;
- revitalização paisagística e ampliação de áreas verdes nas dependências da Sede e do INMET;
- integração e readequação dos contratos de energia elétrica, com revisão da demanda efetivamente utilizada, promovendo maior precisão e eficiência na gestão do consumo; e
- Fortalecimento de campanhas internas de uso racional de recursos, saúde ocupacional e sustentabilidade.

Gestão das Superintendências Federais de Agricultura

No que se refere à gestão das superintendências, a atuação do MAPA focou no monitoramento, coordenação e apoio estratégico às Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária (SFA) nas 27 unidades da Federação, abrangendo gestão orçamentária, contratual, patrimonial e de pessoas. Além das superintendências, o MAPA presta suporte direto a uma rede descentralizada formada por 55 Unidades Técnicas Regionais (UTRA), 73 unidades do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) e 11 Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA).

Como resultado, identificam-se ações com foco na padronização e modernização administrativa, realização de parcerias institucionais, aprimoramento dos processos administrativos e fortalecimento da governança. Nesses aspectos, destacam-se:

- Atuação conjunta com SPOA/SE-MAPA e as Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária (SFA), nas entregas de mais de 1.800 maquinários do Programa PROMAQ; e

- Gestão e monitoramento da execução orçamentária de todas as SFA para a manutenção das atividades operacionais;

O planejamento para os próximos exercícios está organizado em dois eixos principais, Infraestrutura e Processos, ambos voltados à otimização das operações e ao fortalecimento do suporte às Superintendências Federais de Agricultura.

- Infraestrutura: as ações priorizam a reforma das instalações físicas das superintendências, renovação da frota e aquisição de novos mobiliários; e
- Processos: mapeamento, redesenho e automatização, com vistas à padronização das rotinas, integração das informações operacionais e estratégicas com apoio de soluções tecnológicas.

Gestão de Tecnologia da Informação

Na área de Tecnologia da informação, o MAPA obteve resultados expressivos em quatro eixos principais: Soluções de Negócio, Dados, Infraestrutura e Segurança da Informação.

Soluções para o Agronegócio – Foram entregues 22 novos sistemas que impactam diretamente a área finalística, com destaque para:

- **e-SISBI (Sistema Eletrônico do SISBI):** sistema eletrônico disponibilizado para gestão dos serviços oficiais de inspeção de produtos de origem animal, vegetal e insumos agropecuários dos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios de Municípios, contemplando o cadastro geral voluntário de todos os serviços de inspeção, dos estabelecimentos e



produtos neles registrados, além de controles aplicados à referida inspeção; favorece o processo de adesão dos interessados aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários - SISBI, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA; e proporciona maior transparência às informações de interesse público das inspeções de produtos e insumos agropecuários estaduais e municipais;

- **Certificado Fitossanitário Eletrônico (e-Phyto)** - Implantação e operação do e-Phyto no Portal Único Siscomex, eliminando trâmites em papel, aumentando a rastreabilidade e conferindo maior agilidade e segurança à certificação fitossanitária de produtos vegetais para exportação. Em 2025, o serviço ultrapassou 50 mil emissões, beneficiando 447 empresas, com certificações destinadas a 52 países, emitidas em 61 pontos de portos e aeroportos, para 56 tipos de produtos;
- **Fiscalização na exportação de soja** - Entrega da plataforma digital EXPOV, para registro do controle de qualidade e condições higiênico-sanitárias, substituindo processos analógicos baseados em formulários físicos e relatórios dispersos por formulários inteligentes e assinatura digital;
- **Registro de estabelecimento de produtos de origem animal** - Automatização que proporcionou a aceleração da obtenção do Serviço de Inspeção Federal (SIF) para estabelecimentos que atuam na produção de alimentos de origem animal destinados ao consumo nacional e à exportação; e
- **Inovação** - Avanços nos projetos de Inteligência Artificial, como a publicação da portaria de uso de IA Generativa.

Dados e Inteligência Estratégica - 15 novos painéis de BI

foram desenvolvidos e entregues no ano de 2025 para as áreas finalísticas do MAPA, destacam-se:

- **Automação do Painel Agrostat** - Automação completa do fluxo de dados de comércio exterior, fornecendo estatísticas e garantindo maior confiabilidade e rapidez nas séries temporais;
- **Busca Unificada (Agroinsight)** - Implementação de mecanismo de indexação e busca para centralizar o acesso a informações estratégicas do setor agropecuário;
- **Painel Ouvidoria** - Desenvolvido para apoiar os processos de trabalho que envolvem os canais de atendimento da Ouvidoria do MAPA; e
- **Painel Abertura de Mercados** - Reúne todas as aberturas de mercados do agro brasileiro, reforçando a interiorização da cultura exportadora.

Infraestrutura e Modernização

- **Migração para o SEI 4.0** - Atualização do sistema de processos eletrônicos para uma versão mais segura e com novas funcionalidades;
- **Conectividade e Comunicação** - Contratação e implantação de telefonia SIP (Session Initiation Protocol) e VoIP (Voz sobre IP) integrada, reduzindo custos e modernizando a comunicação nas unidades descentralizadas e no INMET; e
- **Equipamentos de TI** - Aquisições de computadores, monitores sobressalentes, notebooks, dispositivos para conexão sem fio (wi-fi), dispositivos para conectar aparelhos em rede (switches de acesso e de distribuição).

Segurança da Informação

- **Proteção Cibernética** - Implementação de múltiplos fatores de autenticação (2FA) para todos os usuários e redes privadas virtuais (VPNs), bloqueio de tráfego



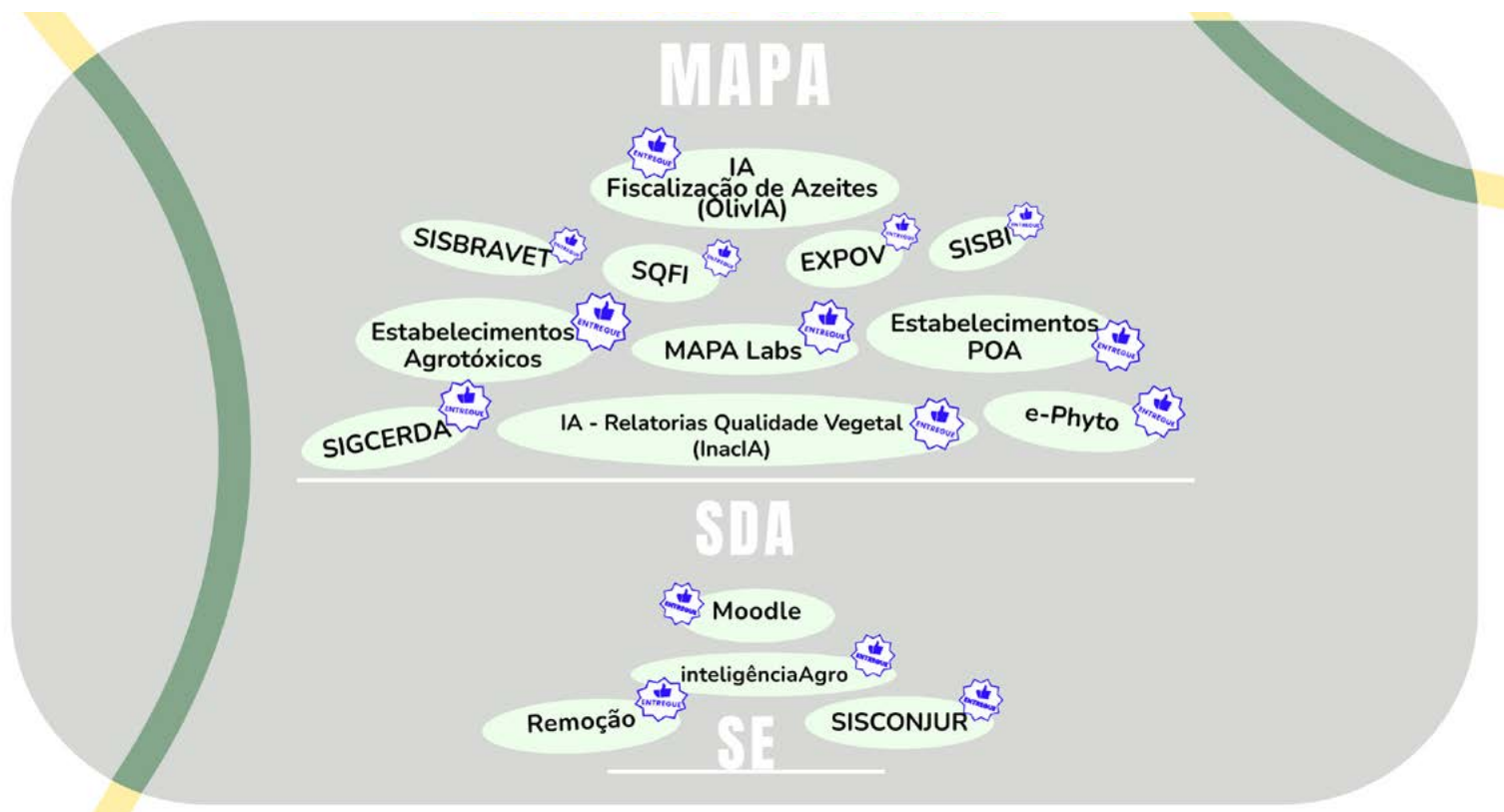
malicioso via geolocalização e segregação de redes internas e externas; e

- **Resiliência** - Reativação do Comitê de Segurança da Informação e centralização da comunicação de incidentes via Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR).

Grandes Números (Exercício 2025)

- 22 sistemas entregues e desenvolvidos para áreas finalísticas;
- 55.000 certificados e-Phyto emitidos;
- 114 entregas de TIC;
- 80.000 emissões de Certificados Sanitários Nacionais eletrônicos;

- 21.384 atendimentos de sustentação de sistemas no Atende Sistemas;
- 83.343 chamados atendidos no Atende TI;
- 15 Painéis de BI publicados e criados para áreas finalísticas;
- 1.000 execuções de testes de qualidade e histórias de usuário analisadas e validadas;
- Novo Ciclo de Planejamento - Levantamento de necessidades para a elaboração do PDTIC 2026-2027, garantindo o alinhamento contínuo entre a TI e as estratégias de negócio do MAPA; e
- Infraestrutura de Nuvem - Continuidade da expansão e modernização de soluções em multinível e arquitetura de infraestrutura hiperconvergente.





Principais desafios, ações e perspectivas

- Sustentabilidade de Legados - Manter a operação de sistemas antigos enquanto se avança na modernização tecnológica e na migração para novas arquiteturas;
- Recursos Humanos - Necessidade contínua de capacitação das equipes em tecnologias emergentes (IA, Dados) e recomposição da força de trabalho para atender à crescente demanda por transformação digital;
- Inteligência Artificial - Expansão do uso de IA Generativa e preditiva no suporte à decisão agropecuária, com base na portaria publicada;
- Governança de Dados - Consolidação do Programa de Governança de Dados, visando à interoperabilidade plena com outros órgãos da administração pública e a criação de um Data Lake robusto para o agronegócio;
- Novo Ciclo de Planejamento - Levantamento de necessidades para a elaboração do PDTIC 2026-2027, garantindo o alinhamento contínuo entre a TI e as estratégias de negócio do MAPA; e
- Infraestrutura de Nuvem - Continuidade da expansão e modernização de soluções em multinuvem e arquitetura de infraestrutura hiperconvergente.

GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito da gestão de pessoas, a atuação é estratégica e integrada para coordenar, supervisionar e executar as políticas e diretrizes da temática, acompanhando a aplicação dos normativos do Órgão Central do SIPEC, de modo a assegurar a conformidade legal, a padronização de procedimentos e a adequada orientação aos servidores. Abrange, também, a supervisão e o acompanhamento funcional de folha de pagamento composta por mais de 27.600 servidores, inativos e pensionistas, distribuídos entre a administração central e as unidades descentralizadas do Ministério.

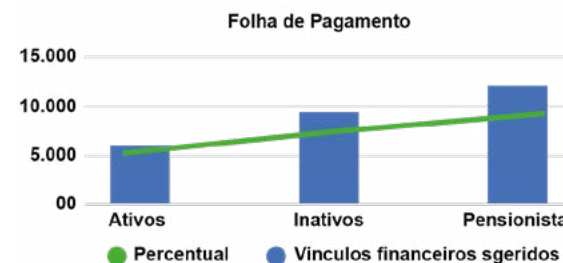
Em 2025, a gestão de pessoas priorizou a modernização dos processos, o fortalecimento da força de trabalho, a qualificação contínua dos servidores e a promoção da saúde e do bem-estar, alinhando suas ações às prioridades estratégicas institucionais. As iniciativas implementadas contribuíram para o aumento da eficiência administrativa, o fortalecimento da governança, a melhoria do clima organizacional e a sustentabilidade das políticas de gestão de pessoas.

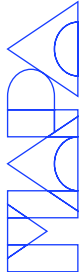
Como parte das ações de comunicação institucional e de aproximação com os servidores, o MAPA lançou, durante o Mês do Servidor, na Intranet do MAPA, um ambiente reunindo informações, serviços e conteúdos voltados à gestão de pessoas, com acesso facilitado a sistemas, notícias, eventos e ações de saúde e qualidade de vida.

Folha de Pagamento

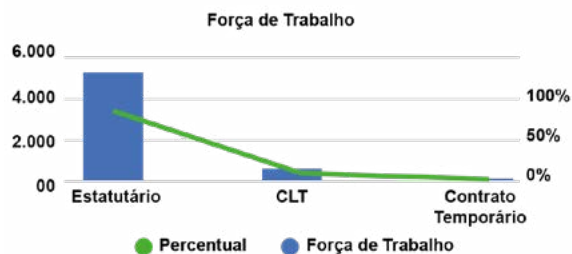
A folha de pagamento abrange 27.602 vínculos financeiros, incluindo servidores ativos, inativos e pensionistas, evidenciando a dimensão e a complexidade da administração funcional e previdenciária no âmbito do MAPA.

Folha de Pagamento gerida pela SGP





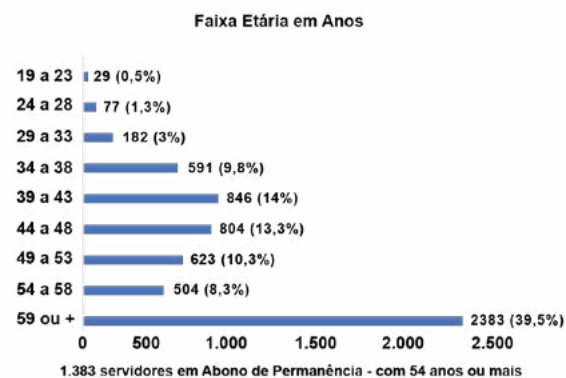
Características da Força de Trabalho Ativa do MAPA: 6.039



Mais de 87% da força de trabalho é composta por servidores estatutários.

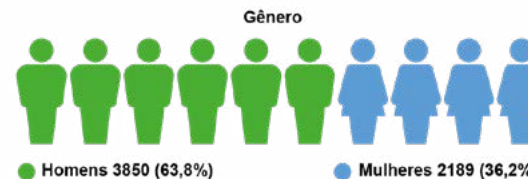
A força de trabalho ativa do MAPA é composta por 6.039 servidores em efetivo exercício no Ministério, considerando apenas os servidores que se encontram desempenhando suas atividades nas unidades do órgão. Esse quantitativo não inclui estagiários, servidores afastados ou cedidos a outros órgãos.

Força de Trabalho Ativa por Faixa Etária

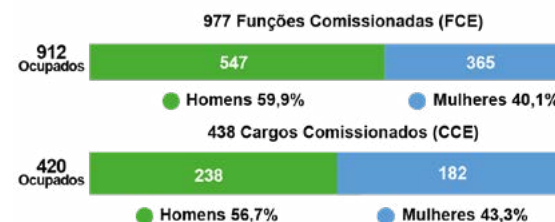


A distribuição etária do quadro ativo demonstra concentração significativa nas faixas acima de 49 anos, especialmente no grupo com 59 anos ou mais, que representa 39,5% da força de trabalho. O cenário reforça a importância das ações de recomposição da força de trabalho e de gestão do conhecimento institucional.

Distribuição por Gênero



Estrutura de Cargos e Funções e Ocupação de Cargos e Funções por Gênero



Gestão de pessoas nas Superintendências Federais de Agricultura

No âmbito da gestão de pessoas, a Subsecretaria de Governança das Superintendências, SGS/SE-MAPA, realizou o acompanhamento sistemático das nomeações e exonerações ocorridas nas Superintendências Federais de Agricultura, tanto nos cargos de direção quanto nas áreas administrativas e técnicas, além de monitorar as demandas relacionadas a indícios de irregularidades de pessoal, em atendimento ao Acórdão nº 1614/2019 do Tribunal de Contas da União.

A SGS/SE também acompanhou os Planos de Providências, monitorou a publicação de atos normativos e de pessoal no Diário Oficial da União e no Boletim de Gestão de Pessoas e realizou o controle da força de trabalho das Superintendências com base nos processos administrativos, nos relatórios encaminhados pelas



unidades descentralizadas e nas publicações oficiais. Adicionalmente, prestou suporte técnico e acompanhou a implementação do Programa de Gestão e Desenvolvimento, PGD, nas Superintendências, em conformidade com a Portaria nº 719, de 1º de outubro de 2024.

Desenvolvimento de Pessoas

No campo do desenvolvimento de pessoas, foram implementadas iniciativas estruturantes voltadas ao planejamento da força de trabalho, à capacitação, à gestão do desempenho e ao fortalecimento institucional, destacando-se:

- Implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD);
- Execução de capacitações previdenciárias;
- Implementação do Projeto de Gestão da Mudança - INMET em Movimento;
- Elaboração e organização do Concurso Público;
- Mapeamento de perfis de cargos de chefia e assessoria;
- Condução do Processo de Seleção de Adidos Agrícolas;
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2026;
- Mapeamento de competências institucionais e técnicas;
- Realização do Dimensionamento da Força de Trabalho;
- Implantação do novo Portal da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) e do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Desenvolvimento de Trilhas de Aprendizagem para líderes (níveis estratégico, tático e operacional), técnicos e adidos agrícolas;
- Estruturação de Programa de Onboarding para novos servidores.

Capacitação

A Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) coordenou 103 ações formativas, abrangendo conteúdos técnicos, administrativos e comportamentais, atuando de forma direta na curadoria, logística e organização dos eventos.

Resultados consolidados:

- 30.620 inscrições em ações de capacitação;
- 14.397 alunos capacitados, sendo 5.071 servidores do MAPA; e
- 44% de participação do corpo funcional no Diagnóstico de Necessidades de Desenvolvimento para subsidiar o PDP 2026.

Merece destaque o Projeto INMET em Movimento - Gestão da Mudança, com a realização de 4 turmas, totalizando 22 horas/aula e capacitando 97 servidores, com foco em liderança, gestão da mudança e desenvolvimento organizacional.

Capacitação - Superintendências - SFA

- capacitação no SIADS, ministrada por servidores da SGS/SE, com foco no fortalecimento dos controles patrimoniais e na padronização de procedimentos, com a participação dos 27 Chefes das Divisões de Aquisição e Logística e dos Coordenadores de Administração das 27 Superintendências.
- capacitação em comunicação verbal e não verbal, com vistas ao aprimoramento da atuação dos Superintendentes Federais de Agricultura e Pecuária como porta-vozes do MAPA nos estados, sob a



coordenação da SGS/SE-MAPA.

Gestão e Desempenho

No exercício de 2025, foi elaborada e publicada portaria que instituiu nova metodologia de Avaliação de Desempenho no âmbito do MAPA, promovendo a modernização do modelo de gestão e o alinhamento às diretrizes do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

Gestão do Programa de Estágio

A ENAGRO promoveu a padronização de documentos e cartilhas do Programa de Estágio, implementou novos canais de comunicação institucional (Portal e WhatsApp) e elaborou guias e tutoriais.

Destaca-se a implementação do Programa de Sucessão de Estagiários, iniciativa voltada a assegurar maior agilidade na reposição de estagiários e continuidade das atividades institucionais, mitigando riscos de perda na força de trabalho nas Unidades do MAPA.

Órgãos de Controle e Demandas Judiciais

A área de Legislação e Acompanhamento Processual do MAPA assegurou elevado nível de conformidade institucional, com os seguintes resultados:

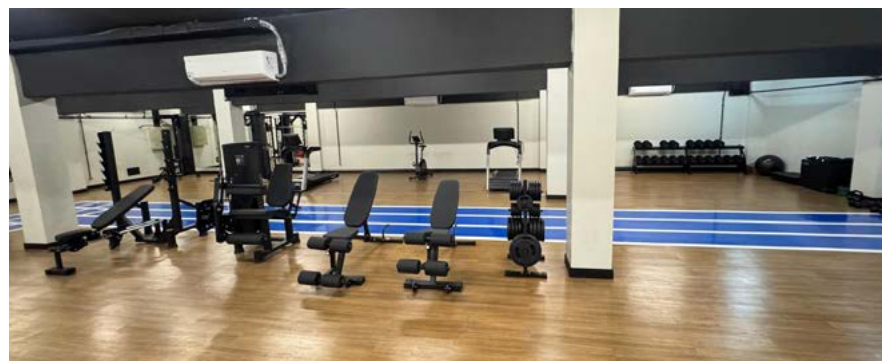
- 100% das demandas dos Órgãos de Controle (TCU) analisadas e tratadas no exercício;
- Revisão e encaminhamento de 60% das respostas aos indícios registrados no e-Pessoal;
- Atendimento de 3.138 demandas judiciais;
- Atendimento de 384 solicitações por meio do SIC e da plataforma Fala.BR; e

- Apoio da SGS/SE às unidades das superintendências no atendimento das demandas formuladas pelos órgãos de controle interno e externo, por meio dos sistemas e-CGU e Conecta-TCU, incluindo o monitoramento da utilização do sistema e-Agendas.

Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

O MAPA executou ações contínuas voltadas à promoção da saúde e ao bem-estar dos servidores, alcançando resultados expressivos:

- 1.156 encontros de atividades físicas no Espaço Ceres;
- 1.920 aulas de ginástica laboral;
- 43 eventos de promoção da saúde, com 6.413 participações presenciais e 6.120 participações on-line;
- 53 encontros e 3.972 acessos à academia do MAPA, inaugurada em setembro de 2025;
- 18 Laudos de Saúde Ocupacional emitidos, com visitas a 146 Municípios e 251 Empresas, alcançando 859 servidores; e
- 1.046 acolhimentos psicológicos ocupacionais, com 171 colaboradores atendidos.



Em 2025, foi publicada a Portaria MAPA nº 797, de 5 de junho de 2025, que institui, no âmbito do MAPA, a Política



de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, o Programa Cultivar MAPA, o Prêmio Ceres e a sua Comissão Julgadora.

- A Política de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT): objetiva promover condições laborais saudáveis, sustentáveis e produtivas, assegurando o bem-estar dos agentes públicos e contribuindo para a eficiência na prestação dos serviços públicos;
- O Programa Cultivar MAPA: visa regulamentar e implementar ações estruturadas de reconhecimento institucional, fortalecendo a cultura de valorização e engajamento no âmbito do MAPA; e
- O Prêmio Ceres: componente do Programa Cultivar MAPA, destina-se a reconhecer agentes públicos que se destacaram pelo desempenho excepcional, pela inovação e pela contribuição significativa à melhoria dos serviços públicos, reforçando os valores da meritocracia e da excelência institucional.

Além disso, foram realizadas campanhas e eventos institucionais voltados à saúde mental, diversidade, integração e qualidade de vida, bem como ações comemorativas e solidárias.

Gestão operacional

- Nomeação de 520 servidores aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU);
- Concurso de Remoção, com oferta de 440 vagas, registrando a participação de 217 servidores inscritos e o Processo de Escolha de Localidades;
- Implementação da nova Estrutura Regimental do MAPA, com integração entre os sistemas SIORG, EORG e SIAPE, incluindo nomeações, apostilamentos

e ajustes funcionais, em conformidade com o Decreto nº 12.642/2025; e

- Execução de 125 ações de Compensação Previdenciária, com análise, registro e envio de requerimentos por meio do sistema COMPREV, em conformidade com os prazos estabelecidos pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

No âmbito da gestão do conhecimento, a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI):

- Incorporou 3.450 documentos ao acervo digital;
- Produziu 30 fichas catalográficas para publicações institucionais; e
- Incorporou ao seu patrimônio bibliográfico os acervos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), ampliando o acesso ao conhecimento técnico-científico.

O MAPA mantém atuação contínua da sua Central de Atendimento, que é responsável pela recepção, triagem e tratamento de demandas relacionadas à vida funcional dos servidores, acessos a sistemas, benefícios, situações especiais e suporte administrativo. Destacam-se:

- 1.980 processos de ingresso/posse/nomeação;
- 3.180 atendimentos relacionados a sistemas;
- 1.043 atendimentos de benefícios.

Há no órgão, ainda, a atuação da Central na análise de irregularidades relacionadas aos planos de saúde, que em 2025 identificou valores a serem devolvidos ao erário (R\$ 360.912,39), reforçando o compromisso institucional com a conformidade, a eficiência administrativa e a boa governança.



Mesa Setorial de Negociação Permanente Relações de Trabalho



No exercício de 2025, a Mesa Setorial de Negociação Permanente do MAPA (MSNP/MAPA) manteve funcionamento regular, consolidando-se como espaço institucional de diálogo estruturado entre a Administração e as entidades representativas dos servidores.



Foram realizadas reuniões ordinárias para tratamento de pautas relacionadas às condições de trabalho, estrutura de carreira, dimensionamento da força de trabalho, atualização normativa e políticas institucionais, com destaque para a revisão de normativos internos e acompanhamento de demandas apresentadas pelas entidades sindicais.



Oportunidades de Melhoria

Foram implementadas melhorias relevantes por meio da automação de processos, com impactos diretos na eficiência administrativa e na redução de riscos operacionais, destacando-se:

- Automação da folha de pagamento de Adidos Agrícolas;
- Automação do Concurso de Remoção; e
- Implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho.





***5. INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS***





Gestão Orçamentária



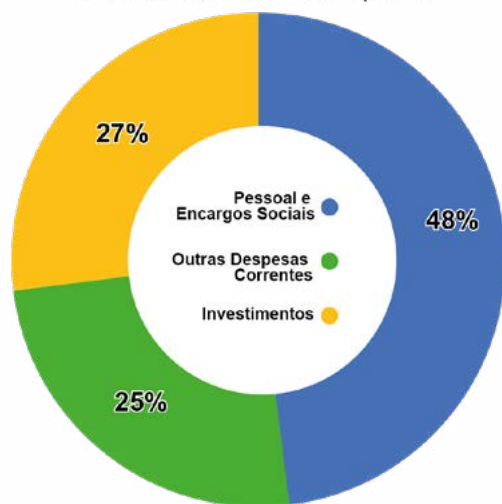
A dotação orçamentária da administração direta do MAPA em 2025 foi de R\$ 8,2 bilhões. O valor previsto inicialmente na LOA 2025 sofreu uma redução de 0,37% ao longo do ano.



Do valor em epígrafe, foram previstos R\$ 3,9 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 2,2 bilhões para investimentos e R\$ 2,1 bilhões para outras despesas correntes:



Assertividade das Previsões de Tempo em %



Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)

Já a arrecadação das receitas próprias e vinculadas totalizou R\$ 136,0 milhões em 2025, o que indica um aumento de 4,7% sobre o arrecadado no ano anterior:

Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas em Milhões

Fonte de Recurso	Arrecadação		
	2023	2024	2025
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	0,2	0	0
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	0,5	1	1
1052 - Recursos Livres da UO	73	96,8	100,6
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4,1	3,8	3,8
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional	0,3	0,2	0,3
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	16,9	28,1	30,4
Total	94,9	129,9	136

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)

Da dotação final autorizada para 2025, foram executados R\$ 7,8 bilhões, valor 10,5% maior que o registrado no exercício anterior. Destaca-se o aumento das despesas com investimentos. Por outro lado, as outras despesas correntes tiveram uma redução de 8,0% em relação ao ano anterior:

Execução Orçamentária por Grupo de Natureza da Despesa - GND				
Grupo de Natureza da Despesa - GND	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)			Variação Percentual (%) 2025/2024
	2023	2024	2025	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.652,7	3.621,7	3.907,5	7,9
3 - Outras Despesas Correntes	1.834,9	1.872,8	1.723,0	-8,0
4 - Investimentos	828,4	1.537,0	2.137,9	39,1
Total	6.316,0	7.031,5	7.768,4	10,5

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)



Do total empenhado em 2025, R\$ 3,9 bilhões referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais (50,3%), R\$ 2,1 bilhões a investimentos (27,5%) e R\$ 1,7 bilhão a outras despesas correntes (22,2%).

A evolução da execução orçamentária e financeira nos últimos anos por Função, Grupo de Natureza da Despesa (GND) e Elemento de Despesa é apresentada nos seguintes moldes:

Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo em Milhões

Função de Governo	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
04 - Administração	0	0	2	0	0	1,8	0	0	1,7
09 - Previdência Social	2.234,2	2.264,4	2.425,0	2.234,1	2.260,3	2.423,9	2.067,8	2.096,3	2.237,0
20 - Agricultura	4.076,1	4.762,0	5.336,3	2.921,7	3.103,8	3.077,6	2.791,2	2.610,5	2.469,9
28 - Encargos Especiais	5,6	5,1	5,1	5,6	5,1	5,1	5	4,7	4,7
Total	6.316,0	7.031,5	7.768,4	5.161,4	5.369,2	5.508,4	4.864,0	4.711,5	4.713,3

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)

Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa em Milhões

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 1 - Pessoal e Encargos Sociais			
Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.430,2	1.429,9	1.319,2
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.220,9	1.215,8	1.093,7
03 - Pensões	984,6	983,9	908,1
13 - Obrigações Patronais	234,6	231,9	215,8
Demais Elementos	37,2	36,5	34,3
Total	3.907,50	3.897,90	3.571,10



Grupo de Natureza da Despesa (GND): 3 - Outras Despesas Correntes			
Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	734,3	609,7	199,7
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200,5	128,3	121,5
41 - Contribuições	179,8	86,6	78,4
37 - Locação de Mão-de-Obra	178,3	148,1	144,9
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	81,3	58,2	56,6
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	79,9	77,3	77,2
93 - Indenizações e Restituições	72,9	71,9	68,9
46 - Auxílio-Alimentação	69,5	69,5	62,9
30 - Material de Consumo	42,1	17,6	17,5
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	24,7	22,2	22
14 - Diárias - Civil	27,4	27,4	27,4
04 - Contratação por Tempo Determinado - Pes. Civil	8,9	8,9	8,2
08 - Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	8,1	7,7	7,3
36 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	7,1	7	6,8
49 - Auxílio-Transporte	4	4	3,6
Demais Elementos	4,2	3	2,7
Total GND 3	1.723	1.347,3	905,6

Exercício 2025	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
Total	7.768,4	5.508,4	4.713,3

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)

Do total da execução orçamentária em 2025, 45,3% referem-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável, como segue:

Execução Orçamentária por Programa de Governo

Programa de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.242,6	54,6
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	5,1	0,1
1144 - Agropecuária Sustentável	3.245,6	41,8
2302 - Defesa Agropecuária	275	3,5
Total	7.768,4	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)



No que diz respeito às principais ações de governo, 50,3% da execução está relacionada às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se o Fomento ao Setor Agropecuário (30,1%) e a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (8,1%):



Execução Orçamentária por Ação de Governo

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
Ações orçamentárias do Grupo de Natureza da Despesa (GND) 1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.907,5	50,3
000M - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	5,0	0,1
00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus Órgãos Vinculados	0,4	0,0
20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais	0,1	0,0
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	38,5	0,5
20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	1,8	0,0
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	2.341,8	30,1
20ZY - Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacaú	18,7	0,2
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	0,2	0,0
21GZ - Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30	1,9	0,0
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	632,5	8,1
162R - Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção	5,3	0,1
165U - Exercício da Presidência dos BRICS pelo Brasil	0,0	0,0
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	95,5	1,2
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	169,3	2,2
214X - Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário	12,8	0,2
214Y - Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	83,3	0,0
214Z - Fomento à Tecnologia Agropecuária e Recursos Genéticos	0,9	0,0

215A - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária	3,1	0,0
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1,6	0,0
0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	61,0	0,8
0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	107,9	1,4
0536 - Benefícios de Legislação Especial	0,1	0,0
2000 - Administração da Unidade	201,0	2,6
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	29,5	0,4
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	28,9	0,4
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	5,6	0,1
8593 - Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável	1,9	0,0
8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	3,8	0,0
8622 - Promoção do Cooperativismo, Associativismo e Agroindústria para o Desenvolvimento Agropecuário e da Agricultura Familiar	8,1	0,1
Total	7.768,4	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2025)



Contabilidade



CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, SE APLICÁVEL



Por se tratar de órgão da administração direta federal, o MAPA não possui capital social. Desde 2023, com o advento do Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, que retirou a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) da estrutura da Pasta, a totalidade do capital social vinculado ao Ministério permanece apenas na EMBRAPA. Como a empresa possui setorial contábil própria, seus saldos não são analisados neste Relatório de Gestão.

Resumo da Situação Financeira da UPC

Quadro: Receitas e Despesas (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	1.330,73	1.042,58	-288,15
Receitas de Capital	5.504,99	5.730,22	225,23
Total	6.683,72	6.772,79	-62,92
Grupo de Contas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo
Despesas Correntes	10.020,04	9.586,00	434,04
Despesas de Capital	7.281,39	7.298,01	-16,62
Reserva de Contingência	221,45		221,45
Total	17.522,88	16.884,01	638,87
Resultado Orçamentário (Receitas Realizadas - Despesas Empenhadas)		-10.111,22	

Fonte: Balanço Orçamentário MAPA-Órgão Superior - Administração Direta e Fundos - Siafi Web 2025

No encerramento de 2025, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 6,773 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 16,884 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário

deficitário de R\$ 10,111 bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não representa uma irregularidade, uma vez que o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente arrecadador, mas sim executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Quadro: Informações Financeiras

Detalhamento	31/12/25	31/12/24	Variação %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	5.413,49	4.045,77	33,81%
Fluxo das Atividades Operacionais	-1.424,40	1.344,77	-205,92%
Fluxo das Atividades de Investimento	-2.580,81	22,95	-11.345,36%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-4.005,21	1.367,72	-392,84%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.408,28	5.413,49	-73,99%

Fonte: Demonstrativo dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro - MAPA-Órgão Superior - Administração Direta e Fundos - Siafi Web 2025

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi negativo em R\$ 1,424 bilhão, ou seja, os desembolsos operacionais (despesas, juros e encargos da dívida, transferências concedidas e outros desembolsos operacionais) excederam os ingressos operacionais (receitas, remuneração das disponibilidades, transferências recebidas e outros ingressos operacionais).

Com relação ao fluxo das atividades de investimento, os desembolsos (aquisição de ativo não circulante e concessão de empréstimos e financiamentos) também excederam os ingressos (alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) gerando um fluxo negativo em R\$ 2,581 bilhões.

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa diminuiu 73,99% com relação a 31/12/2024 e houve uma geração líquida de caixa negativa de 4,005 bilhões.



Quadro - Detalhamento de Caixa e Equivalente de Caixa (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	Saldo Financeiro	AV(%)
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	1.371,64	97,40%
Recursos da Conta Única Aplicados	673,74	49,12%
Bancos Conta Movimento	0,11	0,01%
Limite de Saque - Órgão e Entidades	697,79	50,87%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36,64	2,60%
Total	1.408,28	100,00%

Fonte: Balancete Siafi 2025

Com relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa, 48% referem-se a Recursos Aplicados do FUNCAFÉ a serem resgatados (conta única). A conta Limite de Saque refere-se a recursos liberados pelo Tesouro para pagamento das obrigações. A partir do último trimestre de 2024, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023, passou-se a efetuar os registros na conta de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que dizem respeito aos Depósitos de Garantias relativas a Encargos Trabalhistas que tiveram um aumento de 210% com relação a 2024.

Quadro: Operações Funcafé - Jan a Dez de 2025 (Valores em Bilhões de R\$)

Liberado em 2025	Aplicado em 2025	Devolvido em 2025
8,1	5,6	6,9
Liberado em 2025: valores liberados de janeiro a junho referentes aos contratos do ano-safra 2024-2025 e de agosto a dezembro referente aos contratos do ano-safra 2025-2026.		
Aplicado em 2025: total tomado pelos beneficiários das linhas de crédito do Funcafé (produtores, cooperativas, indústrias e exportadores).		
Devolvido em 2025: valor reembolsado ao Funcafé oriundo de contratos em execução (recurso devolvido sem aplicação, valores referentes a principal, juros e Selic reembolsados ao Fundo via GRU).		

Fonte: Sistema Funcafé

Outras informações em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cale/funcafe>

Quadro - Principais Grupos de Contas do Balanço Patrimonial (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	2025	2024	Variação%
ATIVO CIRCULANTE	2.248,33	6.159,64	-63,50%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.408,28	5.413,49	-73,99%
Créditos a Curto Prazo	823,95	729,21	12,99%
Estoques	16,11	16,95	-4,96%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.526,33	10.748,74	-20,68%
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.291,35	7.006,72	-38,75%
Investimentos	0,00	0,00	-
Imobilizado	4.185,63	3.698,27	13,18%
Intangível	49,35	43,74	12,83%
TOTAL DO ATIVO	10.774,67	16.908,38	-36,28%
PASSIVO CIRCULANTE	2.215,41	1.517,49	45,99%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	254,02	213,80	18,81%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	112,02	71,80	56,02%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,03	0,00	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.273,41	758,94	67,79%
Demais Obrigações a Curto Prazo	575,92	472,95	21,77%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.495,89	1.315,86	13,68%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	-
Provisões a Longo Prazo	1.180,00	1.000,00	18,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,03	0,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.063,37	14.075,03	-49,82%
Demais Reservas	280,33	261,25	7,30%
Resultados Acumulados	6.783,04	13.813,78	-50,90%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.774,67	16.908,38	-36,28%



Do total do Ativo, aproximadamente 21% equivalem ao Ativo Circulante e 79% ao Ativo Não Circulante. Sendo que 63% do Ativo Circulante referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa, que teve uma queda de 74% com relação a 2024 devido a alterações realizadas pela STN nos parâmetros de destinação dos valores recolhidos por GRU por orientação da SOF. Assim, a maior parte dos recursos do FUNCAFÉ deixou de ter a destinação de receita como fonte própria e passou a tê-la como fonte do Tesouro, sendo parte dos recursos financeiros transferidos diretamente à STN.

Outros saldos relevantes do circulante referem-se a valores a receber decorrentes dos autos de infração aplicados e aos Termos de Execução Descentralizada concedidos pendentes de prestação de contas. Com relação ao Ativo Não Circulante, o saldo mais relevante refere-se a valores a receber a longo prazo de empréstimos e financiamentos concedidos pelo FUNCAFÉ, que são recursos destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o custeio das lavouras, comercialização e aquisição de café, capital de giro das indústrias e cooperativas e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas.

Com relação às obrigações do MAPA, aproximadamente 60% referem-se a obrigações de curto prazo que tiveram aumento de 46% com relação ao exercício anterior e estão essencialmente relacionadas a compromissos referentes a convênios e instrumentos congêneres, no âmbito do MAPA.

O saldo das obrigações de longo prazo teve um pequeno aumento com relação a 2024 devido ao registro realizado pela Advocacia-Geral da União (AGU) referente à variação positiva da provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro - Ação Ordinária (ID 302) - demandas

TRF005 - registrada na Secretaria de Política Agrícola em 27/06/2024.

Os Demonstrativos Contábeis consolidados do MAPA, acompanhados das respectivas Notas Explicativas e das Declarações do Contador, encontram-se publicados na seção Acesso à Informação do sítio eletrônico a seguir: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MAPA e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, parte integrante do Poder Executivo Federal (MAPA, Funcafé e EMBRAPA).

As Demonstrações Contábeis do MAPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964 e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

Os saldos contábeis mencionados neste Relatório de Gestão referem-se ao MAPA e ao Funcafé, uma vez que a Embrapa publica seu próprio Relatório de Administração seguindo o modelo de relato integrado, conforme orientações do



Tribunal de Contas da União (TCU) (Decisão Normativa TCU nº 198/2022) e em atendimento à Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e à Portaria CGU nº 133/2013, visando atender também às demais finalidades, como o relatório de sustentabilidade/integrado da Lei das Estatais (13.303, de 30/6/2016) e seus Decretos regulamentadores (8.945, de 27/12/2016 e 11.048, de 18/4/2022) e o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo exigido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15/12/1976).

As demonstrações contábeis do MAPA são tratadas de forma abrangente, contemplando a Empresa vinculada, que, no entanto, possui Setor de Contabilidade próprio. O relacionamento do MAPA com essas entidades é realizado por meio do responsável contábil:

Entidade Subordinada	Contador Responsável	Função/Cargo	CRC	Período de Atuação
EMBRAPA	Neuraci dos Santos Souza de Almeida	Analista - A	DF-015162/O-4	Desde 01/07/2023 (BCA - 34 - Portaria 647)





Gestão de Custos



No que se refere às informações de custos para o Relatório de Gestão do Exercício de 2025 (RG 2025), informa-se que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) não dispõe de uma unidade setorial específica destinada à gestão e coordenação centralizada das atividades relacionadas à apuração de custos. Todavia, desde a instituição do Grupo Executivo do Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal (MPCUST), por meio da Portaria MAPA nº 48, de 5 de março de 2013, publicada no Boletim de Pessoal nº 7, de 11 de março de 2013, o MAPA vem promovendo avanços contínuos na implementação, no aprimoramento e na consolidação das informações de custos no âmbito de sua administração.

A apuração e a gestão dessas informações são realizadas em conformidade com o disposto no art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), bem como com as diretrizes estabelecidas pela Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011. Para viabilizar esse processo, o MAPA utiliza o Sistema de Informações de Custos (SIC), mantido e gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que atua como órgão central do sistema de custos no âmbito da Administração Pública Federal.

Desde a implantação do Sistema de Custos do Governo Federal, intensificada a partir de 2017, observa-se um esforço permanente no sentido de fortalecer a transparência e a qualidade da gestão pública, possibilitando uma visualização mais clara e detalhada dos recursos consumidos pelos órgãos e entidades federais. No MAPA, ao longo do exercício de 2025, manteve-se a priorização do uso

das informações de custos como instrumento de apoio à gestão, por meio de ações de conscientização, capacitação dos agentes envolvidos e aprimoramento dos processos internos, com foco na retenção e na disseminação do conhecimento na área.

Com o avanço na sistematização das informações de custos, o SIC passou por evoluções relevantes, destacando-se a ampliação da funcionalidade de Detalhamento de Custos (DetaCusto) e a consolidação da métrica Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), a qual possibilita uma visão mais abrangente do consumo de recursos pelo órgão ou unidade gestora, sob o regime de competência, considerando, entre outros aspectos, o consumo de estoques, a depreciação de bens e demais variações patrimoniais.

Dessa forma, as informações de custos apuradas no âmbito do MAPA no exercício de 2025 atendem plenamente à legislação vigente, em especial às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando a elaboração de relatórios que contemplam, no mínimo, os custos por programa e por unidade administrativa. Adicionalmente, a estrutura adotada permite que as informações geradas apresentem utilidade prática para a gestão, contribuindo para a tomada de decisões, o direcionamento estratégico das ações do Ministério e a busca contínua do equilíbrio entre custo e benefício na aplicação dos recursos públicos.

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO DO



DO LADO DO POVO BRASILEIRO